

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.422/0001-06

Fone: (46) 3533-8325 – **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br

Endereço: Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.040/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 286/2026

CONTRATANTE (UASG): 987871 – Município de São João – PR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

FORMA: Sistema de Registro de Preços

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

REGIME DE EXECUÇÃO: Fornecimento de materiais e prestação de serviços, sob demanda, com medição por quantitativo efetivamente fornecido/executado.

AMPLA PARTICIPAÇÃO: Sim

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: Não

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 3.070/2023 e nº 3.118/2023, e demais normas aplicáveis.

OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados em manutenção elétrica, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, ampliação, adequação, modernização e reparos das instalações elétricas pertencentes ao Município de São João/PR, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias e Departamentos Municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência e anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 4.736.079,90

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/05/2026, às 08h00min

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/06/2026, às 13h59min

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / DISPUTA DE LANCES: 11/06/2026, às 14h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal / Compras.gov.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- O julgamento será pelo critério de **menor preço por lote**.
- O procedimento será realizado por **Sistema de Registro de Preços**, sem obrigação de contratação total dos quantitativos estimados.
- A contratação abrangerá o fornecimento de materiais elétricos e a execução de serviços de manutenção, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos elétricos.
- Os serviços poderão ser executados em prédios públicos, escolas, unidades de saúde, espaços públicos, sistemas de abastecimento e demais locais indicados pela Administração.
- A proposta deverá incluir todos os custos necessários à execução do objeto, como materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, encargos, tributos e demais despesas.
- A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitação dos setores competentes.
- Os serviços deverão observar as normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente ABNT, INMETRO e NR-10.
- Em situações urgentes ou emergenciais, a contratada deverá atender aos prazos definidos no Termo de Referência.
- O edital e seus anexos estarão disponíveis no Compras.gov.br, no Portal da Transparência do Município e no Setor de Licitações.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.040/2026.

O **Município de São João**, Estado do Paraná, por intermédio das **diversas Secretarias Municipais** e sob a condução do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, designado pela **Portaria nº 6.934/2025**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e normas correlatas.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: (X) menor preço **por lote**

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **Forma de disputa:** Aberta e fechada, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- **Sistema de Registro de Preços:** Sim, com vigência de até 12 (doze) meses, admitida prorrogação na forma da legislação aplicável;
- **Critério de Julgamento:** Menor preço por lote;
- **Participação:** Ampla participação, sem exclusividade para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sem prejuízo da aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e, quando cabível, da preferência local/regional prevista no Decreto Municipal nº 3.070/2023;
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 13h59 min do dia 11/06/2026
- **Início da sessão/disputa de lances:** 14h00min do dia 11/06/2026.
- Todas as indicações de tempo constantes neste edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais para este processo licitatório: Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Municipais nº.3.118/2023, 3.070/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços**, pelo período de **12 (doze) meses**, para futura e eventual contratação de **empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados em manutenção elétrica**, destinados à execução de serviços de **manutenção preventiva, corretiva, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos das instalações elétricas** pertencentes ao Município de São João/PR, em atendimento às necessidades das **diversas Secretarias Municipais**, conforme especificações detalhadas no **Termo de Referência – Anexo I** e demais disposições deste edital.

A contratação compreenderá o **fornecimento parcelado e sob demanda de materiais elétricos**, bem como a execução de **serviços técnicos especializados relacionados à manutenção elétrica municipal**, abrangendo **prédios públicos, unidades administrativas, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, sistemas de abastecimento, iluminação pública, espaços públicos e demais estruturas vinculadas à Administração Municipal**.

Os serviços e fornecimentos serão executados **conforme a necessidade da Administração**, mediante solicitação dos setores competentes, **não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados**.

A futura contratada deverá responsabilizar-se pelo **fornecimento dos materiais**, disponibilização de **mão de obra qualificada**, equipamentos, ferramentas, transporte, encargos, tributos, **EPs/EPCs** e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente **ABNT, INMETRO, NR-10** e demais exigências legais pertinentes.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor total estimado para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 4.736.079,90**.

A estimativa foi elaborada com base em **pesquisa de preços**, composta por consulta a **banco de preços públicos** e **orçamentos obtidos junto a fornecedores do ramo**, adotando-se, quando aplicável, a **mediana dos valores apurados**, em razão da diversidade técnica dos itens e da ocorrência de variações de mercado.

O valor estimado possui **caráter referencial para fins de registro de preços, não gerando obrigação de contratação integral** dos quantitativos previstos, os quais serão utilizados conforme a **efetiva necessidade da Administração Municipal**.

3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras Gov, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.gov.br/compras, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados.

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. XV de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h30 e 13h30 às 17h00.

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão reguladas pelas **condições específicas e gerais do pregão**, bem como pelo disposto nos demais anexos deste edital.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

Fica vedada a participação do órgão ou entidade em outra **Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto**, durante a vigência da ata decorrente da presente licitação, salvo se a ata vigente tiver registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital, conforme disposto no **artigo 23, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Ainda, a execução da ata de registro de preços observará os princípios da **isonomia, eficiência, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, planejamento e interesse público**, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao órgão gerenciador e aos participantes garantir a correta aplicação dos recursos públicos, a conformidade com os quantitativos estimados e o controle da regularidade fiscal e técnica das contratações dele oriundas

6. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

6.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que permanecerem acima dos **valores unitários máximos e totais máximos fixados neste edital**, nos termos do **artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Além disso, poderá ser considerada **inexequível** qualquer proposta cujo preço seja manifestamente **irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual**, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a **inexequibilidade** da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o segundo colocado, seguindo a **ordem de classificação**, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e **compatível com os parâmetros de mercado**.

6.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **Menor Preço por lote**, conforme estabelecido no **Termo de Referência (Anexo I)** deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

1. Critério Geral

- Durante a fase de lances, os valores unitários ou globais que ultrapassarem o limite máximo permitido serão **desclassificados**, exceto nos casos de **Maior Desconto**, quando houver possibilidade de lances negativos.
- Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, as propostas que permanecerem acima dos valores máximos definidos no Termo de Referência serão **desclassificadas**.

2. Critério para Lotes com Múltiplos Itens

- Para lotes compostos por mais de um item, a aceitabilidade será baseada na **soma dos valores unitários** dos itens do lote.
- As propostas que ultrapassarem o valor total máximo estabelecido no Termo de Referência serão **desclassificadas**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

3. Critério para Lotes de Valor Global

- Quando o critério de julgamento for o **valor máximo global do lote**, a avaliação será baseada no preço total do lote.
- Se o valor global ofertado ultrapassar o limite definido no Termo de Referência, a proposta será **desclassificada**, salvo na hipótese de **Maior Desconto** com lances negativos.

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não será inferior a **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação, conforme disposto no artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O não cumprimento deste prazo poderá resultar na desclassificação da proposta, conforme previsto neste edital.

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido **tratamento favorecido** às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**. Também será assegurado **tratamento diferenciado** às **sociedades cooperativas** mencionadas no **artigo 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo que ME, EPP e MEI exerçam o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de **5% (cinco por cento)** acima da melhor oferta apresentada por empresa de maior porte.

DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE CATÁLOGO, FICHA TÉCNICA, DOCUMENTOS TÉCNICOS OU OPERACIONAIS – QUANDO APLICÁVEL

A exigência de apresentação de **catálogo, ficha técnica, prospecto, folder, manual, declaração do fabricante, certificado, registro, laudo, memorial descritivo, documentação técnica ou documento equivalente** será aplicada exclusivamente quando houver previsão expressa no **Termo de Referência**, no instrumento convocatório, ou quando necessária à verificação da conformidade do item ou serviço ofertado.

A documentação técnica apresentada deverá conter informações suficientes para identificação e análise do objeto ofertado, tais como, quando aplicáveis: **marca, fabricante, modelo, composição, dimensões, tensão, potência, capacidade, material de fabricação, características técnicas, normas atendidas, certificações, garantias, registros, catálogos, manuais e demais elementos pertinentes**.

A avaliação da documentação terá por finalidade verificar a compatibilidade dos **materiais elétricos, equipamentos, componentes ou serviços ofertados** com as especificações exigidas no edital e seus anexos, podendo abranger, entre outros aspectos objetivos: **conformidade técnica, segurança, desempenho, certificações, compatibilidade com normas da ABNT, INMETRO, NR-10 e demais normas aplicáveis.**

A análise será realizada pela **equipe técnica responsável** ou por servidor/setor designado pela Administração, que emitirá manifestação quanto à **aprovação ou reprovação** da documentação apresentada, com base nos critérios objetivos definidos no edital e no Termo de Referência.

A **não apresentação da documentação no prazo estabelecido**, o atraso injustificado ou a apresentação de documento **insuficiente, incompleto ou em desconformidade** com as especificações exigidas poderá ensejar a **recusa da proposta**, observados o contraditório, a possibilidade de diligência, quando cabível, e os critérios previstos no edital.

A Administração poderá realizar **diligências** para complementar informações, esclarecer dúvidas ou confirmar a compatibilidade técnica da solução ofertada, **vedada a alteração substancial da proposta**, salvo nas hipóteses admitidas pela legislação e pelo edital.

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação.

A vedação se justifica em razão das características do objeto, que consiste no **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados em manutenção elétrica**, destinados à execução de serviços de **manutenção preventiva, corretiva, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos das instalações elétricas** pertencentes ao

Município de São João/PR, em atendimento às necessidades das **diversas Secretarias Municipais**.

Trata-se de objeto de natureza comum, com execução sob demanda, envolvendo fornecimento de materiais e prestação de serviços técnicos compatíveis com o mercado, não se verificando complexidade técnica ou vulto extraordinário que justifique a reunião de empresas em consórcio.

A execução do objeto exige **responsabilidade técnica e operacional unificada**, especialmente quanto ao fornecimento dos materiais, disponibilização de mão de obra qualificada, atendimento das ordens de serviço, cumprimento dos prazos, observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis, bem como responsabilidade direta por eventuais falhas na execução.

Além disso, considerando que a contratação será estruturada por **lotes técnicos**, conforme a natureza e similaridade dos itens e serviços, a admissão de consórcios não se mostra necessária para ampliar a competitividade, podendo, ao contrário, dificultar a gestão contratual, a fiscalização da execução, a apuração de responsabilidades, a aplicação de sanções e o controle dos serviços efetivamente prestados.

Nos termos do **art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de empresas em consórcio, desde que haja justificativa no processo administrativo. No presente caso, a vedação atende aos princípios da **eficiência, competitividade, isonomia, segurança jurídica, fiscalização contratual e interesse público**.

Dessa forma, ficam impedidas de participar desta licitação **empresas reunidas em consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração;
- **Anexo VI** – Local de Execução dos Serviços;
- **Anexo VII** – Ata de Registro de Preços;
- **Anexo VIII** – Minuta do Contrato
- **Anexo IX** - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- **Anexo X** – Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas Compras Gov**, acessível pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras, conforme disposto na **Lei Federal nº 14.133/2021** e regulamentações vigentes.
- b) O certame será conduzido por servidor(a) público(a) **designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo monitoramento e gestão dos dados inseridos ou transferidos para o **sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Municipal**.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se **credenciar previamente**, obtendo **chave de identificação e senha pessoal**, seguindo as instruções disponíveis na página do sistema.
- d.1) O **credenciamento do interessado e de seu representante legal** no sistema eletrônico **implica sua responsabilidade pelos atos praticados**, presumindo-se sua capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, nos termos do **artigo 13 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico **é de responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios, inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão **pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação** e que apresentem todos os documentos exigidos para habilitação, nos termos deste edital e da legislação aplicável.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração**, conforme especificado no Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.
- c) **É vedada a participação na licitação** de pessoas físicas ou jurídicas que:
- c.1)** tenham sido declaradas inidôneas ou sofrido **sanção impeditiva de contratar com a Administração Pública**, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021;
- c.2)** tenham constituído pessoas jurídicas que foram penalizadas nos termos do item c.1, enquanto perdurarem as penalidades;
- c.3)** possuam sócios em comum com empresas que se enquadrem no item c.2, salvo se comprovada a segregação de responsabilidades jurídicas e financeiras;
- c.4)** não operem no território nacional, estejam sob **falência, dissolução, liquidação** ou sejam pessoas físicas em situação de insolvência;
- c.5)** mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante, configurando **conflito de interesse**;
- c.6)** sejam **servidores públicos ou dirigentes de órgãos municipais**, ou empresas das quais esses servidores figurem como sócios, dirigentes ou possuam participação indireta, salvo nos casos permitidos por lei;

- c.7) sejam pessoas físicas e jurídicas de que trata o **artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**, incluindo empresas que tenham entre seus sócios agentes públicos com influência na licitação ou que configurem hipótese de impedimento legal;
- c.8) sejam autores do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo vinculado à licitação, isoladamente ou em consórcio, nos casos de obras, serviços ou fornecimento de bens, conforme vedado pelo **artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021**;
- c.9) participem **na forma de consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e fundamentada no **artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) **A participação na licitação implica a aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável**, não cabendo alegação de desconhecimento.
- e) Além dessas condições gerais, deverão ser obedecidas eventuais **exigências específicas de participação** fixadas no edital, considerando as peculiaridades do objeto licitado.
- f) O(a) pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes, com especial atenção à existência de **sanções impeditivas de contratação**, conforme previsto no **artigo 14 e no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

- a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:
- a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;
- a.2) sua condição de **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.
- b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.
- b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.
- b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.
- d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos:
- a.1) **Valor unitário e total do item**, valor global ou percentual de desconto, conforme aplicável;
- a.2) **Marca** do produto ofertado, quando aplicável;
- a.3) **Fabricante**, quando aplicável;
- a.4) **Descrição detalhada do objeto**, conforme especificado no **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando aplicável.
- b) Todas as **especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado**, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência.

- c) Os valores propostos devem **incluir todos os custos operacionais**, encargos **trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais** e quaisquer outros que incidam **direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos bens ou serviços**, assegurando o cumprimento do contrato sem prejuízo ao contratado.
- d) Os **preços ofertados**, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não cabendo pleito de **alteração sob alegação de erro ou omissão**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, conforme disposto no **artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) As **ofertas devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital**, sendo passível de **desclassificação qualquer proposta que ultrapasse esses limites**.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- a) A abertura da licitação ocorrerá em **sessão pública**, por meio do **sistema eletrônico de compras**, na data, horário e local indicados no edital.
- b) O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas, **desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital**, nos termos do **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que **somente estas participarão da fase de lances**.
- d) O sistema disponibilizará um **campo próprio para troca de mensagens** entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.
- e) Iniciada a etapa competitiva, os **lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico**.
- e.1) O lance deve ser ofertado de acordo com o **critério de disputa fixado neste edital**.
- f) Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- g) O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- h) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 0,01**.

5.1. Modo de Disputa Aberto e Fechado

- i) O presente certame adotará o **modo de disputa aberto e fechado**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e das regras do sistema eletrônico.
- j) No modo de disputa **aberto e fechado**, os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, seguidos da apresentação de **lance final e fechado**.
- k) A fase inicial de lances terá duração de **15 (quinze) minutos**, período em que os licitantes poderão apresentar lances sucessivos, observadas as regras do sistema eletrônico.
- l) Encerrado o prazo inicial de 15 (quinze) minutos, o sistema emitirá **aviso de fechamento iminente**, iniciando-se período adicional de disputa, com duração aleatória de até **10 (dez) minutos**.
- m) Após o encerramento da etapa aberta, o sistema convocará para apresentação de **lance final e fechado** o licitante que apresentou a melhor oferta e os licitantes com valores até **10% (dez por cento) superiores** à melhor proposta.
- n) Os licitantes convocados deverão apresentar lance final e fechado no prazo de até **5 (cinco) minutos**, o qual permanecerá sigiloso até o término desse período.
- o) Caso não haja, no mínimo, **3 (três) ofertas** nas condições previstas no item anterior, o sistema convocará os licitantes subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), para apresentação de lance final e fechado.

p) Encerrada a etapa de lance final e fechado, o sistema ordenará automaticamente as propostas conforme o **critério de julgamento de menor preço por lote**.

5.2. Encerramento da Fase de Lances e Negociação

q) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme as regras do **modo de disputa aberto e fechado**, ordenando as propostas de acordo com o critério estabelecido neste edital.

r) Após o encerramento da fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

- negociar diretamente com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, buscando melhores condições para a Administração;
- verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e do Termo de Referência;
- desclassificar propostas que não atendam às exigências do edital, convocando os próximos classificados, quando necessário.

s) O(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances, quando cabível, para assegurar a obtenção da melhor proposta ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. Critério de Desempate e Tratamento Favorecido para ME, EPP e MEI

t) Para os itens ou lotes não destinados à participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais — **ME, EPP e MEI** — encerrada a etapa de lances, será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 44 e 45 da **Lei Complementar nº 123/2006**.

u) Considera-se empate, para fins de exercício do direito de preferência, na modalidade pregão, quando a proposta apresentada por ME, EPP ou MEI for igual ou até **5% (cinco por cento) superior** à proposta mais bem classificada, desde que esta não tenha sido apresentada por empresa enquadrada nessas condições.

v) Ocorrendo o empate ficto, a ME, EPP ou MEI mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**.

w) Não havendo o exercício do direito de preferência ou persistindo empate entre duas ou mais propostas em igualdade de condições, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no **art. 60 da Lei nº 14.133/2021**, nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente mediante registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

III – desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

x) Persistindo o empate após a aplicação dos critérios anteriores, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **SÃO JOÃO**

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

5.4. Negociação da Proposta Final

y) Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com o objetivo de obter condições mais vantajosas para a Administração, vedada a alteração das condições estabelecidas neste edital.

z) A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, assegurada a publicidade dos atos e o acompanhamento pelos demais licitantes.

aa) Concluída a negociação, o(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que encaminhe, no prazo de **02 (duas) horas**, a proposta ajustada ao valor final ofertado, acompanhada, se necessário, dos documentos complementares exigidos para verificação da conformidade da proposta.

bb) O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por decisão do(a) Pregoeiro(a), mediante solicitação devidamente fundamentada apresentada pelo licitante, via sistema, antes do seu encerramento.

cc) Finalizada a negociação e apresentada a proposta ajustada, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de **aceitação e julgamento da proposta**.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

a) Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 154 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, sob pena de desclassificação.

c) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar:

c.1) Preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) ou desconto inferior ao mínimo exigido;

c.2) Preço manifestamente inexequível, observado o seguinte:

c.2.1) Para **bens**, poderá ser considerada indício de inexequibilidade a proposta com valor **inferior a 50%** do valor de referência definido pela Administração, **sem comprovação da viabilidade de execução**;

c.2.2) Para **serviços em geral**, considera-se inexequível a proposta com valor **inferior a 75%** do valor de referência, **sem apresentação de demonstração analítica que comprove sua exequibilidade**;

c.2.3) Serão também consideradas inexequíveis as propostas com preços **simbólicos, irrisórios ou de valor zero**, incompatíveis com os custos de mercado, exceto quando se referirem a bens ou estruturas de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie expressamente à remuneração.

d) Qualquer interessado poderá solicitar diligências para verificar a exequibilidade ou legalidade das propostas apresentadas, mediante apresentação de provas ou indícios que fundamentem a dúvida.

e) Caso seja necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, esta será retomada somente após aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ficando o registro da ocorrência consignado em ata.

f) O(a) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de documentos complementares digitalizados por meio do sistema, no prazo de até 03 (três) dias úteis ou 03 (três) horas, conforme a urgência, sob pena de não aceitação da proposta.

f.1) O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do licitante apresentada via chat do sistema antes de seu vencimento.

f.2) Entre os documentos que poderão ser solicitados, incluem-se catálogos, fichas técnicas, declarações do fabricante, memoriais descritivos, amostras ou demais elementos que permitam a verificação completa das características, marca, modelo e conformidade do item ou serviço ofertado.

6.1 DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS (QUANDO APLICÁVEL)

g) A exigência de apresentação de amostras será aplicada **exclusivamente aos itens que assim estiverem expressamente previstos no Termo de Referência (Anexo I)** deste edital, incluindo os critérios de análise e julgamento técnico.

O local, data e horário para entrega e avaliação das amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico utilizado para o certame, sendo facultada a presença dos licitantes interessados. Os resultados das avaliações também serão divulgados por meio eletrônico, com base nos aspectos técnicos definidos no Termo de Referência e nos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos pela Administração.

g.1) A **não entrega da amostra** ou **atraso na entrega**, sem justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a), ou a **entrega de amostra fora das especificações previstas no Edital**, resultará na **recusa da proposta**.

g.2) Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo **primeiro classificado não for(em) aceita(s)**, o(a) pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da **proposta do segundo classificado**, e assim sucessivamente, até a **verificação de uma proposta que atenda às especificações do Termo de Referência**.

g.3) As **amostras disponibilizadas serão tratadas como protótipos** e poderão ser **manuseadas e desmontadas pela equipe técnica responsável**, sem direito a ressarcimento.

g.4) Após a **divulgação do resultado final da licitação**, as **amostras deverão ser retiradas pelos licitantes no prazo de 05 dias**, sob pena de **descarte ou incorporação pela Administração**, sem direito a ressarcimento.

g.5) Os licitantes deverão **disponibilizar todas as condições necessárias** para a realização de testes e fornecer, **sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa** necessários ao manuseio do item ofertado, quando aplicável.

6.2 NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

h) Se a **proposta ou lance vencedor for desclassificado**, o(a) pregoeiro(a) examinará a **proposta ou lance subsequente**, seguindo a **ordem de classificação**.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá **suspender a sessão e informar a nova data e horário** para sua continuidade por meio do **chat do sistema**.

j) O(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso**, com o objetivo de **obter melhor preço**, vedada a negociação em **condições diversas das previstas neste Edital**.

j.1) Caso o(a) pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá também **negociar melhores condições** com o licitante classificado em seguida.

j.2) A negociação será **conduzida pelo sistema** e poderá ser **acompanhada pelos demais licitantes**.

6.3 CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

k) Nos itens que **não sejam exclusivos para a participação de ME, EPP e MEI**, caso a **proposta não seja aceita**, e antes de o(a) pregoeiro(a) passar para o próximo classificado, haverá **nova verificação pelo sistema** para eventual ocorrência de **empate ficto**, conforme previsto nos **artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

m) Encerrada a **análise da proposta**, o(a) pregoeiro(a) verificará a **habilitação do licitante**, conforme as disposições deste Edital.

n) O licitante **provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro**, deverá comprovar **cumulativamente os requisitos de habilitação**, somando as exigências do item em que venceu às do item em que está concorrendo, **sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis**.

n.1) Se **não houver comprovação cumulativa**, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de **menor(es) valor(es)** cuja retirada seja suficiente para a **habilitação do licitante nos demais itens**.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço proposto, conforme modelo do **Anexo III**, até a data e horário estabelecidos no edital.

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo II – Documentos de Habilitação** deste edital e serão exigidos do **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar**, na forma, prazo e condições definidos pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico.

7.1. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LICITANTES

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de **impedimentos ou sanções restritivas do direito de licitar ou contratar**, mediante consulta aos sistemas e cadastros oficiais aplicáveis, especialmente:

i) **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**;

ii) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU**;

iii) **Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR**.

d.1) A consulta poderá ser realizada em nome da empresa licitante e de seu **sócio majoritário**, quando cabível, para verificação de eventual impedimento legal ou indícios de burla à aplicação de sanções.

d.1.1) Caso a consulta aponte **ocorrências impeditivas indiretas** ou indícios de fraude, a Administração poderá promover diligências para apuração da situação concreta.

d.1.1.1) A eventual tentativa de burla poderá ser analisada à luz de elementos como **vínculos societários**, identidade de sócios, atuação coordenada, similaridade operacional e outros indícios juridicamente relevantes.

d.1.1.2) Antes da adoção de decisão desfavorável, o licitante será convocado para manifestação, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

d.2) Constatada a existência de sanção impeditiva ou de ausência de condição de participação, o licitante será **inabilitado** ou **desclassificado**, conforme a fase em que a irregularidade for constatada.

d.3) Não havendo impeditivos, a habilitação do fornecedor poderá ser verificada por meio do **SICAF**, relativamente aos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É de responsabilidade do licitante manter atualizados os documentos constantes dos sistemas oficiais utilizados pela Administração, para que estejam vigentes na data da sessão pública ou da convocação para habilitação.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados nos sistemas consultados, o licitante deverá apresentá-los na forma exigida pelo edital, sob pena de inabilitação, ressalvada a possibilidade de emissão direta pela Administração nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, quando cabível.

7.2. APRESENTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS

e) Os documentos exigidos para fins de habilitação que já constem em **sistemas oficiais**, em cadastros públicos ou em bases eletrônicas acessíveis à Administração poderão ser consultados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), desde que estejam **válidos, atualizados e aptos à verificação eletrônica**.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato digital, observadas as exigências do edital, admitida posterior verificação de autenticidade e validade pela Administração.

7.3. REGRAS PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

g) As **ME, EPP e MEI** deverão apresentar toda a documentação de habilitação exigida, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observando-se o tratamento favorecido previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.4. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

j) Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas antes da abertura da sessão, sendo esta definida somente após os procedimentos de disputa, negociação e julgamento.

k) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro no sistema eletrônico.

l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do **menor valor registrado**, sem identificação do licitante.

m) Em caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para envio de novos lances.

n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo que comprometa a continuidade regular da sessão, esta poderá ser suspensa e reiniciada posteriormente, mediante comunicação prévia aos participantes no próprio sistema eletrônico.

7.5. PUBLICIDADE E ACESSO ÀS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise do(a) Pregoeiro(a) e, quando cabível, para acesso público, após o encerramento da fase competitiva, observadas as regras do sistema eletrônico, a legislação aplicável e a proteção de informações sigilosas.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas**, e assinada **eletronicamente com certificação digital ICP-Brasil** pelo **representante legal do licitante** (ou seu procurador qualificado).

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação;**
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante;**
- **Descrição do produto/serviço ofertado** para cada **item e/ou lote** da licitação, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I);
- **Valor global, preços unitários e globais por item e/ou lote**, cotados em moeda corrente nacional (R\$);
- **Prazo de validade da proposta**, que **não poderá ser inferior ao estabelecido no edital**.

a.1) A **proposta definitiva** deverá **obrigatoriamente observar os preços unitários máximos** fixados na **planilha de composição de preços do edital e seus anexos**, sob pena de **desclassificação**, independentemente do critério de disputa e da composição dos lotes.

a.2) O(a) **pregoeiro(a)** **poderá corrigir erros materiais ou falhas evidentes** nas propostas que **não comprometam sua substância ou validade jurídica**, atribuindo-lhes eficácia **para fins de classificação**, nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.3) Os preços deverão ser cotados em **reais (R\$)**, com até duas casas decimais após a vírgula. **Valores além da segunda casa decimal serão desconsiderados pelo sistema**.

b) Nos termos do **§1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante deverá **declarar, sob pena de desclassificação**, que sua **proposta econômica compreende a totalidade dos custos necessários** ao cumprimento dos **direitos trabalhistas assegurados** pela **Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste edital.

c) Nos termos do **artigo 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante **poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital**, obrigando-se a **cumprir o fornecimento nos limites da proposta apresentada**, garantindo o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá **manifestar, em campo próprio do sistema**, de forma **imediata e motivada**, sua intenção de recorrer, sob pena de **preclusão**, em relação às fases de **julgamento e habilitação**, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a **adjudicação**, nos termos do **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) As **razões recursais** **devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico**, com **certificação digital ICP-Brasil**.

a.2) Os demais licitantes serão **automaticamente intimados a apresentar contrarrazões** ao recurso **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, **devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil**.

b) A **ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado** resultará na **decadência do direito de recorrer**, conforme **artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) As **razões e contrarrazões de recurso** que **não forem apresentadas conforme as disposições anteriores**, ou que forem **subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante**, não serão conhecidas pelo(a) **pregoeiro(a)**.

d) Os autos do **processo administrativo de licitação** estarão à disposição dos interessados no **Portal da Transparência do Município**, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

e) O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) Após a **análise da aceitabilidade da proposta**, regularidade da documentação e **habilitação do licitante vencedor**, bem como eventual **verificação de amostras exigidas**, o(a) **pregoeiro(a)** encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para **adjudicação e homologação**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será permitida a **adjudicação e homologação parcial** do procedimento licitatório, quando o objeto licitado **for dividido em lotes distintos, conforme critérios previamente estabelecidos no edital**.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Após a homologação da licitação pela autoridade competente, o Município convocará o(s) adjudicatário(s) para assinatura da **Ata de Registro de Preços**, preferencialmente por meio eletrônico, pelo representante legal da licitante ou por procurador devidamente constituído, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O não atendimento à convocação, a recusa injustificada ou a omissão do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracterizará descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente, sem prejuízo da convocação dos licitantes remanescentes.

11.3. Caso o primeiro classificado não assine a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para assinatura da Ata nas condições propostas pelo licitante vencedor ou, quando admitido, nas condições ofertadas pelos remanescentes, desde que compatíveis com o valor estimado e vantajosas para a Administração.

11.4. Poderá ser incluído na Ata de Registro de Preços anexo contendo o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação, para formação de cadastro reserva, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento aplicável.

11.5. A Ata de Registro de Preços terá validade de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados em relação aos praticados no mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, quando cabível.

11.7. A assinatura da Ata de Registro de Preços, do contrato, da nota de empenho, ordem de serviço ou instrumento equivalente vincula as partes ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos, quantidades, condições de execução, obrigações e responsabilidades estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e na legislação vigente.

11.8. Para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação exigidas no certame, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista,

econômico-financeira, técnica e demais exigências previstas no Edital, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes.

11.9. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de contrato, nota de empenho, ordem de serviço, autorização de fornecimento ou outro instrumento equivalente, conforme o caso, observadas as condições previstas neste Edital e seus anexos.

11.10. Os quantitativos previstos na Ata de Registro de Preços são estimativos, não constituindo obrigação de contratação total pela Administração, sendo as solicitações realizadas conforme a necessidade da Secretaria requisitante, respeitados os limites registrados.

11.11. Os preços registrados poderão ser alterados ou revisados nas hipóteses legalmente admitidas, mediante solicitação formal e devidamente fundamentada do fornecedor ou por iniciativa da Administração, quando constatada alteração dos preços praticados no mercado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do regulamento aplicável.

11.12. A revisão dos preços registrados dependerá de comprovação efetiva da ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que inviabilizem a execução nas condições originalmente pactuadas, devendo o pedido ser instruído com documentos idôneos, planilhas, notas fiscais, contratos, orçamentos ou outros elementos capazes de demonstrar a variação alegada.

11.13. A eventual alteração, revisão, cancelamento ou atualização dos preços registrados somente produzirá efeitos após análise técnica e autorização da autoridade competente, mediante formalização do respectivo termo ou apostilamento, conforme o caso.

11.14. Os preços registrados poderão ser reajustados, quando cabível, após o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado da data do orçamento estimado ou da data de apresentação da proposta, conforme definido no instrumento convocatório, mediante aplicação do índice **INPC/IBGE**, ou outro índice que vier a substituí-lo, desde que previsto no edital e observada a legislação vigente.

11.15. O reajuste dependerá de solicitação formal do fornecedor, acompanhada da demonstração do período aquisitivo e do cálculo correspondente, devendo ser analisado pela Administração antes de sua aplicação.

11.16. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado deverá cumprir todas as obrigações assumidas, manter a regularidade de sua documentação, atender às ordens de serviço emitidas pela Administração e observar integralmente as condições de execução previstas no Termo de Referência.

11.17. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no regulamento aplicável e neste Edital, especialmente quando o fornecedor descumprir as condições registradas, recusar-se injustificadamente a executar o objeto, não mantiver as condições de habilitação ou quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado e não houver êxito na negociação.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será convocado para assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou aceitar outro instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital e na legislação aplicável.

a.1) Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura por meio eletrônico, postal ou outro meio admitido, devendo o adjudicatário devolvê-lo devidamente assinado no prazo fixado na convocação.

b) Para a formalização da contratação, o adjudicatário deverá **manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital**, bem como apresentar os documentos complementares eventualmente exigidos pela Administração.

c) Antes da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, a Administração poderá realizar consulta aos **cadastros, sistemas e bases oficiais pertinentes**, a fim de verificar a regularidade do adjudicatário e a manutenção das condições necessárias à contratação.

d) Os pagamentos serão realizados na forma prevista no edital, no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, mediante crédito em conta bancária de titularidade do contratado, indicada para esse fim.

e) Caso o adjudicatário não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da contratação, observadas as condições estabelecidas na legislação aplicável, sem prejuízo da eventual revogação da licitação, quando cabível.

e.1) A recusa injustificada do adjudicatário, ou a não comprovação das condições exigidas para contratação, poderá ensejar a aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, nos termos do edital e da legislação vigente.

e.2) Se nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos admitidos pela legislação, a Administração poderá adotar as providências legalmente cabíveis.

f) O **recebimento do objeto**, a **medição** quando cabível, o **atesto da execução** e o **pagamento** observarão os prazos, condições, critérios e procedimentos previstos no edital, no Termo de Referência, na minuta contratual e nos demais anexos.

g) Em caso de atraso no pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para a mora, será devida a correspondente **compensação financeira**, na forma estabelecida no contrato e na legislação aplicável.

h) Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação do contratado, bem como exigir a documentação necessária à regular liquidação da despesa, nos termos do edital, do contrato e da legislação vigente.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou contratado que praticar **infração administrativa** ficará sujeito às sanções previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual **responsabilização civil e penal**.

b) Constituem **sanções administrativas aplicáveis**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – **advertência**;

II – **multa**;

III – **impedimento de licitar e contratar**;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

c) A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) A sanção de **multa** será aplicada nas hipóteses previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, **não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%**, calculada sobre o valor do

contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) A **multa moratória**, em caso de **atraso injustificado** na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, limitada ao percentual máximo previsto em lei e sem prejuízo da possibilidade de **rescisão contratual** e aplicação de outras sanções cabíveis.

f) A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

g) A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

h) A aplicação das sanções observará a **natureza e a gravidade da infração**, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa**.

i) A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** dependerá de **processo de responsabilização**, a ser conduzido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o **contraditório** e a **ampla defesa**.

j) A **multa** poderá ser aplicada **cumulativamente** com as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) Se a **multa aplicada** e as **indenizações cabíveis** forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser **cobrada judicialmente**.

l) A aplicação das sanções previstas neste item **não exclui**, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Administração Pública.

m) Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, eventual **responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

n) As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

o) Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e demais normas aplicáveis.

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes **declaram conhecer e se comprometer a cumprir** as normas de **prevenção à corrupção** estabelecidas na legislação brasileira, incluindo a **Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992)** e a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, além de seus regulamentos.

Para a execução deste contrato, **nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou benefício indevido a quem quer que seja, direta ou indiretamente.**

- Também é vedada qualquer forma de manipulação ou fraude que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- O mesmo compromisso deverá ser assegurado por prepostos, administradores e colaboradores das partes envolvidas, garantindo a ética e a transparência na execução do contrato.

15. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.
- b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.
- b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.
- b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.
- b.3) As **retenções serão efetuadas no momento do pagamento** dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente **atestados e liquidados**, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Todas as **referências de tempo** deste Edital correspondem ao **horário oficial de Brasília-DF**, nos termos do **Decreto Federal nº 6.932/2009**.
- b) Caso ocorra **decretação de feriado** ou outro fato **superveniente** que **impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas** na data designada no Edital, esta será **automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação**.
- c) O(a) **pregoeiro(a)** poderá, se necessário, **promover diligências** para esclarecer ou **complementar informações** constantes do processo licitatório, nos termos do **artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) O **licitante** será responsável por eventuais **perdas de negócios** decorrentes da **inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico**, ainda que ocorra **desconexão durante o certame**, conforme previsto no **artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) A **não apresentação de qualquer documento exigido** ou a **apresentação com prazo de validade expirado** resultará na **desclassificação ou inabilitação do licitante**, salvo se for possível a **regularização nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

f) A contratada deverá garantir livre acesso da Administração e dos órgãos de controle interno e externo aos documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado, sempre que solicitado, garantindo transparência e fiscalização efetiva.

g) Os documentos que não mencionarem prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias a partir da data de emissão, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.

h) Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a) poderá verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados, garantindo conformidade com as exigências do certame.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá relevar falhas meramente formais que não comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta, podendo ainda promover diligências para esclarecer ou complementar informações, inclusive solicitando pareceres técnicos, conforme o artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

j) A realização desta licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado. A autoridade competente poderá revogar o certame total ou parcialmente por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade, mediante decisão fundamentada, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

k) O foro competente para dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente será o da Comarca de São João, PR, conforme estabelecido na legislação aplicável.

O servidor responsável pela subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal.

Município de São João/PR, em 27 de maio de 2026.

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.10 presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados em manutenção elétrica, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, ampliação, adequação, modernização e reparos das instalações elétricas pertencentes ao Município de São João/PR, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias e Departamentos Municipais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

LOTE 01 - MANUTENÇÃO DE BOMBAS D'ÁGUA DOS DISTRITOS					
Item	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Rebobinagem motor 2cv 220v 4 Polos	3	Unid.	R\$ 898,41	R\$ 2.695,23
2	Rebobinagem motor 2cv 220v 2 Polos	3	Unid.	R\$ 919,73	R\$ 2.759,19
3	Rebobinagem motor 3cv 220v 4 Polos	2	Unid.	R\$ 1.090,80	R\$ 2.181,60
4	Rebobinagem motor 5cv 220v 4 Polos	2	Unid.	R\$ 1.241,17	R\$ 2.482,34
5	Rebobinagem motor 3cv 220v 2 Polos	2	Unid.	R\$ 995,82	R\$ 1.991,64
6	Rolamento 6204	20	Unid.	R\$ 30,46	R\$ 609,20
7	Rolamento 6203	20	Unid.	R\$ 30,38	R\$ 607,60
8	Rolamento 6201	20	Unid.	R\$ 30,22	R\$ 604,40
9	Rolamento 6202	20	Unid.	R\$ 30,28	R\$ 605,60
10	Platinado weg	20	Unid.	R\$ 121,88	R\$ 2.437,60
11	Centrifugo weg	12	Unid.	R\$ 71,00	R\$ 852,00
12	Capacitor 145- 175 uf	20	Unid.	R\$ 40,63	R\$ 812,60
13	Selo mecânico	50	Unid.	R\$ 250,60	R\$ 12.530,00
14	Capacitor 430-516 uf	50	Unid.	R\$ 77,46	R\$ 3.873,00
15	Capacitor 88-108 uf	20	Unid.	R\$ 70,02	R\$ 1.400,40
16	Capacitor 108-130 uf	20	Unid.	R\$ 70,00	R\$ 1.400,00
17	Capacitor 340-408 uf	20	Unid.	R\$ 70,00	R\$ 1.400,00
18	Capacitor 540-648 uf	20	Unid.	R\$ 70,00	R\$ 1.400,00
19	Capacitor 64-77 uf	20	Unid.	R\$ 59,00	R\$ 1.180,00
20	Adaptador/mangueira rosca 1agua	30	Unid.	R\$ 5,09	R\$ 152,70
21	Adesivo PVC incolor frasco 175g	20	Unid.	R\$ 25,26	R\$ 505,20
22	Bucha red. c/rosca 1 1/2x1	20	Unid.	R\$ 15,08	R\$ 301,60
23	Bucha red. sold curta 50x40mm	20	Unid.	R\$ 8,79	R\$ 175,80
24	Cabo flexível 750v 1.5mm	1000	Mt	R\$ 3,19	R\$ 3.190,00
25	Cabo flexível 750v 2.5mm	500	Mt	R\$ 6,18	R\$ 3.090,00
26	Cabo multiplex triplex 16mm	1000	Mt	R\$ 17,26	R\$ 17.260,00
27	Cabo pp 2x4,0m	1000	Mt	R\$ 19,35	R\$ 19.350,00
28	Caixa multiuso 28x18x14	50	Unid.	R\$ 53,64	R\$ 2.682,00
29	Capacitor eletr. 110v 88/108	50	Unid.	R\$ 33,58	R\$ 1.679,00
30	Capacitor eletr. 110v 145/175	30	Unid.	R\$ 35,36	R\$ 1.060,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

31	Capacitor eletr. 110v 340/408 uf	30	Unid.	R\$	39,61	R\$ 1.188,30
32	Capacitor eletr. 110v540/648uf can.peq.	30	Unid.	R\$	54,44	R\$ 1.633,20
33	Capacitor eletr. 110v 108/130	20	Unid.	R\$	36,86	R\$ 737,20
34	Capacitor eletr. 110v 430/516	20	Unid.	R\$	53,30	R\$ 1.066,00
35	Capacitor eletr. 110v 64/77	20	Unid.	R\$	30,06	R\$ 601,20
36	Centrif. Weg 0,5 4p-f.16,0mm	20	Unid.	R\$	109,38	R\$ 2.187,60
37	Chave (I) d (I) 3a unipolar	30	Unid.	R\$	102,42	R\$ 3.072,60
38	Contator cwm12.10 4,0cv 24v	50	Unid.	R\$	220,00	R\$ 11.000,00
39	Contador cwm 25,00 ona/onf 220v 7,5cv	50	Unid.	R\$	300,00	R\$ 15.000,00
40	Curva 90 c/rosca 1 1/4	30	Unid.	R\$	50,79	R\$ 1.523,70
41	Curva 90 sold. 40mm	30	Unid.	R\$	25,64	R\$ 769,20
42	Curva 90 sold. 50mm	30	Unid.	R\$	25,84	R\$ 775,20
43	Fita veda rosca 18mmx25m	60	Unid.	R\$	7,56	R\$ 453,60
44	Joelho 90 sold 50mm	30	Unid.	R\$	20,18	R\$ 605,40
45	Luva c/rosca 1"	30	Unid.	R\$	13,04	R\$ 391,20
46	Luva c/rosca 1 1/4	30	Unid.	R\$	19,50	R\$ 585,00
47	Luva sold. 40mm	60	Unid.	R\$	15,16	R\$ 909,60
48	Luva sold. mista 40 mm 1 1/4	60	Unid.	R\$	19,18	R\$ 1.150,80
49	Nipel paralelo c/rosca 1	40	Unid.	R\$	10,24	R\$ 409,60
50	Parafuso 5/8 16x300mm padrão	50	Unid.	R\$	49,57	R\$ 2.478,50
51	Platinado WEG 56b (3,0cv)f gde duplo	30	Unid.	R\$	94,19	R\$ 2.825,70
52	Rele sobrecarga 27d 8.0-12.5A	60	Unid.	R\$	277,22	R\$ 16.633,20
53	Rele sobrecarga 27d 14.0-28.0 A	30	Unid.	R\$	270,30	R\$ 8.109,00
54	Rex pesado 1x1	20	Unid.	R\$	36,85	R\$ 737,00
55	Roldana porcelana 72x72 mm	30	Unid.	R\$	10,18	R\$ 305,40
56	Tomada ext. retangular 20a-mf	20	Unid.	R\$	16,72	R\$ 334,40
57	Tomada dupla sist.-x 20a	20	Unid.	R\$	29,46	R\$ 589,20
58	Tubo soldável 40mm	300	M	R\$	26,72	R\$ 8.016,00
59	Tubo soldável 50mm	300	M	R\$	31,19	R\$ 9.357,00
60	União assento bronze 2	20	Unid.	R\$	160,42	R\$ 3.208,40
61	Válvula sucção fundo poço 2	20	Unid.	R\$	67,04	R\$ 1.340,80
62	Disjuntor 2x25a	20	Unid.	R\$	69,87	R\$ 1.397,40
63	Disjuntor 2x32a	50	Unid.	R\$	75,98	R\$ 3.799,00
64	Contador cwm 32,00 ona/onf 220v 12,5cv	50	Unid.	R\$	459,87	R\$ 22.993,50
65	Temporizador digital autovolt trilho	50	Unid.	R\$	179,12	R\$ 8.956,00
66	Conector tapite perfurante 10-25	60	Unid.	R\$	17,50	R\$ 1.050,00
67	Conector tapite perfurante 25-95	60	Unid.	R\$	32,50	R\$ 1.950,00
68	Conector tapite derivação 1,5mm a 10mm	60	Unid.	R\$	13,49	R\$ 809,40
69	Bóia automática	20	Unid.	R\$	92,13	R\$ 1.842,60
70	Mao de obra	200	Unid.	R\$	100,24	R\$ 20.048,00
TOTAL						R\$ 252.109,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

LOTE 02 – CABOS E CONDUTORES						
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA		VALOR TOTAL
1	Fio flexível com isolamento em PVC 750V 1,5 mm2.	5000	M	R\$	2,79	R\$ 13.950,00
2	Fio flexível com isolamento em PVC 750V 2,5 mm2.	8000	M	R\$	4,54	R\$ 36.320,00
3	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 4,00 mm2	10000	M	R\$	6,99	R\$ 69.900,00
4	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 6,00 mm2	10000	M	R\$	10,24	R\$ 102.400,00
5	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 10 mm2.	10000	M	R\$	17,51	R\$ 175.100,00
6	Fio flexível com isolamento em PVC 1 KV, 16 mm2.	5000	M	R\$	37,16	R\$ 185.800,00
7	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 1,5 mm2.	5000	M	R\$	6,62	R\$ 33.100,00
8	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 2,5 mm2.	5000	M	R\$	10,27	R\$ 51.350,00
9	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 4 mm2.	8000	M	R\$	15,01	R\$ 120.080,00
10	Cabo PP 2x2,5 mm	1000	M	R\$	11,28	R\$ 11.280,00
11	Cabo PP 2x1,5 mm	1000	M	R\$	7,89	R\$ 7.890,00
12	Cabo PP 2 x 4 mm	1000	M	R\$	18,33	R\$ 18.330,00
13	cabo PP 2x6,0 mm	1200	M	R\$	22,73	R\$ 27.276,00
14	Cabo PP 3 x 2,5 mm	1500	M	R\$	16,49	R\$ 24.735,00
15	Cabo PP 3 x 4 mm	1500	M	R\$	25,16	R\$ 37.740,00
16	Cabo PP 3 x 10 mm	1500	M	R\$	60,56	R\$ 90.840,00
17	Cabo duplex 10 mm	2000	M	R\$	7,19	R\$ 14.380,00
18	Cabo duplex 16 mm	2000	M	R\$	9,35	R\$ 18.700,00
19	Cabo triplex 16 mm	3000	M	R\$	15,65	R\$ 46.950,00
20	Cabo triplex 25 mm	5000	M	R\$	24,86	R\$ 124.300,00
21	Cabo triplex 35 mm	1000	M	R\$	34,00	R\$ 34.000,00
22	Cabo de cobre com isolamento em PVC 1 KV 25,00 mm2	600	M	R\$	39,43	R\$ 23.658,00
23	Cabo telefônico tipo CCI 50 – 02 pares	600	M	R\$	6,44	R\$ 3.864,00
24	Cabo telefonico drops FE 100	600	M	R\$	5,84	R\$ 3.504,00
25	Cabo telefonico CTP APL 50 10 pares	600	M	R\$	10,08	R\$ 6.048,00
26	Cabo telefonico CCE APL 50x 4 pares blindado	600	M	R\$	9,04	R\$ 5.424,00
27	Cabo de rede CAT5 E, caixa com 300 metros	30	CX	R\$	1.386,00	R\$ 41.580,00
TOTAL					R\$ 1.328.499,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

LOTE 03 - DISJUNTORES, CONTADORES E MATERIAIS CORRELATOS						
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA		VALOR TOTAL
1	Disjuntor DIN 1 x 10 A	50	Unid.	R\$	22,88	R\$ 1.144,00
2	Disjuntor DIN 1 x 16A	50	Unid.	R\$	20,53	R\$ 1.026,50
3	Disjuntor DIN 1 x 20 A	50	Unid.	R\$	22,20	R\$ 1.110,00
4	Disjuntor DIN 1 x 25 A	50	Unid.	R\$	18,45	R\$ 922,50
5	Disjuntor DIN 1 x 32 A	40	Unid.	R\$	18,80	R\$ 752,00
6	Disjuntor DIN 1 x 50 A	50	Unid.	R\$	27,22	R\$ 1.361,00
7	Disjuntor DIN 2 x 16 A	100	Unid.	R\$	83,56	R\$ 8.356,00
8	Disjuntor DIN 2 x 20 A	100	Unid.	R\$	83,02	R\$ 8.302,00
9	Disjuntor DIN 2 x 32 A	100	Unid.	R\$	84,94	R\$ 8.494,00
10	Disjuntor DIN 2 x 40 A	100	Unid.	R\$	95,28	R\$ 9.528,00
11	Disjuntor DIN 2 x 50 A	100	Unid.	R\$	93,81	R\$ 9.381,00
12	Disjuntor DIN 2 x 63 A	100	Unid.	R\$	106,81	R\$ 10.681,00
13	Disjuntor DIN 2 x 70 A	50	Unid.	R\$	153,39	R\$ 7.669,50
14	Disjuntor DIN 3 x 10 A	50	Unid.	R\$	124,38	R\$ 6.219,00
15	Disjuntor DIN 3 x 20 A	50	Unid.	R\$	135,56	R\$ 6.778,00
16	Disjuntor DIN 3 x 32 A	50	Unid.	R\$	100,15	R\$ 5.007,50
17	Disjuntor DIN 3 x 40 A	50	Unid.	R\$	122,95	R\$ 6.147,50
18	Disjuntor DIN 3 x 50 A	50	Unid.	R\$	124,53	R\$ 6.226,50
19	Disjuntor DIN 3 x 63 A	40	Unid.	R\$	124,12	R\$ 4.964,80
20	Disjuntor DIN 3 x 100 A	40	Unid.	R\$	291,17	R\$ 11.646,80
21	Disjuntor DIN 3 x 150 A	40	Unid.	R\$	568,64	R\$ 22.745,60
22	Disjuntor DIN 3 x 200 A	40	Unid.	R\$	526,97	R\$ 21.078,80
23	Contador 1 x 12 A	20	Unid.	R\$	149,41	R\$ 2.988,20
24	Contador 1 x 18 A	20	Unid.	R\$	154,41	R\$ 3.088,20
25	Contador 1 x 25 A	20	Unid.	R\$	130,00	R\$ 2.600,00
26	Contador 1 x 32 A	20	Unid.	R\$	293,11	R\$ 5.862,20
27	Contador 1 x 40 A	40	Unid.	R\$	292,56	R\$ 11.702,40
28	Tomada industrial sob 2P + T 16 A 6H azul 220V	30	Unid.	R\$	74,35	R\$ 2.230,50
29	Tomada industrial sob 2P + T 32 A 6H azul 220V	30	Unid.	R\$	78,83	R\$ 2.364,90
30	Tomada ind sob 3P + T 16A 6H 380/440v	30	Unid.	R\$	71,87	R\$ 2.156,10
31	Tomada ind sob 3P + T 16A 9H 220/240V	30	Unid.	R\$	95,34	R\$ 2.860,20
32	Temporizador digital autovolt trilho	30	Unid.	R\$	210,00	R\$ 6.300,00
33	Tomada ind sob 3P + T 32A 6H 380/440V	30	Unid.	R\$	102,39	R\$ 3.071,70
TOTAL					R\$ 204.766,40	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

LOTE 04 – SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO

Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Lampada led 30W 6500K bocal E27	500	Unid.	R\$ 30,32	R\$ 15.160,00
2	Lampada led 40W 6500K bocal E27	500	Unid.	R\$ 47,20	R\$ 23.600,00
3	Lampada led 50W 6500K bocal E27	500	Unid.	R\$ 49,00	R\$ 24.500,00
4	Lampada led 70W 6500K bocal E27	500	Unid.	R\$ 78,48	R\$ 39.240,00
5	Lampada vapor metalico 400W E - 40 tubular 5000k branca temperatura fria	100	Unid.	R\$ 72,08	R\$ 7.208,00
6	Lampada LED T8 10W 6400K BIV	200	Unid.	R\$ 9,21	R\$ 1.842,00
7	Lampada Tuboled 20W 6500k T8	400	Unid.	R\$ 19,00	R\$ 7.600,00
8	Luminária 2x20W LED completa, proteção de acrílico, hermética	30	Unid.	R\$ 79,69	R\$ 2.390,70
9	Luminária 2x10W LED completa, proteção de acrílico, hermética	30	Unid.	R\$ 79,47	R\$ 2.384,10
10	Iluminacao emerg. autonoma 2x55W com bateria automotiva acoplada ao equipamento e com DPS (dispositivo de proteção de surto).	50	Unid.	R\$ 259,90	R\$ 12.995,00
11	Luminaria emergência c/ alça com no mínimo 30 leds 127 v	300	Unid.	R\$ 33,79	R\$ 10.137,00
12	Reator 400w interno sódio/metálico	80	Unid.	R\$ 262,07	R\$ 20.965,60
13	Refletor retangular LED 50 W, IP66	100	Unid.	R\$ 62,74	R\$ 6.274,00
14	Refletor retangular LED 100 W, IP66	100	Unid.	R\$ 155,32	R\$ 15.532,00
15	Refletor retangular LED 200 W, IP66	100	Unid.	R\$ 239,91	R\$ 23.991,00
16	Base para relê foto célula	100	Unid.	R\$ 26,90	R\$ 2.690,00
17	Rele foto eletromagnético 220 V	200	Unid.	R\$ 65,48	R\$ 13.096,00
18	Torneira Elétrica Bancada ou Parede, com bica alta e móvel, com no mínimo 3 temperaturas (quente, morna e fria), registro de 1/4 de volta, 5500W, nas voltagens 127V ou 220V. O modelo e voltagem serão informados na solicitação.	80	Unid.	R\$ 363,70	R\$ 29.096,00
TOTAL				R\$ 258.701,40	

LOTE 05 – MATERIAIS ELÉTRICOS COMPLEMENTARES

Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Roldana porcelana 72 x 72	50	Unid.	R\$ 12,63	R\$ 631,50
2	Roldana plástica 36 x 36 c/ prego	200	Unid.	R\$ 1,10	R\$ 220,00
3	Isolador pimentão porcelana	50	Unid.	R\$ 13,82	R\$ 691,00
4	Armação rex 1 x 1	50	Unid.	R\$ 32,08	R\$ 1.604,00
5	Fita dupla face 5 mts	60	Unid.	R\$ 50,67	R\$ 3.040,20
6	Fita isolante Alta Fusão 19 mm x 10m	50	Unid.	R\$ 46,78	R\$ 2.339,00
7	Fita Isolante Anti Chama 19 x 10 metros	180	Unid.	R\$ 12,50	R\$ 2.250,00
8	Fita Isolante Anti Chama 19 x 20 metros	250	Unid.	R\$ 21,50	R\$ 5.375,00
9	Haste aterramento 5/8" x 2,40 m com isolamento acobreado	50	Unid.	R\$ 64,50	R\$ 3.225,00
10	Presilha haste aterr. duplo 5/16	50	Unid.	R\$ 11,04	R\$ 552,00
11	Tomada femea para telefone 4 x 2 branca RJ11	50	Unid.	R\$ 19,00	R\$ 950,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

12	Interrup simples 1 tcl + tom 20A 2P + T 250 V, novo padrão	200	Unid.	R\$ 23,06	R\$ 4.612,00
13	Interruptor duplo 2 tcl + tomada embut. 2P + T 20 A, novo padrão	200	Unid.	R\$ 24,99	R\$ 4.998,00
14	Interruptor duas teclas paralelo 10 A 250V	200	Unid.	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00
15	Interruptor de embutir, uma tecla simples, 10 A, 250 V, c/ parafusos e com placa de fechamentos 4" x 2"	200	Unid.	R\$ 11,87	R\$ 2.374,00
16	Tomada 2P+T 20A 250V novo padrao BCA.	200	Unid.	R\$ 14,60	R\$ 2.920,00
17	Plug fêmea 2p + T 20 A universal	300	Unid.	R\$ 12,31	R\$ 3.693,00
18	Plug macho 2P + T 10 A universal	300	Unid.	R\$ 13,32	R\$ 3.996,00
19	Caixa de passagem externa para tomadas e interruptores em pvc, com parafusos e buchas de fixação.	200	Unid.	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00
20	Canaleta em pvc com fita auto colante, 20 x 10 x200	300	Unid.	R\$ 15,00	R\$ 4.500,00
21	Canaleta em pvc com fita auto colante, 20 x 50 x200	300	Unid.	R\$ 22,02	R\$ 6.606,00
22	Peças para canaletas diversas em pvc 20 x 10 x 200	1000	Unid.	R\$ 3,24	R\$ 3.240,00
23	Peças para canaletas diversas em pvc 40 x 15 x 200	100	Unid.	R\$ 4,11	R\$ 411,00
24	Quadro de distribuição para 03 a 04 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento.	20	Unid.	R\$ 54,00	R\$ 1.080,00
25	Quadro de distribuição para 06 a 08 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00
26	Quadro de distribuição para 12 a 16 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.	R\$ 105,00	R\$ 2.100,00
27	Quadro de distribuição para 18 a 24 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00
28	Quadro de distribuição para 03 a 04 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento.	30	Unid.	R\$ 73,49	R\$ 2.204,70
29	Quadro de distribuição para 06 a 08 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.	R\$ 95,75	R\$ 2.872,50
30	Quadro de distribuição para 12 a 16 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.	R\$ 105,00	R\$ 3.150,00
31	Quadro de distribuição para 18 a 24 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.	R\$ 203,37	R\$ 6.101,10
32	Quadro distribuição tel sistema VDI 20 x 20 embutir	30	Unid.	R\$ 212,43	R\$ 6.372,90
33	Quadro distribuição tel sistema VDI 30 x 30 embutir	20	Unid.	R\$ 320,00	R\$ 6.400,00
34	Quadro distribuição tel sistema VDI 40 x 40 embutir	20	Unid.	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

35	Bocal fixo de porcelana E 27	800	Unid.	R\$ 9,50	R\$ 7.600,00
36	Bocal simples de acrílico/PVC E 27	1000	Unid.	R\$ 5,50	R\$ 5.500,00
37	Plafon simples PVC E27 fixo	800	Unid.	R\$ 6,51	R\$ 5.208,00
38	Spot duplo bocal E27, Sobrepor direcionável.	600	Unid.	R\$ 38,00	R\$ 22.800,00
TOTAL					R\$ 148.316,90

LOTE 06 – ELETRODUTOS E CONEXÕES					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Eletroduto rígido anti chama 1"	1000	M	R\$ 21,77	R\$ 21.770,00
2	Eletroduto rígido anti chama 1/2"	1000	M	R\$ 15,75	R\$ 15.750,00
3	Eletroduto rígido anti chama 3/4"	1000	M	R\$ 19,00	R\$ 19.000,00
4	Eletroduto corrugado flexível laranja 1/2" 20 mm	2000	M	R\$ 3,68	R\$ 7.360,00
5	Eletroduto corrugado flexível laranja 3/4" 25 mm	2000	M	R\$ 4,50	R\$ 9.000,00
6	Eletroduto corrugado flexível laranja 1" 32 mm	3000	M	R\$ 5,50	R\$ 16.500,00
7	Eletroduto canaflex 1.1/2 mm	1500	M	R\$ 5,78	R\$ 8.670,00
8	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
9	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" roscável cinza	200	Unid.	R\$ 5,01	R\$ 1.002,00
10	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" roscável cinza	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
11	Curva eletroduto rígido 135 graus 1" cinza	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
12	Curva eletroduto rígido 135 graus 3/4" cinza	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
13	Curva eletroduto rígido 180 graus 1" cinza	200	Unid.	R\$ 5,14	R\$ 1.028,00
14	Curva eletroduto rígido 90 graus 1/2" cinza	300	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
15	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" cinza	300	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
16	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	300	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
17	Luva eletroduto rígido 3/4" cinza	300	Unid.	R\$ 5,46	R\$ 1.638,00
18	Luva eletroduto rígido 1/2" cinza	300	Unid.	R\$ 4,97	R\$ 1.491,00
19	Luva eletroduto rígido 1" cinza	300	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
20	Luva eletroduto roscável rígido 1" cinza	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
21	Luva eletroduto roscável rígido 1/2" cinza	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
22	Luva eletroduto roscável rígido 3/4" cinza	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
23	Tampa tomada redonda cinza 3/4	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
24	Tampa 1 módulo cinza 3/4	200	Unid.	R\$ 5,36	R\$ 1.072,00
25	Tampa 2 módulos cinza 3/4	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
26	Tampa 3 módulos cinza 3/4"	200	Unid.	R\$ 5,12	R\$ 1.024,00
27	Tampa cega cinza 3/4"	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
28	Tampa tomada novo padrão horizontal.3/4	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
29	Tampa tomada novo padrão vert.3/4	200	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
30	Caixa passagem eletroduto rígido 5 entradas 3/4	500	Unid.	R\$ 4,83	R\$ 2.415,00
31	Caixa multiuso 28x18x14	500	Unid.	R\$ 25,00	R\$ 12.500,00
TOTAL					R\$ 138.220,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

LOTE 07 - MATERIAIS PARA CONFEÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA

Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Poste TN 75 x 7,20 mts padrao COPEL	50	Unid.	R\$ 650,00	R\$ 32.500,00
2	Poste TN 100 x 7,20 mts padrao COPEL	20	Unid.	R\$ 750,00	R\$ 15.000,00
3	Poste TN 200 x 7,20 mts padrao COPEL	20	Unid.	R\$ 850,00	R\$ 17.000,00
4	Caixa de medição CN1 padrão COPEL	20	Unid.	R\$ 257,80	R\$ 5.156,00
5	Caixa de medição CN2 padrão COPEL	20	Unid.	R\$ 550,00	R\$ 11.000,00
6	Caixa de medição AN1 padrão COPEL	20	Unid.	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00
7	Caixa de medição AN2 padrão COPEL	20	Unid.	R\$ 319,28	R\$ 6.385,60
8	Caixa de medição CB 100 padrão COPEL	10	Unid.	R\$ 950,00	R\$ 9.500,00
9	Caixa de medição CB 200 padrão COPEL	10	Unid.	R\$ 875,81	R\$ 8.758,10
10	Abraçadeira Universal tipo "U"	100	Unid.	R\$ 32,07	R\$ 3.207,00
11	Armação rex 1 x 1	100	Unid.	R\$ 35,97	R\$ 3.597,00
12	Parafuso 6" x 5/8 com porca.	100	Unid.	R\$ 19,73	R\$ 1.973,00
13	Roldana porcelana 72 x 72	50	Unid.	R\$ 13,24	R\$ 662,00
14	Eletroduto rígido anti chama 1"	200	M	R\$ 16,14	R\$ 3.228,00
15	Eletroduto rígido anti chama 3/4"	200	M	R\$ 11,37	R\$ 2.274,00
16	Curva eletroduto rígido 180 graus 1" cinza	100	Unid.	R\$ 5,00	R\$ 500,00
17	Curva eletroduto rígido 135 graus 1" cinza	100	Unid.	R\$ 5,52	R\$ 552,00
18	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	100	Unid.	R\$ 7,41	R\$ 741,00
19	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" roscavel cinza	100	Unid.	R\$ 5,09	R\$ 509,00
20	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" roscavel cinza	100	Unid.	R\$ 7,87	R\$ 787,00
21	Curva eletroduto rígido 90 graus 1/2" cinza	120	Unid.	R\$ 5,96	R\$ 715,20
22	Bucha galvanizada 1 "	120	Unid.	R\$ 3,00	R\$ 360,00
23	Arruela galvanizada 1 "	120	Unid.	R\$ 2,76	R\$ 331,20
24	Bucha galvanizada 3/4 "	120	Unid.	R\$ 2,01	R\$ 241,20
25	Arruela galvanizada 3/4"	200	Unid.	R\$ 1,06	R\$ 212,00
26	Disjuntor DIN 2 x 50 A (6KA)	50	Unid.	R\$ 62,11	R\$ 3.105,50
27	Fita veda rosca 10 mts	40	Unid.	R\$ 7,65	R\$ 306,00
28	Fita veda rosca 25 mts	40	Unid.	R\$ 6,85	R\$ 274,00
29	Cola silicone 50 grs	50	Unid.	R\$ 12,25	R\$ 612,50
30	Fita Isolante Anti Chama 19 x 10 metros	30	Unid.	R\$ 11,41	R\$ 342,30
31	Luva eletroduto rígido 3/4" cinza	50	Unid.	R\$ 4,24	R\$ 212,00
32	Luva eletroduto rígido 1/2" cinza	50	Unid.	R\$ 5,36	R\$ 268,00
33	Luva eletroduto rígido 1" cinza	50	Unid.	R\$ 6,95	R\$ 347,50
34	Fita alumínio 3/4 19,04x0,5mm	300	M	R\$ 18,78	R\$ 5.634,00
35	Fio sólido com isolamento em PVC 750V, 10 mm	1500	M	R\$ 16,16	R\$ 24.240,00
36	Haste aterramento 1/2" x 2 m com isolamento acobreado	80	Unid.	R\$ 41,08	R\$ 3.286,40
37	Presilha haste aterro. duplo 5/16	80	Unid.	R\$ 9,70	R\$ 776,00
38	Flange para caixa padrão 1"	80	Unid.	R\$ 3,00	R\$ 240,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

39	Presilha alumínio para fita 3/4	80	Unid.	R\$ 1,86	R\$ 148,80
40	Caixa passagem PVC padrão de luz	80	Unid.	R\$ 27,82	R\$ 2.225,60
TOTAL				R\$ 171.207,90	

LOTE 08 – HORA TÉCNICA

Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Hora Técnica, sendo 01 eletricista e 01 auxiliar.	3000	Horas	R\$ 185,00	R\$ 555.000,00
TOTAL				R\$ 555.000,00	

LOTE 09 – MATERIAL MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Braço para luminária pública tipo BR2, de 03 metros de comprimento curvo com sapata, tubo de aço SAE 1010 a 1020, galvanizado a fogo, parede mínima de 3,00mm, diâmetro de mínimo de Ø 48,2mm e todo o material para fixação.	20	Unid.	R\$ 284,42	R\$ 5.688,40
2	Luminária LED 60 w - luminárias pública led, com potência máxima 60w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 8.400 lm, eficiência luminosa > = 140 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de ângulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocelula deverão ter garantia mínima de 05 anos.	300	Unid.	R\$ 935,74	R\$ 280.722,00
3	Luminária LED 100 w - luminárias pública led, com potência máxima 100w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 15000 lm, eficiência luminosa > = 150 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de ângulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e	300	Unid.	R\$ 1.168,44	R\$ 350.532,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

	fotocelula deverão ter garantia minima de 05 anos.				
4	Luminária LED 200 w - luminárias pública led, com potência máxima 200w, com registro no inmetro, vida útil minima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequencia 50-60hz, , fator de potência minimo > = 0,98, fluxo luminoso minimo > = 27000 lm, eficiência luminosa > = 135 lm/w, irc > = 70, tcc minima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção minimo ip66, proteção contra impacto minimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de angulo minimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocelula deverão ter garantia minima de 05 anos.	300	Unid.	R\$ 1.285,70	R\$ 385.710,00
5	Luminária LED 240 w - luminárias pública led, com potência máxima 240w, com registro no inmetro, vida útil minima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequencia 50-60hz, , fator de potência minimo > = 0,98, fluxo luminoso minimo > = 33000 lm, eficiência luminosa > = 135 lm/w, irc > = 70, tcc minima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção minimo ip66, proteção contra impacto minimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de angulo minimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocelula deverão ter garantia minima de 05 anos.	150	Unid.	R\$ 2.290,00	R\$ 343.500,00
6	Cabo PP 2 x 2,5 mm	1000	M	R\$ 12,46	R\$ 12.460,00
7	Conector tapite perfurante 1,5mm a 10mm	1000	Unid.	R\$ 17,50	R\$ 17.500,00
8	Rele foto eletromagnético bivolt	1000	Unid.	R\$ 51,42	R\$ 51.420,00
TOTAL				R\$ 1.447.532,40	

LOTE 10 – MÃO DE OBRA ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Manutenção de luminárias em superpostes de até 18 metros.	100	Unid.	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00
2	Serviço de substituição de luminária pública de LED por luminária pública de LED. (Compreende retirada de luminária LED e instalação de luminária LED em infraestrutura existente)	500	Unid.	R\$ 271,63	R\$ 135.815,00
3	Substituicao de relé fotoelétrico	500	Unid.	R\$ 130,39	R\$ 65.195,00

4	Manutenção de quadro de comando de superposte	50	Unid.	R\$	214,33	R\$ 10.716,50
TOTAL						R\$ 231.726,50
TOTAL GERAL						R\$ 4.736.079,90

A contratação contempla o fornecimento integrado de materiais, componentes, equipamentos, insumos e mão de obra técnica especializada, necessários à execução completa dos serviços, abrangendo, dentre outras atividades:

- manutenção de sistemas elétricos prediais;
- manutenção e reparo de bombas e sistemas de abastecimento;
- fornecimento e instalação de cabos, condutores e componentes elétricos;
- manutenção e adequação de quadros elétricos e dispositivos de proteção;
- instalação e manutenção de sistemas de iluminação interna e externa;
- manutenção de iluminação pública;
- execução de infraestrutura elétrica e padrões de entrada de energia;
- serviços técnicos especializados em instalações elétricas.

O objeto encontra-se estruturado em lotes técnicos, organizados conforme a natureza, similaridade e interdependência dos itens e serviços, visando assegurar maior eficiência operacional, compatibilidade técnica entre os componentes utilizados e racionalização da execução contratual.

- ☐ Deve ser solicitada a apresentação de catálogo/ficha técnica do produto ofertado pela proponente
- ☒ Não é necessária a apresentação de catálogo/ficha técnica do produto ofertado pela proponente

☒ Eletrônico

☐ Presencial. Justificativa:

☐ Global. Justificativa:

☒ Por Lote. Justificativa: A presente contratação será realizada por lotes técnicos, nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza integrada, complementar e funcionalmente interdependente dos itens e serviços que compõem o objeto.

Embora a legislação estabeleça como diretriz a ampliação da competitividade por meio do parcelamento do objeto, admite-se a adoção de agrupamento por lotes quando demonstrada a existência de inviabilidade técnica, prejuízo operacional ou desvantagem econômica decorrente da fragmentação excessiva da contratação, situação verificada no presente caso.

A estruturação adotada foi definida com base em critérios técnicos de similaridade, especialidade e compatibilidade operacional, agrupando em cada lote itens e serviços pertencentes a uma mesma cadeia funcional, tais como materiais e serviços relacionados à manutenção de bombas d'água, cabos e condutores elétricos, dispositivos de proteção e comando, iluminação pública, infraestrutura elétrica, padrões de entrada de energia e mão de obra técnica especializada.

A divisão do objeto em itens isolados mostraria-se inadequada e potencialmente prejudicial à Administração, uma vez que resultaria na contratação simultânea de múltiplos fornecedores para execução de atividades diretamente correlacionadas, dificultando significativamente a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

coordenação operacional, a fiscalização contratual e o controle das responsabilidades técnicas envolvidas.

Além disso, a fragmentação excessiva da contratação aumentaria substancialmente o risco de incompatibilidade técnica entre materiais e serviços executados, especialmente em intervenções que exigem perfeita integração entre os componentes utilizados e a mão de obra aplicada, podendo ocasionar falhas operacionais, retrabalhos, redução da vida útil das instalações e comprometimento da segurança das estruturas atendidas.

Sob o aspecto administrativo, a contratação pulverizada acarretaria maior complexidade na gestão contratual, exigindo acompanhamento simultâneo de diversos contratos, múltiplas ordens de fornecimento, controles individualizados de execução e fiscalização descentralizada, elevando os custos operacionais da Administração e reduzindo a eficiência da gestão pública.

Do ponto de vista econômico, a contratação por lotes técnicos proporciona ganhos de escala e maior racionalização logística, permitindo que as empresas participantes otimizem mobilização de equipes, aquisição de materiais, transporte e execução dos serviços, circunstância que tende a refletir em propostas mais vantajosas para a Administração.

Adicionalmente, a organização por lotes favorece maior padronização dos materiais e serviços empregados nas instalações elétricas municipais, contribuindo para uniformidade técnica, simplificação de manutenção futura, melhoria do controle de qualidade e maior eficiência operacional.

Importa destacar que o agrupamento adotado não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o levantamento de mercado realizado identificou a existência de número suficiente de empresas aptas a atender os lotes definidos, inclusive empresas com atuação específica nos segmentos correspondentes às especialidades técnicas agrupadas.

A modelagem por lotes também contribui para maior eficiência da fiscalização contratual, permitindo à Administração acompanhar de forma integrada a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais relacionados a cada segmento técnico, facilitando a verificação da conformidade das execuções, aplicação de sanções e responsabilização da contratada em caso de falhas.

Dessa forma, conclui-se que a contratação por lotes técnicos representa a solução mais adequada e vantajosa para o atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, garantindo maior eficiência operacional, melhor gestão contratual, redução de riscos técnicos e administrativos, economicidade e adequada execução do objeto, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e interesse público.

☐ Por Item

☒ Sistema de Registro de Preços (SRP) Justificativa: A presente contratação será realizada por lotes técnicos, nos termos do art. 40, §3º, da Lei nº Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza integrada, complementar e funcionalmente interdependente dos itens e serviços que compõem o objeto.

Embora a legislação estabeleça como diretriz a ampliação da competitividade por meio do parcelamento do objeto, admite-se a adoção de agrupamento por lotes quando demonstrada a existência de inviabilidade técnica, prejuízo operacional ou desvantagem econômica decorrente da fragmentação excessiva da contratação, situação verificada no presente caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

A estruturação adotada foi definida com base em critérios técnicos de similaridade, especialidade e compatibilidade operacional, agrupando em cada lote itens e serviços pertencentes a uma mesma cadeia funcional, tais como materiais e serviços relacionados à manutenção de bombas d'água, cabos e condutores elétricos, dispositivos de proteção e comando, iluminação pública, infraestrutura elétrica, padrões de entrada de energia e mão de obra técnica especializada.

A divisão do objeto em itens isolados mostraria-se inadequada e potencialmente prejudicial à Administração, uma vez que resultaria na contratação simultânea de múltiplos fornecedores para execução de atividades diretamente correlacionadas, dificultando significativamente a coordenação operacional, a fiscalização contratual e o controle das responsabilidades técnicas envolvidas.

Além disso, a fragmentação excessiva da contratação aumentaria substancialmente o risco de incompatibilidade técnica entre materiais e serviços executados, especialmente em intervenções que exigem perfeita integração entre os componentes utilizados e a mão de obra aplicada, podendo ocasionar falhas operacionais, retrabalhos, redução da vida útil das instalações e comprometimento da segurança das estruturas atendidas.

Sob o aspecto administrativo, a contratação pulverizada acarretaria maior complexidade na gestão contratual, exigindo acompanhamento simultâneo de diversos contratos, múltiplas ordens de fornecimento, controles individualizados de execução e fiscalização descentralizada, elevando os custos operacionais da Administração e reduzindo a eficiência da gestão pública.

Do ponto de vista econômico, a contratação por lotes técnicos proporciona ganhos de escala e maior racionalização logística, permitindo que as empresas participantes otimizem mobilização de equipes, aquisição de materiais, transporte e execução dos serviços, circunstância que tende a refletir em propostas mais vantajosas para a Administração.

Adicionalmente, a organização por lotes favorece maior padronização dos materiais e serviços empregados nas instalações elétricas municipais, contribuindo para uniformidade técnica, simplificação de manutenção futura, melhoria do controle de qualidade e maior eficiência operacional.

Importa destacar que o agrupamento adotado não compromete a competitividade do certame, tendo em vista que o levantamento de mercado realizado identificou a existência de número suficiente de empresas aptas a atender os lotes definidos, inclusive empresas com atuação específica nos segmentos correspondentes às especialidades técnicas agrupadas.

A modelagem por lotes também contribui para maior eficiência da fiscalização contratual, permitindo à Administração acompanhar de forma integrada a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais relacionados a cada segmento técnico, facilitando a verificação da conformidade das execuções, aplicação de sanções e responsabilização da contratada em caso de falhas.

Dessa forma, conclui-se que a contratação por lotes técnicos representa a solução mais adequada e vantajosa para o atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, garantindo maior eficiência operacional, melhor gestão contratual, redução de riscos técnicos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

administrativos, economicidade e adequada execução do objeto, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e interesse público.

☐ Licitação Tradicional

☐ Com preferência para ME/EPP/Equiparadas (LC 123/2006) para licitações de até R\$ 80.000,00

☒ Sem preferência para ME/EPP/Equiparadas. (LC 123/2006). Justificativa: A presente contratação não será realizada com aplicação de exclusividade, reserva de cotas ou subcontratação obrigatória destinada exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP, previstas nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº Lei Complementar nº 123/2006, considerando as características técnicas, operacionais e econômicas do objeto licitado.

A decisão administrativa fundamenta-se, inicialmente, no elevado valor global estimado da contratação, bem como na complexidade operacional e na amplitude dos serviços e fornecimentos envolvidos, os quais exigem das futuras contratadas estrutura técnica, logística e operacional compatível com a execução contínua e integrada das demandas da Administração Pública Municipal.

O objeto contempla fornecimento de materiais elétricos e execução de serviços técnicos especializados distribuídos em múltiplos lotes técnicos, abrangendo manutenção de instalações elétricas, iluminação pública, sistemas de abastecimento, infraestrutura elétrica e atendimento emergencial, circunstâncias que demandam disponibilidade permanente de equipe técnica qualificada, capacidade logística, estoque de materiais, estrutura operacional e atendimento simultâneo às diversas unidades administrativas do Município.

Nesse contexto, a eventual fragmentação da contratação mediante aplicação de cotas reservadas ou exclusividade para ME/EPP poderia comprometer a eficiência da execução contratual, dificultar a integração operacional entre materiais e serviços, aumentar a complexidade da gestão administrativa e ampliar significativamente os riscos de descontinuidade dos serviços públicos essenciais.

Além disso, a natureza integrada dos lotes técnicos e a interdependência funcional entre os itens e serviços agrupados tornam tecnicamente inadequada a divisão artificial do objeto exclusivamente para fins de enquadramento nas hipóteses de tratamento favorecido previstas na legislação complementar.

Importa destacar que a própria Lei Complementar nº 123/2006 admite exceções à aplicação do tratamento diferenciado às ME/EPP quando a medida não se mostrar vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto ou à execução contratual, situação verificada no presente caso.

Sob o aspecto econômico e operacional, a restrição da competitividade mediante exclusividade ou reserva de cotas poderia limitar a participação de empresas com maior capacidade técnica e operacional, reduzindo a competitividade do certame e potencialmente comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Adicionalmente, considerando a necessidade de atendimento emergencial e contínuo das demandas elétricas municipais, especialmente aquelas relacionadas à saúde, educação, abastecimento de água e iluminação pública, mostra-se imprescindível a contratação de empresas que demonstrem capacidade operacional robusta e disponibilidade imediata para atendimento das Ordens de Serviço emitidas pela Administração.

Ressalta-se, contudo, que a não aplicação da exclusividade ou reserva de cotas não impede a ampla participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame, permanecendo assegurado o tratamento favorecido previsto na legislação aplicável, especialmente no que se refere ao direito de preferência em caso de empate ficto, regularização fiscal tardia e demais benefícios legalmente previstos.

A medida adotada visa, portanto, assegurar maior eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos, adequada execução contratual, ampliação da competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

Dessa forma, conclui-se que a não aplicação da exclusividade e reserva de cotas para ME/EPP encontra-se devidamente justificada pelas características técnicas, operacionais e econômicas da contratação, mostrando-se a solução mais adequada para preservação da eficiência e da adequada execução do objeto pretendido.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação se justifica pela necessidade contínua e indispensável de manutenção, adequação, ampliação e modernização das instalações elétricas pertencentes ao Município de São João/PR, abrangendo prédios públicos, sistemas de abastecimento, estruturas administrativas, unidades de saúde, estabelecimentos de ensino, espaços públicos e sistemas de iluminação urbana. A infraestrutura elétrica municipal constitui elemento essencial para o regular funcionamento das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública, sendo diretamente responsável pela manutenção da continuidade dos serviços públicos prestados à população. Nesse contexto, a indisponibilidade, falha ou inadequação das instalações elétricas possui potencial de causar impactos imediatos e relevantes, comprometendo o funcionamento de setores estratégicos da Administração, além de gerar riscos à segurança de servidores, usuários e patrimônio público.

Conforme demonstrado nos levantamentos técnicos realizados, as demandas relacionadas ao objeto possuem caráter permanente, descentralizado e altamente variável, abrangendo desde substituições simples de componentes até intervenções técnicas de maior complexidade, envolvendo manutenção de bombas d'água, quadros elétricos, redes internas, dispositivos de proteção, sistemas de iluminação pública e demais estruturas elétricas vinculadas às atividades municipais.

A contratação pretendida mostra-se necessária, ainda, em razão do desgaste natural das instalações elétricas decorrente do uso contínuo, da exposição a fatores climáticos, da obsolescência tecnológica de determinados equipamentos e da constante necessidade de adequação das estruturas existentes às normas técnicas e exigências de segurança vigentes.

Destaca-se que parte significativa das demandas possui natureza emergencial, especialmente aquelas relacionadas ao abastecimento de água, iluminação pública e funcionamento de unidades essenciais, circunstância que exige da Administração capacidade de resposta imediata, inviabilizando a adoção de soluções pontuais ou a realização de processos licitatórios individualizados para cada necessidade identificada.

Além disso, verifica-se a necessidade de padronização dos materiais e serviços utilizados pela Administração, garantindo maior qualidade, compatibilidade técnica, eficiência operacional e redução de retrabalhos e custos de manutenção futuros.

A contratação também se mostra necessária para assegurar maior eficiência administrativa e racionalização da gestão pública, permitindo a centralização das demandas em instrumento contratual único e estruturado, reduzindo a fragmentação de contratações, otimizando os procedimentos internos e promovendo maior controle e rastreabilidade das execuções realizadas.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de manutenção preventiva das instalações elétricas, medida indispensável para redução da ocorrência de falhas, interrupções de serviços e intervenções corretivas emergenciais, as quais normalmente apresentam maior custo e impacto operacional à Administração.

Adicionalmente, a contratação permitirá à Administração avançar gradualmente na modernização de sua infraestrutura elétrica, especialmente no que se refere à substituição de equipamentos obsoletos por soluções mais eficientes e seguras, contribuindo para melhoria da eficiência energética, redução de custos operacionais e sustentabilidade das instalações públicas.

Diante desse cenário, evidencia-se que a contratação pretendida não possui caráter acessório ou eventual, mas sim natureza essencial e estratégica para a continuidade das atividades administrativas e prestação dos serviços públicos, constituindo medida indispensável para garantir segurança, eficiência, economicidade e adequada manutenção do patrimônio público municipal.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s), por meio do Sistema de Registro de Preços, para o fornecimento contínuo e sob demanda de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados, destinados à manutenção preventiva, corretiva, ampliação, adequação e modernização das instalações elétricas do Município de São João/PR.

A modelagem adotada contempla solução integrada, estruturada em lotes técnicos, organizados conforme a natureza, similaridade e interdependência funcional dos materiais e serviços, abrangendo desde o fornecimento de componentes elétricos até a execução completa das intervenções necessárias nas estruturas atendidas pela Administração Pública Municipal.

A contratação abrange atendimento às diversas Secretarias e Departamentos Municipais, incluindo prédios administrativos, unidades de saúde, estabelecimentos de ensino, espaços públicos, sistemas de abastecimento de água, iluminação pública e demais estruturas sob responsabilidade do Município, garantindo suporte contínuo às necessidades operacionais relacionadas à infraestrutura elétrica municipal.

A solução foi concebida considerando a necessidade de integração entre fornecimento de materiais e execução dos serviços, de modo que a contratada assuma responsabilidade integral pela entrega final das intervenções, assegurando compatibilidade técnica entre os componentes utilizados, padronização das instalações e maior eficiência operacional.

Nesse contexto, caberá à contratada disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, insumos e mão de obra necessários à execução completa dos serviços, incluindo transporte, mobilização de equipe, instalação, substituição, adequação, manutenção e demais procedimentos necessários ao pleno atendimento das demandas emitidas pela Administração.

A operacionalização da contratação ocorrerá de forma descentralizada e sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço e requisições de fornecimento expedidas pelos setores competentes da Administração Municipal, contendo as especificações técnicas da necessidade, local de execução, quantitativos, prazos e demais condições aplicáveis.

A solução contempla, dentre outras atividades:

- fornecimento de cabos, fios, disjuntores, conectores, eletrodutos, luminárias, dispositivos de proteção e demais componentes elétricos;
- manutenção e adequação de quadros elétricos e padrões de entrada de energia;
- execução de serviços de instalação, manutenção e substituição de componentes elétricos;
- manutenção de bombas e sistemas de abastecimento;
- serviços de manutenção e modernização da iluminação pública;
- execução de serviços técnicos especializados em instalações elétricas.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se essencial à viabilização da solução, considerando a impossibilidade de definição exata dos quantitativos necessários ao longo da vigência contratual, em razão da natureza variável e imprevisível das demandas, permitindo à Administração realizar contratações parceladas conforme a efetiva necessidade.

A estruturação do objeto por lotes técnicos contribui para maior eficiência da execução, melhor gestão contratual e racionalização administrativa, permitindo ganhos de escala, padronização dos materiais empregados e simplificação da fiscalização.

A solução também contempla a definição de níveis mínimos de serviço (SLA), especialmente para atendimento de demandas emergenciais, assegurando maior agilidade na resposta às ocorrências que possam comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Sob o aspecto técnico, todos os materiais fornecidos deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, regulamentações do INMETRO e demais exigências aplicáveis, enquanto os serviços deverão observar integralmente as normas de segurança e qualidade vigentes, especialmente aquelas relacionadas à segurança em instalações elétricas.

Adicionalmente, a solução proposta busca promover gradual modernização da infraestrutura elétrica municipal, mediante utilização de equipamentos mais eficientes e seguros, especialmente tecnologias voltadas à eficiência energética, contribuindo para redução de consumo, otimização de custos operacionais e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, a solução apresentada mostra-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, por possibilitar atendimento contínuo, eficiente e padronizado das demandas da Administração Pública, garantindo maior segurança, eficiência na gestão dos recursos públicos e continuidade dos serviços essenciais.

4. DO VALOR

4.1. O valor estimado da presente contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras do Município, utilizando-se como parâmetros consultas junto a fornecedores especializados do ramo e pesquisa em banco de preços públicos, conforme demonstrativos e mapa comparativo de preços anexados aos autos do processo administrativo.

A metodologia adotada para formação do valor estimado observou os princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência e vantajosidade da contratação pública, buscando refletir valores compatíveis com os praticados no mercado para objetos de natureza semelhante.

Para composição do preço estimado, foram considerados os valores obtidos junto às empresas do ramo especializadas no fornecimento de materiais elétricos e execução de serviços correlatos, bem como referências provenientes de banco de preços públicos, quando disponíveis, realizando-se análise comparativa dos valores coletados e tratamento técnico das informações obtidas.

Considerando a grande variedade de itens, a amplitude do objeto, as especificidades técnicas dos materiais elétricos e a existência de itens com elevada oscilação mercadológica, optou-se pela utilização da mediana como parâmetro principal para definição do valor estimado da contratação, especialmente em situações nas quais foram identificados valores discrepantes entre os orçamentos obtidos.

A utilização da mediana mostra-se tecnicamente mais adequada ao presente caso, por reduzir distorções ocasionadas por preços excessivamente elevados ou substancialmente inferiores à realidade de mercado, assegurando maior equilíbrio na formação do valor estimado e proporcionando maior segurança jurídica e econômica à Administração Pública.

O mapa comparativo de preços elaborado demonstra de forma detalhada os itens integrantes de cada lote, os quantitativos estimados, os valores obtidos junto aos fornecedores consultados, os valores provenientes de banco de preços públicos, bem como a média e mediana apuradas para cada item.

Dessa forma, o valor estimado global da contratação corresponde à soma dos valores estimados dos lotes constantes no mapa comparativo de preços, constituindo o valor máximo aceitável para fins de futura contratação e adjudicação, observadas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

Importa destacar que os quantitativos previstos possuem caráter estimativo, considerando a natureza variável e imprevisível das demandas relacionadas à manutenção elétrica municipal, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração Pública.

A estimativa elaborada busca assegurar compatibilidade entre os preços praticados no mercado e os valores utilizados pela Administração como referência para a futura contratação, garantindo equilíbrio econômico, competitividade do certame e adequada aplicação dos recursos públicos.

Por fim, registra-se que toda a pesquisa de preços, mapa comparativo, cotações recebidas e demais documentos utilizados para formação do valor estimado encontram-se devidamente anexados ao processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e observância às exigências legais aplicáveis à fase preparatória da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, contínua e sob demanda, conforme as necessidades da Administração Pública Municipal, mediante emissão de Ordens de Serviço e requisições de fornecimento expedidas pelos setores competentes, observando-se as condições, especificações técnicas, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

A contratação compreenderá o fornecimento integrado de materiais elétricos e a execução de serviços técnicos especializados, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela completa realização das atividades solicitadas, incluindo fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, logística, materiais de consumo e demais insumos necessários ao perfeito atendimento das demandas.

Os serviços poderão ser executados em prédios públicos, unidades administrativas, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, espaços públicos, sistemas de abastecimento, estruturas urbanas e demais locais indicados pela Administração Municipal, conforme necessidade identificada durante a vigência contratual.

A execução das atividades deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, regulamentações do INMETRO, normas de segurança do trabalho, incluindo NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, bem como demais exigências legais e técnicas pertinentes ao objeto.

As Ordens de Serviço emitidas pela Administração deverão conter, sempre que possível:

- descrição detalhada da demanda;
- local de execução;
- prazo para atendimento;
- classificação da demanda quanto à urgência;
- quantitativos estimados;
- demais condições específicas necessárias à execução.

Após o recebimento da Ordem de Serviço, a contratada deverá providenciar a mobilização da equipe técnica necessária à execução da demanda, observando os prazos estabelecidos contratualmente e os níveis mínimos de serviço definidos pela Administração.

A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser novos, de primeiro uso, sem avarias, atender integralmente às especificações técnicas exigidas e possuir qualidade compatível com as normas aplicáveis.

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados e tecnicamente capacitados, sob responsabilidade da contratada, garantindo qualidade, segurança e conformidade técnica das intervenções realizadas.

Durante a execução, caberá à contratada adotar todas as medidas necessárias à preservação da segurança dos servidores, usuários e patrimônio público, incluindo sinalização dos locais de trabalho, utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva, isolamento de áreas quando necessário e cumprimento integral das normas de segurança vigentes.

A contratada será integralmente responsável pelo transporte de materiais, deslocamento de equipes, disponibilização de ferramentas, equipamentos e demais recursos operacionais necessários à execução dos serviços, sem qualquer custo adicional para a Administração.

Nos casos em que houver necessidade de substituição de materiais ou execução de serviços complementares não inicialmente previstos na Ordem de Serviço, a contratada deverá comunicar formalmente a fiscalização contratual para avaliação e autorização prévia da Administração.

Os serviços executados e materiais fornecidos estarão sujeitos à fiscalização e verificação de conformidade por parte da Administração Municipal, podendo ser recusados, total ou parcialmente, caso não atendam às especificações técnicas, normas aplicáveis ou padrões mínimos de qualidade exigidos.

Em caso de identificação de falhas, defeitos, inadequações ou vícios na execução dos serviços ou nos materiais empregados, a contratada deverá promover a correção ou substituição imediata, sem qualquer ônus adicional à Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual.

A execução contratual deverá observar princípios de economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e adequada gestão dos recursos públicos, devendo a contratada atuar de forma coordenada com a fiscalização da Administração, assegurando adequado fluxo operacional, rastreabilidade das demandas e cumprimento integral das obrigações assumidas.

Por fim, considerando a natureza contínua e essencial do objeto, a contratada deverá manter capacidade operacional compatível com as demandas da Administração ao longo de toda a vigência contratual, garantindo disponibilidade de equipe técnica, materiais e estrutura logística suficientes para atendimento regular e emergencial das solicitações emitidas pelo Município.

6. DOS NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA) E PRAZOS DE ATENDIMENTO

Considerando a natureza essencial dos serviços objeto da presente contratação, especialmente aqueles relacionados à manutenção de instalações elétricas, sistemas de abastecimento e iluminação pública, a contratada deverá observar rigorosamente os níveis mínimos de serviço (SLA) e os prazos de atendimento estabelecidos neste Termo de Referência, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas e a adequada prestação dos serviços públicos.

Os prazos de atendimento serão contados a partir da formal solicitação emitida pela Administração Municipal, mediante Ordem de Serviço, comunicação oficial ou outro meio formal definido pela fiscalização contratual.

Para os serviços classificados pela Administração como de caráter urgente ou emergencial, especialmente aqueles que envolvam interrupção de serviços essenciais, risco à segurança, falhas em sistemas de abastecimento, problemas em iluminação pública, riscos de danos ao patrimônio público ou comprometimento do funcionamento de unidades administrativas, educacionais ou de saúde, a contratada deverá iniciar o atendimento e providenciar a execução da demanda no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a solicitação formal da Administração.

Já para os serviços classificados como comuns, compreendidos aqueles que não apresentem risco imediato à continuidade dos serviços públicos ou à segurança das instalações, a contratada deverá

executar a demanda no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a solicitação formal emitida pela Administração.

A classificação da demanda quanto à sua urgência será realizada exclusivamente pela Administração Municipal no momento da emissão da Ordem de Serviço, levando em consideração a criticidade da situação, o impacto operacional e o interesse público envolvido.

A contratada deverá manter estrutura operacional, equipe técnica e meios logísticos suficientes para atendimento simultâneo das demandas, inclusive em situações emergenciais, não podendo alegar indisponibilidade operacional, insuficiência de equipe ou ausência de materiais como justificativa para descumprimento dos prazos estabelecidos.

Nos casos em que a execução da demanda exigir intervenções de maior complexidade técnica, indisponibilidade comprovada de materiais específicos ou situações excepcionais devidamente justificadas, a contratada deverá comunicar formalmente a fiscalização contratual imediatamente após a constatação da situação, apresentando justificativa técnica detalhada e cronograma estimado para conclusão da demanda, cuja aceitação ficará condicionada à análise e aprovação da Administração.

O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos para atendimento e execução dos serviços configurará falha na execução contratual e sujeitará a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.

Em caso de atraso no atendimento das demandas dentro dos prazos estabelecidos, será aplicada multa correspondente ao valor equivalente a 01 (uma) hora técnica do respectivo serviço contratado, para cada dia de atraso verificado, contados a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo originalmente estabelecido para execução.

A aplicação da multa independe de notificação prévia e não afasta a possibilidade de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas cabíveis, incluindo advertência, multa complementar, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração e eventual rescisão contratual, conforme gravidade da ocorrência e reincidência.

A reincidência no descumprimento dos prazos de atendimento, especialmente em demandas classificadas como urgentes, poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato, sujeitando a contratada às medidas administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados à Administração ou à coletividade.

A fiscalização contratual realizará o controle sistemático dos prazos de atendimento, registrando as solicitações emitidas, horários de acionamento, início da execução, conclusão dos serviços e eventuais ocorrências relacionadas ao cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos, assegurando rastreabilidade e adequada gestão da execução contratual.

Dessa forma, os níveis de serviço e prazos de atendimento definidos neste instrumento têm por finalidade assegurar eficiência operacional, continuidade dos serviços públicos, resposta célere às demandas emergenciais e adequada qualidade na execução contratual, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável, constituem obrigações da contratada:

7.1. Executar integralmente o objeto contratado, observando rigorosamente as condições, especificações técnicas, prazos, níveis de serviço (SLA), normas técnicas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato administrativo.

7.2. Disponibilizar toda a mão de obra especializada necessária à execução dos serviços, incluindo profissionais qualificados, tecnicamente capacitados e em número suficiente para atendimento adequado das demandas da Administração, responsabilizando-se integralmente pela supervisão técnica e operacional das atividades executadas.

7.3. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, veículos, insumos e demais recursos necessários à completa execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

7.4. Garantir que todos os materiais fornecidos sejam novos, de primeiro uso, sem defeitos, em perfeitas condições de utilização, atendendo integralmente às especificações técnicas exigidas, às normas da ABNT, regulamentações do INMETRO e demais exigências legais aplicáveis.

7.5. Executar os serviços observando integralmente as normas técnicas vigentes, especialmente as relacionadas à segurança em instalações elétricas, incluindo NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, bem como demais normas de segurança do trabalho aplicáveis à atividade.

7.6. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade técnica dos serviços executados e dos materiais fornecidos, promovendo, às suas expensas e sem qualquer custo adicional à Administração, a imediata correção, substituição ou refazimento de serviços e materiais considerados inadequados, defeituosos ou em desacordo com as especificações exigidas.

7.7. Atender às Ordens de Serviço e solicitações emitidas pela Administração dentro dos prazos estabelecidos, especialmente quanto aos atendimentos emergenciais e níveis mínimos de serviço definidos neste Termo de Referência.

7.8. Manter estrutura operacional compatível com a demanda contratada, incluindo disponibilidade de equipe técnica, materiais e logística adequada para atendimento contínuo das necessidades da Administração Pública Municipal.

7.9. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte de materiais, deslocamento de equipes, carga, descarga, mobilização e desmobilização de equipamentos e demais atividades logísticas necessárias à execução do objeto.

7.10. Providenciar a sinalização e isolamento das áreas em manutenção sempre que necessário, garantindo a segurança de servidores, usuários e terceiros durante a execução dos serviços.

7.11. Fornecer e exigir a correta utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) e equipamentos de proteção coletiva (EPCs) por seus empregados, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho.

7.12. Responder integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração Pública.

7.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio público, a terceiros ou aos servidores da Administração em decorrência da execução dos serviços, obrigando-se ao ressarcimento integral dos prejuízos eventualmente ocasionados.

7.14. Comunicar imediatamente à fiscalização contratual qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços, incluindo falhas técnicas, indisponibilidade de materiais, situações emergenciais ou necessidade de intervenções complementares.

7.15. Manter durante toda a vigência contratual todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

7.16. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização formal da Administração, nos casos legalmente admitidos.

7.17. Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, fornecendo todas as informações, documentos e esclarecimentos solicitados pela Administração.

7.18. Cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável, promovendo o correto descarte de resíduos gerados durante a execução dos serviços, especialmente materiais elétricos, componentes eletrônicos, luminárias, cabos e demais itens potencialmente poluentes.

7.19. Executar os serviços de forma organizada, eficiente e com o menor impacto possível ao funcionamento das unidades administrativas e à prestação dos serviços públicos, adotando medidas para evitar interrupções desnecessárias ou transtornos aos usuários.

7.20. Arcar integralmente com os custos decorrentes de retrabalhos, correções e substituições necessários em razão de falhas na execução contratual ou utilização de materiais inadequados.

7.21. Apresentar, sempre que solicitado pela Administração, informações, relatórios, registros fotográficos, documentos técnicos ou quaisquer outros elementos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

7.22. Cumprir integralmente as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021, demais normas regulamentares aplicáveis e cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no instrumento contratual e na legislação aplicável, constituem obrigações da contratante:

8.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa executar o objeto de forma adequada, disponibilizando acesso aos locais de execução dos serviços, informações técnicas necessárias e demais elementos indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais.

8.2. Emitir as Ordens de Serviço, requisições de fornecimento e demais solicitações formais necessárias à execução do objeto, contendo descrição detalhada das demandas, locais de atendimento, prazos e demais condições específicas aplicáveis.

8.3. Definir, no momento da emissão das Ordens de Serviço, a classificação das demandas quanto ao seu grau de urgência, observando a criticidade da situação e o interesse público envolvido.

8.4. Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal formalmente designados, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, a observância dos prazos estabelecidos, a qualidade dos serviços executados e a conformidade dos materiais fornecidos.

8.5. Registrar e comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades, falhas, inadequações ou descumprimentos contratuais identificados durante a execução do objeto, estabelecendo prazos para regularização quando necessário.

8.6. Recusar, total ou parcialmente, materiais ou serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou exigências estabelecidas neste Termo de Referência, determinando sua correção, substituição ou refazimento.

8.7. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais e serviços executados, após verificação de conformidade e atesto pela fiscalização contratual.

8.8. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual, desde que cumpridas todas as exigências legais e contratuais aplicáveis.

8.9. Aplicar as penalidades administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual, observando o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais.

8.10. Manter controle sistemático das Ordens de Serviço emitidas, dos materiais solicitados, dos serviços executados e dos saldos da Ata de Registro de Preços, visando assegurar adequada gestão contratual e controle dos recursos públicos.

8.11. Disponibilizar à contratada, sempre que necessário, informações complementares relacionadas às condições de execução dos serviços, especificidades das unidades atendidas e demais orientações técnicas pertinentes.

8.12. Promover a adequada comunicação entre os setores demandantes, a fiscalização contratual e a contratada, buscando assegurar alinhamento operacional, celeridade no atendimento das demandas e eficiência na execução contratual.

8.13. Notificar formalmente a contratada acerca de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, incluindo atrasos, falhas técnicas, descumprimento de prazos ou irregularidades identificadas pela fiscalização.

8.14. Exigir da contratada o cumprimento integral das normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e demais obrigações previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

8.15. Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela contratada, desde que relacionados à execução do objeto e necessários ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

8.16. Adotar as medidas administrativas necessárias para assegurar a continuidade da execução contratual, especialmente em situações que envolvam serviços essenciais ou demandas emergenciais.

8.17. Assegurar que as solicitações de fornecimento e execução de serviços sejam realizadas de forma racional, planejada e compatível com as efetivas necessidades da Administração Pública, observando os princípios da economicidade e eficiência.

8.18. Promover a gestão e fiscalização contratual de forma contínua e eficiente, visando garantir a adequada execução do objeto, a qualidade dos serviços prestados e a correta aplicação dos recursos públicos.

8.19. Cumprir e fazer cumprir as disposições estabelecidas na Lei nº Lei nº 14.133/2021, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização da execução contratual serão exercidas pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei nº Lei nº 14.133/2021, cabendo ao Município acompanhar, controlar, supervisionar e avaliar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, visando assegurar a adequada execução do objeto, a qualidade dos serviços prestados e a correta aplicação dos recursos públicos.

A Administração designará formalmente gestor e fiscal do contrato, preferencialmente servidores com conhecimento técnico compatível com o objeto contratado, aos quais competirá acompanhar a execução contratual em todas as suas etapas, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

Caberá a **GESTÃO DO CONTRATO** ao senhor **PAULO SÉRGIO GIRARDI**, à quem compreenderá o acompanhamento global da execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, incluindo controle de saldos, gerenciamento das requisições emitidas, acompanhamento dos prazos contratuais, verificação da regularidade documental da contratada e adoção das providências administrativas necessárias ao adequado funcionamento da contratação.

Compete ao gestor do contrato, dentre outras atribuições:

- coordenar e supervisionar a execução contratual de forma geral;
- acompanhar os saldos da Ata de Registro de Preços;
- controlar prazos de vigência e execução;
- promover a interlocução administrativa com a contratada;
- adotar providências relacionadas a eventuais alterações contratuais, aplicação de penalidades e demais medidas administrativas pertinentes;
- garantir que a execução contratual ocorra em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

Caberá ao **FISCAL DO CONTRATO** o senhor **MARCOS FRANCISCO ZANELLA**, e ao **FISCAL SUBSTITUTO**, o senhor **GABRIEL HENRIQUE LEMOS**, a fiscalização contratual será exercida de forma

continua e sistemática, cabendo ao fiscal do contrato acompanhar diretamente a execução dos serviços e fornecimentos realizados, verificando sua conformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis, prazos estabelecidos e níveis mínimos de serviço (SLA).

Compete ao fiscal do contrato, dentre outras atribuições:

- acompanhar a execução dos serviços e fornecimento dos materiais;
- verificar a qualidade dos materiais utilizados e serviços executados;
- conferir quantitativos, especificações técnicas e conformidade das execuções;
- registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;
- solicitar correções, substituições ou refazimento de serviços inadequados;
- atestar o recebimento provisório e definitivo dos serviços e materiais;
- controlar o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- acompanhar os atendimentos emergenciais e níveis de serviço exigidos;
- subsidiar o gestor do contrato com informações necessárias à adoção de medidas administrativas.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela integral execução do objeto, inclusive perante terceiros, permanecendo a contratada responsável por quaisquer irregularidades, falhas técnicas, vícios, danos ou prejuízos decorrentes da execução contratual.

Toda comunicação relevante relacionada à execução contratual deverá ocorrer formalmente, preferencialmente por meio eletrônico, ordens de serviço, notificações, relatórios ou demais instrumentos administrativos aptos a assegurar rastreabilidade e controle das informações.

A Administração poderá, a qualquer momento, realizar inspeções, diligências, verificações técnicas e auditorias relacionadas à execução contratual, inclusive solicitando documentos, registros, relatórios, fotografias e demais informações necessárias ao adequado acompanhamento dos serviços e fornecimentos realizados.

Em caso de descumprimento contratual, atraso na execução, falhas técnicas, fornecimento inadequado de materiais ou qualquer irregularidade identificada, a fiscalização deverá registrar formalmente a ocorrência e comunicar imediatamente à contratada para adoção das providências corretivas cabíveis, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

A gestão e fiscalização contratual deverão observar, ainda, os princípios da segregação de funções, controle administrativo, rastreabilidade das demandas e eficiência da execução, visando assegurar maior transparência, segurança jurídica e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

A Administração manterá controle atualizado das Ordens de Serviço emitidas, atendimentos realizados, prazos de execução, saldos contratuais e ocorrências relacionadas à execução do objeto, de modo a permitir acompanhamento contínuo da performance contratual e subsidiar futuras decisões administrativas.

Dessa forma, a gestão e fiscalização da contratação constituem instrumentos essenciais para assegurar a adequada execução do objeto, garantir a qualidade dos serviços prestados, prevenir irregularidades e resguardar o interesse público durante toda a vigência contratual.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado de forma provisória e definitiva, observando-se as disposições da Lei nº Lei nº 14.133/2021, bem como os critérios técnicos e operacionais estabelecidos neste Termo de Referência.

O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos materiais ou conclusão dos serviços solicitados, mediante verificação preliminar realizada pela fiscalização contratual, destinada à conferência inicial dos quantitativos, integridade aparente dos materiais, compatibilidade com a Ordem de Serviço emitida e regularidade aparente da execução.

Nos casos de fornecimento de materiais, o recebimento provisório consistirá na conferência quantitativa, análise visual das condições dos produtos entregues e verificação inicial de conformidade com as especificações exigidas, podendo a Administração realizar inspeções complementares posteriormente.

Nos casos de execução de serviços, o recebimento provisório ocorrerá após a conclusão da intervenção solicitada, mediante verificação preliminar da execução, funcionamento básico da instalação atendida e observância aparente das condições técnicas estabelecidas.

O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, tampouco exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais, técnicas, civis e legais quanto à qualidade dos materiais fornecidos e serviços executados.

O recebimento definitivo será realizado após análise técnica detalhada pela fiscalização contratual, no prazo necessário à verificação da conformidade integral do objeto com as especificações técnicas, normas aplicáveis, condições contratuais e padrões mínimos de qualidade exigidos pela Administração.

Para fins de recebimento definitivo, poderão ser realizados:

- testes de funcionamento;
- verificação de desempenho;
- conferência técnica dos materiais empregados;
- análise da qualidade da execução;
- inspeções complementares;
- verificação de conformidade com normas técnicas e de segurança.

Somente será considerado definitivamente recebido o objeto que atender integralmente às especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade, níveis de serviço e demais exigências previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

Os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, falhas, avarias, vícios, inadequações técnicas ou desconformidade com as especificações exigidas serão recusados, total ou parcialmente, devendo a contratada providenciar sua substituição, correção ou refazimento no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

A Administração poderá rejeitar materiais de qualidade inferior, incompatíveis com as especificações exigidas ou que apresentem indícios de uso, deterioração, defeitos de fabricação ou desempenho inadequado, ainda que entregues dentro dos quantitativos solicitados.

Da mesma forma, serviços executados em desacordo com as normas técnicas, com falhas de execução, acabamento inadequado, funcionamento irregular ou qualquer outra inconformidade técnica poderão ser recusados, devendo ser integralmente refeitos pela contratada.

O recebimento definitivo do objeto ficará condicionado à regularização de todas as pendências eventualmente identificadas pela fiscalização contratual, incluindo correção de falhas, substituição de materiais inadequados e adequação dos serviços executados.

O atesto definitivo da execução contratual somente ocorrerá após a completa verificação da conformidade do objeto e servirá como condição para autorização do pagamento correspondente.

A contratada permanecerá responsável, mesmo após o recebimento definitivo, pela qualidade, segurança, durabilidade e funcionamento adequado dos materiais fornecidos e serviços executados, respondendo por vícios ocultos, defeitos supervenientes ou falhas decorrentes da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

A fiscalização contratual manterá registro formal dos recebimentos realizados, das ocorrências verificadas, das eventuais recusas e das providências adotadas, garantindo rastreabilidade, controle e adequada gestão da execução contratual.

Dessa forma, o procedimento de recebimento do objeto visa assegurar que os materiais fornecidos e os serviços executados atendam integralmente às necessidades da Administração Pública, garantindo qualidade, segurança, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado de forma parcelada, conforme a efetiva execução dos serviços e fornecimento dos materiais solicitados pela Administração Pública Municipal, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e na legislação vigente.

Os pagamentos ficarão condicionados ao efetivo recebimento provisório e definitivo do objeto pela fiscalização contratual, mediante verificação da conformidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidas.

A contratada deverá apresentar, para fins de pagamento, a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente emitida, contendo de forma clara e detalhada:

- número da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;
- número da Ordem de Serviço ou requisição correspondente;
- descrição dos materiais fornecidos e serviços executados;
- quantitativos;
- valores unitários e totais;
- demais informações necessárias à adequada identificação da execução contratual.

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada dos documentos comprobatórios exigidos pela legislação vigente e pela Administração, especialmente aqueles relacionados à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, quando aplicável.

O pagamento somente será efetuado após o atesto da execução pelo fiscal do contrato, que verificará a regularidade da execução, conformidade dos materiais e serviços, cumprimento dos prazos estabelecidos e inexistência de pendências ou irregularidades contratuais.

Constatada qualquer irregularidade na documentação apresentada, falha na execução dos serviços, divergência de quantitativos, desconformidade dos materiais fornecidos ou descumprimento contratual, o pagamento ficará suspenso até que a contratada promova a regularização da situação, não incidindo qualquer ônus adicional à Administração em razão do atraso decorrente da pendência identificada.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo do objeto e da apresentação regular da documentação exigida, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos da legislação vigente.

Os pagamentos serão realizados por meio de depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada, previamente informada à Administração.

Em caso de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para a situação, os valores devidos poderão ser atualizados financeiramente na forma da legislação aplicável.

A Administração poderá efetuar retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas ao Imposto de Renda, INSS, ISS e demais tributos incidentes sobre a contratação.

Será vedado o pagamento de serviços não executados, materiais não entregues, itens recusados pela fiscalização ou quaisquer valores relacionados a execuções em desconformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

Os pagamentos realizados não implicam reconhecimento definitivo da regularidade da execução contratual, permanecendo resguardado à Administração o direito de apurar posteriormente eventuais irregularidades, defeitos, vícios ou inconsistências verificadas na execução do objeto.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas no procedimento licitatório, constituindo condição indispensável para realização dos pagamentos.

Dessa forma, a sistemática de pagamento adotada visa assegurar adequada correlação entre a efetiva execução do objeto e a liberação dos recursos públicos, garantindo maior controle administrativo, eficiência na fiscalização contratual e observância aos princípios da legalidade, economicidade e interesse público.

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o de menor preço por lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza integrada, complementar e

funcionalmente interdependente dos itens e serviços que compõem cada agrupamento técnico previsto no objeto.

A escolha do julgamento por lote decorre da necessidade de assegurar compatibilidade técnica, eficiência operacional, racionalização da execução contratual e adequada gestão dos serviços e fornecimentos relacionados à infraestrutura elétrica municipal.

Os lotes foram estruturados com base em critérios técnicos de similaridade, especialidade e interdependência funcional, agrupando materiais e serviços correlatos pertencentes a uma mesma cadeia operacional, de forma a garantir unidade de execução, padronização dos materiais empregados e melhor desempenho das atividades contratadas.

A adoção do julgamento por itens isolados mostraria-se inadequada ao caso concreto, uma vez que poderia resultar na contratação de múltiplos fornecedores para execução de atividades diretamente relacionadas, aumentando a complexidade da gestão contratual, dificultando a fiscalização e ampliando os riscos de incompatibilidade técnica entre materiais e serviços executados.

Além disso, a fragmentação excessiva do objeto poderia ocasionar conflitos de responsabilidade entre fornecedores distintos, especialmente em situações que envolvam falhas operacionais, defeitos de execução ou incompatibilidade entre os componentes utilizados, comprometendo a eficiência da manutenção das instalações elétricas e a continuidade dos serviços públicos.

Sob o aspecto operacional, a contratação por lote proporciona maior eficiência na mobilização das equipes, otimização logística, padronização das execuções e redução de custos administrativos tanto para a Administração quanto para a contratada, refletindo diretamente na obtenção de propostas mais vantajosas para o Município.

Importa destacar que a modelagem adotada não compromete a competitividade do certame, considerando a existência de empresas no mercado com capacidade técnica e operacional compatível com os agrupamentos definidos, conforme demonstrado no levantamento de mercado realizado durante a fase preparatória da contratação.

O julgamento das propostas será realizado considerando o valor global de cada lote, sagrando-se vencedora a licitante que apresentar a proposta de menor preço, desde que atendidas todas as exigências técnicas, jurídicas, fiscais, trabalhistas e econômicas estabelecidas no edital e seus anexos.

Para fins de aceitabilidade das propostas, poderão ser realizadas análises de exequibilidade, especialmente nos casos de valores significativamente inferiores aos preços estimados pela Administração, visando evitar a contratação de propostas inexecutáveis que possam comprometer a adequada execução contratual.

Também poderão ser desclassificadas propostas que apresentem preços manifestamente excessivos, incompatíveis com os valores de mercado ou em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

A Administração poderá realizar diligências destinadas à verificação da composição dos preços apresentados, da compatibilidade dos valores ofertados com os custos de mercado e da capacidade operacional da licitante para execução integral do lote disputado.

O critério de julgamento adotado encontra-se alinhado aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e interesse público, permitindo à Administração selecionar a proposta mais vantajosa sem comprometer a qualidade técnica, a integração operacional e a adequada execução do objeto contratado.

Dessa forma, conclui-se que o critério de menor preço por lote representa a solução mais adequada para atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, assegurando maior eficiência na contratação, melhor gestão contratual e adequada execução dos serviços e fornecimentos relacionados à infraestrutura elétrica do Município.

13. DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA

13.1. Serão exigidos somente das proponentes classificadas os seguintes documentos:

13.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.1.1.2. Registro comercial, para empresa individual;

13.1.1.3. Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento;

13.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.1.1.5. Alvará em vigência.

13.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**) em plena validade;

13.1.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**;

13.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)** ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data da sessão.

13.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**).

13.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.1.3.1. Certidão negativa de falências ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em até 90 (noventa) dias antes da data prevista para apresentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

13.1.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. No caso de MEI, deverá apresentar a Declaração Anual de Faturamento.

13.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido para pessoa jurídica de direito público ou privado, produtos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante apresentação de no mínimo 01 (um) atestado.

13.1.5. DECLARAÇÕES

13.1.5.1. Declaração Unificada.

13.1.5.2. Declaração de disponibilidade de equipe técnica mínima para atendimento das demandas emergenciais e ordinárias;

13.1.5.3. Declaração de disponibilidade operacional compatível com os prazos de atendimento exigidos e/ou comprovação de estrutura operacional/logística para atendimento emergencial no Município;

13.1.6. OUTROS

13.1.6.1. Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 147/2014, apresentar:

13.1.6.1.1. Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte; expedida em data não anterior a 12 (doze) meses da data prevista para apresentação dos envelopes.

13.1.6.1.2. Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/PR ou conselho profissional competente, compatível com o objeto licitado.

13.1.6.2. Responsável Técnico:

13.1.6.2.1. Comprovação de vínculo de responsável técnico habilitado, mediante apresentação de:

- Certidão de Registro Profissional;
- ART/RRT;
- Vínculo com a empresa;

13.1.6.3. Comprovação de capacitação dos profissionais em NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

13.2. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou por meio eletrônico, na forma prevista no edital e na legislação aplicável.

A licitante deverá manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência da contratação, constituindo obrigação contratual a permanência da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica.

A apresentação de documentos falsos, inexatos ou inconsistentes poderá ensejar desclassificação da proposta, inabilitação da licitante, aplicação de sanções administrativas e demais medidas legais cabíveis.

A Administração poderá realizar diligências para esclarecimento ou complementação das informações apresentadas, desde que não impliquem substituição da documentação originalmente exigida ou afronta aos princípios da isonomia e competitividade.

As exigências de habilitação previstas neste instrumento possuem caráter estritamente necessário e proporcional à complexidade do objeto, visando assegurar a seleção de licitantes efetivamente aptas à adequada execução contratual, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, competitividade e interesse público.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, a inexecução do objeto, o atraso injustificado na execução dos serviços ou fornecimento dos materiais, a execução em desconformidade com as especificações estabelecidas, bem como quaisquer outras irregularidades verificadas durante a execução contratual, sujeitarão a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

As penalidades serão aplicadas observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa, considerando a natureza e gravidade da infração, os danos causados à Administração, a vantagem auferida pela contratada, a reincidência e demais circunstâncias relevantes do caso concreto.

Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções administrativas:

14.1. ADVERTÊNCIA

A sanção de advertência poderá ser aplicada nas hipóteses de infrações leves, especialmente aquelas que não ocasionem prejuízo relevante à Administração, como pequenas falhas formais, irregularidades sanáveis ou descumprimentos pontuais de obrigações acessórias, desde que não haja reincidência.

A advertência terá caráter educativo e preventivo, podendo ser formalizada por escrito pela fiscalização ou pela autoridade competente.

14.2. MULTA

A contratada estará sujeita à aplicação de multa nos casos de descumprimento contratual, atraso na execução, falha na prestação dos serviços, fornecimento inadequado de materiais ou qualquer outra infração relacionada à execução do objeto.

Sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas as seguintes multas:

- a) multa por atraso na execução dos serviços: equivalente ao valor correspondente a 01 (uma) hora técnica do respectivo serviço contratado, para cada dia de atraso verificado, contados a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo estabelecido para atendimento da demanda;
- b) multa por descumprimento parcial das obrigações contratuais: até 10% (dez por cento) do valor da Ordem de Serviço ou fornecimento correspondente;
- c) multa por inexecução parcial do contrato: até 20% (vinte por cento) do valor da obrigação inadimplida;
- d) multa por inexecução total do contrato: até 30% (trinta por cento) do valor total estimado da contratação ou saldo contratual remanescente, conforme o caso;
- e) multa por fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas: até 10% (dez por cento) do valor dos itens recusados;
- f) multa por reincidência em falhas operacionais, atrasos ou descumprimento de SLA: até 20% (vinte por cento) do valor da Ordem de Serviço correspondente.

As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções administrativas, conforme gravidade da infração.

Os valores das multas poderão ser descontados de pagamentos eventualmente devidos à contratada ou cobrados administrativamente e judicialmente, quando necessário.

14.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

A contratada poderá ser sancionada com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo previsto na legislação vigente, nos casos de infrações graves, especialmente quando:

- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração;
- der causa à inexecução total do contrato;
- não mantiver a proposta apresentada;
- ensejar retardamento injustificado da execução contratual;
- falhar reiteradamente na execução do objeto;
- apresentar comportamento inidôneo ou incompatível com a execução contratual.

14.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Poderá ser aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos casos de infrações gravíssimas, fraude, prática de atos ilícitos, apresentação de documentação falsa, comportamento fraudulento ou qualquer conduta que demonstre incapacidade moral ou técnica da contratada para contratar com o Poder Público.

A sanção será aplicada mediante processo administrativo específico, observados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. RESCISÃO CONTRATUAL

O descumprimento reiterado das obrigações contratuais, especialmente quanto aos prazos de atendimento, níveis de serviço (SLA), qualidade dos materiais fornecidos ou regularidade da execução, poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato pela Administração, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

Constituem motivos para rescisão contratual, dentre outros:

- atrasos reiterados na execução;
- descumprimento injustificado das Ordens de Serviço;
- falhas técnicas recorrentes;
- fornecimento de materiais inadequados;
- abandono da execução;
- perda das condições de habilitação;
- descumprimento das normas de segurança;
- prática de irregularidades graves.

14.6. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE PENALIDADES

A aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência não exclui a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual.

Nenhuma penalidade será aplicada sem prévia instauração de procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

A reincidência em infrações de mesma natureza será considerada circunstância agravante para fins de dosimetria da penalidade.

A Administração poderá deixar de aplicar penalidades nos casos em que ficar comprovada a ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente justificados e aceitos formalmente pela autoridade competente.

Dessa forma, o regime sancionatório previsto neste instrumento tem por finalidade assegurar a adequada execução contratual, preservar a continuidade dos serviços públicos, garantir a qualidade dos materiais e serviços contratados e resguardar o interesse público, promovendo maior segurança jurídica e eficiência administrativa.

15. MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A presente matriz de riscos tem por finalidade identificar, analisar e estabelecer mecanismos de mitigação para os principais eventos que possam impactar a execução da contratação, considerando as características técnicas, operacionais e administrativas do objeto.

A gestão de riscos constitui instrumento essencial de planejamento e governança contratual, permitindo à Administração antecipar situações potencialmente prejudiciais à execução do objeto, adotar medidas preventivas e reduzir impactos relacionados à continuidade dos serviços públicos, eficiência administrativa e adequada aplicação dos recursos públicos.

A classificação dos riscos foi realizada mediante análise qualitativa da probabilidade de ocorrência e do impacto potencial sobre a execução contratual, observando-se os seguintes parâmetros:

- Probabilidade: Baixa, Média ou Alta;
- Impacto: Baixo, Médio ou Alto;
- Classificação do risco: resultado da combinação entre probabilidade e impacto.

MATRIZ DE RISCOS

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	CLASSIFICAÇÃO	MEDIDAS MITIGADORAS	RESPONSÁVEL
Atraso no atendimento das Ordens de Serviço, especialmente em demandas emergenciais	Média	Alto	Alto	Estabelecimento de SLA rigoroso, fiscalização contínua, aplicação de penalidades e controle de prazos	Contratada / Fiscalização
Fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas	Média	Alto	Alto	Definição detalhada das especificações no TR, conferência técnica no recebimento e possibilidade de recusa dos materiais	Contratada / Fiscalização
Execução inadequada dos serviços ou falhas técnicas nas instalações	Média	Alto	Alto	Exigência de qualificação técnica, fiscalização permanente e obrigação de refazimento sem ônus	Contratada
Paralisação ou descontinuidade dos serviços essenciais em razão de falhas na execução contratual	Baixa	Alto	Alto	Atendimento emergencial via SLA, acompanhamento contínuo da execução e manutenção de capacidade operacional mínima	Contratada / Administração
Insuficiência de equipe técnica ou estrutura operacional da contratada	Média	Alto	Alto	Exigência de comprovação de capacidade técnica e operacional na habilitação	Contratada
Sobrepreço ou contratação com valores incompatíveis com o mercado	Baixa	Médio	Médio	Pesquisa de preços ampla, utilização da mediana e análise crítica das propostas	Administração
Apresentação de proposta inexequível	Média	Médio	Médio	Análise de exequibilidade das propostas e realização de diligências quando necessário	Administração
Falhas no controle de Ordens de Serviço e saldos contratuais	Média	Médio	Médio	Implantação de controle interno sistematizado e acompanhamento pela gestão contratual	Administração
Retrabalho decorrente de serviços executados inadequadamente	Média	Médio	Médio	Fiscalização efetiva e exigência de correção imediata pela contratada	Contratada / Fiscalização
Acidentes de trabalho durante execução dos serviços	Baixa	Alto	Médio	Exigência de cumprimento da NR-10, utilização de EPIs/EPCs e fiscalização das condições de segurança	Contratada
Danos ao patrimônio público durante a execução dos serviços	Baixa	Médio	Médio	Supervisão técnica, qualificação da equipe e responsabilização contratual	Contratada
Interrupção de serviços públicos em razão de falhas elétricas não atendidas tempestivamente	Média	Alto	Alto	Atendimento prioritário às demandas críticas e monitoramento contínuo dos prazos	Contratada
Descarte inadequado de resíduos elétricos e materiais substituídos	Baixa	Médio	Baixo	Exigência de destinação ambientalmente adequada e observância da legislação ambiental	Contratada
Dificuldade de fiscalização decorrente da descentralização das demandas	Média	Médio	Médio	Designação formal de gestor/fiscal e padronização das Ordens de Serviço	Administração

Aumento excessivo da demanda durante a vigência da Ata	Média	Médio	Médio	Planejamento contratual, controle de consumo e gestão contínua dos saldos	Administração
Falta de padronização dos materiais empregados	Baixa	Médio	Baixo	Definição técnica detalhada das especificações e fiscalização do recebimento	Administração / Fiscalização
Descumprimento de obrigações trabalhistas pela contratada	Baixa	Alto	Médio	Exigência de regularidade fiscal/trabalhista e fiscalização documental periódica	Contratada / Administração
Inexecução parcial ou total do contrato	Baixa	Alto	Alto	Aplicação de penalidades, possibilidade de rescisão contratual e acompanhamento contínuo da execução	Administração

A presente matriz não exclui a possibilidade de identificação de novos riscos durante a execução contratual, devendo a Administração realizar acompanhamento contínuo da execução e, sempre que necessário, adotar medidas complementares de mitigação e controle.

A gestão de riscos será realizada de forma integrada entre gestor do contrato, fiscalização contratual e setores demandantes, visando assegurar a adequada execução do objeto, a continuidade dos serviços públicos e a preservação do interesse público.

A adoção das medidas mitigadoras previstas nesta matriz, associada à adequada gestão e fiscalização contratual, contribui significativamente para redução da probabilidade de ocorrência dos eventos identificados e para minimização de seus impactos, fortalecendo a segurança jurídica, eficiência administrativa e efetividade da contratação.

8. DA VIGÊNCIA

A Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento licitatório terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos da Lei nº Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Pública, observados os requisitos legais aplicáveis e mantidas as condições mais vantajosas para o interesse público.

Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá realizar contratações conforme sua necessidade, mediante emissão de Ordens de Serviço, requisições de fornecimento ou instrumentos contratuais decorrentes, observados os quantitativos registrados, disponibilidade orçamentária e demais condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na Ata correspondente.

Os contratos administrativos eventualmente firmados com fundamento na Ata de Registro de Preços terão vigência própria, definida no respectivo instrumento contratual, observando-se a natureza da contratação, os prazos necessários à execução do objeto e as disposições legais pertinentes.

Considerando a natureza contínua, variável e essencial das demandas relacionadas à manutenção da infraestrutura elétrica municipal, a vigência da Ata de Registro de Preços mostra-se necessária para assegurar atendimento contínuo das necessidades da Administração, evitando descontinuidade dos serviços públicos e garantindo maior eficiência na gestão contratual.

A vigência estabelecida também se justifica em razão da necessidade de manutenção de instrumento contratual previamente estruturado para atendimento de demandas emergenciais e corretivas, especialmente aquelas relacionadas a sistemas elétricos essenciais, iluminação pública, abastecimento de água e funcionamento das unidades administrativas municipais.

Na hipótese de prorrogação da Ata de Registro de Preços, poderá haver renovação dos quantitativos inicialmente registrados, nos termos da legislação vigente e do entendimento aplicável ao Sistema de Registro de Preços, desde que devidamente demonstrada a vantajosidade da manutenção da contratação, a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado e a existência de interesse público devidamente justificado.

A eventual renovação dos quantitativos observará a necessidade administrativa efetivamente verificada, o histórico de consumo durante a execução contratual, a disponibilidade orçamentária e a manutenção das condições de habilitação e capacidade operacional da contratada, visando assegurar continuidade, eficiência e economicidade na prestação dos serviços e fornecimento dos materiais.

Eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à realização de análise administrativa quanto à regularidade da execução contratual, desempenho da contratada, vantajosidade econômica da manutenção dos preços registrados e adequação da solução contratada às necessidades da Administração Pública.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata e dos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal e capacidade operacional exigidas no procedimento licitatório.

A Administração realizará acompanhamento contínuo da execução contratual durante todo o período de vigência, visando assegurar a adequada prestação dos serviços, o fornecimento regular dos materiais e o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Dessa forma, o prazo de vigência estabelecido mostra-se adequado e compatível com a natureza da contratação, garantindo à Administração Pública maior flexibilidade operacional, continuidade dos serviços e eficiência na gestão dos recursos públicos.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A participação no presente procedimento licitatório implica plena ciência e aceitação, por parte das licitantes, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e nos demais documentos integrantes do processo administrativo, não podendo ser alegado desconhecimento posterior das obrigações assumidas.

A contratação decorrente deste procedimento será regida pelas disposições da Lei nº Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº Lei Complementar nº 123/2006, pelas normas regulamentares aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, pelas cláusulas estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e pelas demais normas pertinentes à matéria.

Os casos omissos e eventuais dúvidas de interpretação serão resolvidos pela Administração Pública, observando-se os princípios da legalidade, interesse público, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público.

A Administração poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos e exigir documentos complementares sempre que entender necessário para fins de instrução processual, análise de propostas, habilitação, fiscalização ou adequada execução contratual, desde que observados os limites legais e os princípios da isonomia e competitividade.

A contratada deverá observar integralmente todas as normas técnicas, ambientais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e de segurança aplicáveis à execução do objeto, responsabilizando-se integralmente por quaisquer irregularidades, infrações ou danos decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

Todas as comunicações relevantes relacionadas à execução contratual deverão ocorrer formalmente, preferencialmente por meio eletrônico, ordens de serviço, notificações, relatórios ou demais instrumentos administrativos aptos a assegurar rastreabilidade e controle das informações.

A Administração reserva-se o direito de realizar inspeções, diligências, auditorias e verificações técnicas a qualquer tempo durante a execução contratual, visando assegurar a conformidade dos serviços e materiais com as especificações estabelecidas e a adequada aplicação dos recursos públicos.

A eventual tolerância da Administração quanto ao descumprimento de quaisquer obrigações contratuais por parte da contratada não implicará renúncia de direitos, novação ou alteração das condições estabelecidas, constituindo mera liberalidade administrativa.

Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter estimativo, considerando a natureza variável e imprevisível das demandas relacionadas ao objeto, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração Pública, a qual realizará as contratações conforme sua efetiva necessidade durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações em sua totalidade, facultando-se a realização de contratação apenas dos quantitativos efetivamente necessários, observadas a conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e interesse público.

A contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações, documentos, dados técnicos e operacionais aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, não podendo utilizá-los para finalidade diversa da execução do objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Fica vedada a utilização de materiais, equipamentos ou procedimentos que estejam em desacordo com as normas técnicas vigentes ou que comprometam a segurança, qualidade e funcionalidade das instalações elétricas municipais.

As partes deverão atuar de forma colaborativa durante toda a execução contratual, buscando solução célere e eficiente para eventuais intercorrências operacionais, sempre visando à preservação da continuidade dos serviços públicos e do interesse público envolvido.



A Administração poderá rescindir unilateralmente a contratação nas hipóteses previstas na legislação vigente e no instrumento contratual, especialmente nos casos de inexecução total ou parcial, falhas reiteradas na execução, descumprimento das obrigações assumidas ou ocorrência de interesse público devidamente justificado.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins legais, os anexos, planilhas, especificações técnicas, mapas de riscos, estudos preliminares, propostas vencedoras e demais documentos vinculados ao processo administrativo correspondente.

Dessa forma, as disposições gerais previstas neste instrumento visam assegurar maior segurança jurídica, eficiência administrativa, adequada execução contratual e observância aos princípios que regem a Administração Pública, garantindo a efetividade da contratação e a preservação do interesse público.

São João-PR, 06 de maio de 2026.

Simone Zanella Ferreira

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Kátia Cristina Dalpiva Hartmann

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Andrieli Borsati

Secretária Municipal de Assistência Social

Grazieli Sbisigo

Secretária Municipal de Cultura, Esportes e Turismo

Tânia Aparecida Huppes

Secretária Municipal de Educação

Renato Augusto Marcon Pesibiczski

Secretário Municipal de Saúde

Paulo Sérgio Girardi

Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos

Joni Zanella Ferreira

Prefeito Municipal

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os **atestados de capacidade técnica** e os documentos que, pela própria natureza, forem emitidos exclusivamente em nome da matriz.

Será aceita a apresentação de **CNPJ distintos, matriz/filial, para CND e CRF/FGTS**, desde que comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

A licitante convocada para apresentação dos documentos de habilitação deverá encaminhá-los no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contados da notificação oficial, exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado no Edital.

1.1. REGISTRO CADASTRAL

A licitante poderá apresentar:

- a) documentos constantes de sistemas oficiais, quando válidos e disponíveis para consulta pela Administração; ou
- b) diretamente os documentos de habilitação exigidos neste Anexo, caso não utilize registro cadastral ou quando os documentos constantes em sistema oficial não sejam suficientes.

1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

A licitante deverá apresentar:

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com alterações e consolidações, quando houver;
- c) documentos de eleição de administradores, no caso de sociedade por ações, quando aplicável;
- d) inscrição do ato constitutivo e prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades simples, quando aplicável;
- e) decreto de autorização e ato de registro/autorização para funcionamento, no caso de empresa estrangeira, quando aplicável;
- f) procuração do representante legal, se for o caso.

1.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A licitante deverá apresentar:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável e compatível com o ramo de atividade da licitante;
- c) prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, inclusive contribuições previdenciárias;
- d) prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**;
- e) prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante;
- f) Certificado de Regularidade do **FGTS – CRF/FGTS**;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**;
- h) declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo do edital.

1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A licitante deverá apresentar:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais exigível, na forma da lei, devidamente apresentados e assinados;

- b) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- c) para empresas constituídas há menos tempo, apresentação das demonstrações cabíveis, como balanço de abertura, quando aplicável;
- d) índices contábeis, quando exigidos no edital, já calculados e assinados pelo contador e representante legal;
- e) caso aplicável, comprovação de capital social ou patrimônio líquido mínimo, se previsto no edital.

1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.5.1. Atestado de capacidade técnica

A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência no **fornecimento de materiais elétricos e/ou na execução de serviços técnicos especializados de manutenção elétrica**, compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades, complexidade operacional e relevância técnica.

O(s) atestado(s) poderá(ão) comprovar, entre outros serviços compatíveis: **manutenção preventiva e corretiva de instalações elétricas, instalação, adequação, ampliação, modernização, reparos elétricos, fornecimento de materiais elétricos, manutenção de bombas, quadros, comandos, padrões, redes, sistemas de iluminação ou serviços equivalentes.**

O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- a) identificação da entidade emitente, com razão social, CNPJ, endereço e responsável pela emissão;
- b) identificação da licitante;
- c) descrição dos materiais fornecidos e/ou serviços executados;
- d) quantitativos executados, quando constarem;
- e) local e período de execução, quando aplicável;
- f) declaração de que os fornecimentos e/ou serviços foram executados de forma satisfatória.

1.5.2. Documentação técnica e operacional

A licitante deverá apresentar, quando exigido no Termo de Referência ou solicitado para verificação da conformidade da proposta, documentação técnica e operacional suficiente para comprovar a aptidão da solução ofertada, incluindo, quando aplicável:

- a) catálogos, fichas técnicas, prospectos, manuais ou documentos equivalentes dos materiais, equipamentos ou componentes ofertados;
- b) indicação de marca, modelo, fabricante, composição, dimensões, tensão, potência, capacidade, desempenho e demais características técnicas pertinentes;
- c) certificados, registros, laudos ou documentos que comprovem atendimento às normas da **ABNT, INMETRO, NR-10** e demais normas técnicas aplicáveis, quando exigíveis;
- d) comprovação de disponibilidade de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, veículos, EPs/EPCs e estrutura mínima necessária à execução dos serviços;
- e) documentos que demonstrem a capacidade operacional da licitante para atendimento das demandas, inclusive ordens de serviço sob demanda, atendimentos emergenciais e execução em diferentes locais do Município;
- f) garantias dos materiais e serviços, quando aplicável;
- g) demais documentos técnicos previstos no Termo de Referência ou necessários à comprovação da compatibilidade do objeto ofertado.

1.5.3. Responsável técnico

A licitante deverá comprovar, quando aplicável ao objeto e às exigências do Termo de Referência, a existência de **responsável técnico legalmente habilitado** para acompanhamento dos serviços de manutenção, instalação, adequação e reparos elétricos, mediante apresentação de:

- a) comprovante de registro do profissional junto ao conselho competente;
- b) Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica e/ou do responsável técnico, quando exigível;
- c) **ART, RRT ou TRT**, conforme o caso, compatível com o objeto da contratação, quando exigível;
- d) comprovação de vínculo do responsável técnico com a licitante, mediante contrato social, carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, ficha de empregado ou outro documento juridicamente válido.

1.5.4. Diligências

Quando necessário para verificação de autenticidade, regularidade, suficiência documental e/ou compatibilidade técnica ou operacional, a Administração poderá realizar **diligências**, podendo solicitar documentos complementares, tais como notas fiscais, contratos, ordens de serviço, catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, relatórios técnicos, ART/RRT/TRT, declarações de responsável técnico ou documentos equivalentes.

1.5.5. Documentação complementar

Quando previsto no Termo de Referência e/ou necessário para comprovação da conformidade, poderá ser exigida documentação complementar correlata ao objeto, inclusive documentos que demonstrem a **regularidade técnica, capacidade operacional, qualificação da equipe, segurança na execução, atendimento às normas técnicas, disponibilidade de equipamentos e compatibilidade dos materiais e serviços ofertados** com as exigências do edital.

1.5.6. Finalidade da exigência

A exigência de qualificação técnica tem por finalidade comprovar a aptidão da licitante para a adequada execução do objeto, nos termos do **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, resguardando a Administração quanto à **segurança das instalações elétricas, continuidade dos serviços públicos, qualidade dos materiais fornecidos, regularidade técnica, eficiência operacional e correta execução dos serviços contratados**.

1.6. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

1.6.1. Declaração Unificada

A licitante deverá apresentar **Declaração Unificada**, conforme modelo do Edital, contemplando, no mínimo:

- a) inexistência de fato impeditivo;
- b) cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- c) ciência e aceitação das condições do edital e anexos;
- d) atendimento aos requisitos de habilitação e proposta;
- e) declaração de reserva de cargos, quando aplicável;
- f) declaração de responsabilidade pela execução do objeto em conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições de execução, normas de segurança, fornecimento de materiais, prestação dos serviços e demais exigências previstas no Termo de Referência.

1.6.2. Declaração de ME/EPP

No caso de **ME/EPP**, observar o modelo do edital e, quando exigido, assinatura do representante legal e do responsável contábil, se previsto.

1.6.3. Declaração de atendimento às especificações técnicas e operacionais

Quando aplicável ao objeto, a licitante deverá apresentar declaração de atendimento às **especificações técnicas e operacionais**, às condições de fornecimento, execução dos serviços, normas técnicas, normas de segurança e demais condições previstas no Termo de Referência, comprometendo-se a executar o objeto em conformidade com o edital, seus anexos e a legislação aplicável.

1.7. COMPROVANTE DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

1.7.1. Documentos exigidos

A licitante que pretender usufruir dos benefícios da **Lei Complementar nº 123/2006** deverá apresentar:

- a) Certidão Simplificada da Junta Comercial, ou equivalente, comprovando enquadramento como ME/EPP, dentro da validade; na ausência de validade expressa, emitida há no máximo **12 (doze) meses** da data da sessão; e
- b) declaração de enquadramento firmada pelo representante legal.

1.7.2. Fruição dos benefícios

A fruição dos benefícios dependerá do efetivo enquadramento e do atendimento das demais exigências legais.

1.7.3. Regularização fiscal e trabalhista

Havendo restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para regularização, nos termos da legislação aplicável.

1.8. REGRAS GERAIS

1.8.1. Compatibilidade dos documentos

Todos os documentos deverão ser apresentados em nome da licitante, com CNPJ e dados compatíveis com o cadastro e a proposta.

1.8.2. Matriz e filial

Matriz apresenta documentos da matriz; filial apresenta documentos da filial, ressalvados os documentos emitidos exclusivamente em nome da matriz e os atestados, quando cabível.

1.8.3. Execução por filial

Quando a execução ocorrer por filial, esta deverá estar identificada na proposta e nos documentos pertinentes.

1.8.4. Diligências

A Administração poderá promover conferência e diligências para confirmação de autenticidade, validade, compatibilidade, regularidade e suficiência dos documentos apresentados.

1.8.5. Documentos ilegíveis, inconsistentes ou vencidos

Documento ilegível, inconsistente, vencido ou incompatível poderá ensejar inabilitação, assegurada diligência quando cabível, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.8.6. Validade dos documentos

Os documentos apresentados deverão estar válidos na data de sua apresentação, salvo disposição específica em contrário no edital ou na legislação aplicável.

1.8.7. Responsabilidade pelas informações



A licitante é responsável pela veracidade, autenticidade e atualidade das informações e documentos apresentados, sujeitando-se às sanções legais e administrativas cabíveis em caso de falsidade, omissão ou irregularidade.

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90.0XX/20XX
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 286/2026

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
 CNPJ/CPF: _____
 Inscrição Municipal: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____
 Estado: _____
 Telefone: _____ Fax: _____
 E-mail: _____
 Banco: _____
 Agência: _____
 Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados em manutenção elétrica**, destinados à execução de serviços de **manutenção preventiva, corretiva, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos das instalações elétricas** pertencentes ao Município de São João/PR, em atendimento às necessidades das **diversas Secretarias Municipais**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I** do Edital.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

LOTE 01 - MANUTENÇÃO DE BOMBAS D'ÁGUA DOS DISTRITOS					
Item	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Rebobinagem motor 2cv 220v 4 Polos	3	Unid.		
2	Rebobinagem motor 2cv 220v 2 Polos	3	Unid.		
3	Rebobinagem motor 3cv 220v 4 Polos	2	Unid.		
4	Rebobinagem motor 5cv 220v 4 Polos	2	Unid.		
5	Rebobinagem motor 3cv 220v 2 Polos	2	Unid.		
6	Rolamento 6204	20	Unid.		
7	Rolamento 6203	20	Unid.		
8	Rolamento 6201	20	Unid.		
9	Rolamento 6202	20	Unid.		
10	Platinado weg	20	Unid.		
11	Centrífugo weg	12	Unid.		
12	Capacitor 145- 175 uf	20	Unid.		
13	Selo mecânico	50	Unid.		
14	Capacitor 430-516 uf	50	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

15	Capacitor 88-108 uf	20	Unid.		
16	Capacitor 108-130 uf	20	Unid.		
17	Capacitor 340-408 uf	20	Unid.		
18	Capacitor 540-648 uf	20	Unid.		
19	Capacitor 64-77 uf	20	Unid.		
20	Adaptador/mangueira rosca 1agua	30	Unid.		
21	Adesivo PVC incolor frasco 175g	20	Unid.		
22	Bucha red. c/rosca 1 1/2x1	20	Unid.		
23	Bucha red. sold curta 50x40mm	20	Unid.		
24	Cabo flexível 750v 1.5mm	1000	Mt		
25	Cabo flexível 750v 2.5mm	500	Mt		
26	Cabo multiplex triplex 16mm	1000	Mt		
27	Cabo pp 2x4,om	1000	Mt		
28	Caixa multiuso 28x18x14	50	Unid.		
29	Capacitor eletr. 110v 88/108	50	Unid.		
30	Capacitor eletr. 110v 145/175	30	Unid.		
31	Capacitor eletr. 110v 340/408 uf	30	Unid.		
32	Capacitor eletr. 110v540/648uf can.peq.	30	Unid.		
33	Capacitor eletr. 110v 108/130	20	Unid.		
34	Capacitor eletr. 110v 430/516	20	Unid.		
35	Capacitor eletr. 110v 64/77	20	Unid.		
36	Centrif. Weg 0,5 4p-f.16,0mm	20	Unid.		
37	Chave (I) d (I) 3a unipolar	30	Unid.		
38	Contator cwm12.10 4,0cv 24v	50	Unid.		
39	Contador cwm 25,00 ona/onf 220v 7,5cv	50	Unid.		
40	Curva 90 c/rosca 1 1/4	30	Unid.		
41	Curva 90 sold. 40mm	30	Unid.		
42	Curva 90 sold. 50mm	30	Unid.		
43	Fita veda rosca 18mmx25m	60	Unid.		
44	Joelho 90 sold 50mm	30	Unid.		
45	Luva c/rosca 1"	30	Unid.		
46	Luva c/rosca 1 1/4	30	Unid.		
47	Luva sold. 40mm	60	Unid.		
48	Luva sold. mista 40 mm 1 1/4	60	Unid.		
49	Nipel paralelo c/rosca 1	40	Unid.		
50	Parafuso 5/8 16x300mm padrão	50	Unid.		
51	Platinado WEG 56b (3,0cv)f gde duplo	30	Unid.		
52	Rele sobrecarga 27d 8.0-12.5A	60	Unid.		
53	Rele sobrecarga 27d 14.0-28.0 A	30	Unid.		
54	Rex pesado 1x1	20	Unid.		
55	Roldana porcelana 72x72 mm	30	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

56	Tomada ext. retangular 20a-mf	20	Unid.		
57	Tomada dupla sist.-x 20a	20	Unid.		
58	Tubo soldável 40mm	300	M		
59	Tubo soldável 50mm	300	M		
60	União assento bronze 2	20	Unid.		
61	Válvula sucção fundo poço 2	20	Unid.		
62	Disjuntor 2x25a	20	Unid.		
63	Disjuntor 2x32a	50	Unid.		
64	Contador cwm 32,00 ona/onf 220v 12,5cv	50	Unid.		
65	Temporizador digital autovolt trilho	50	Unid.		
66	Conector tapite perfurante 10-25	60	Unid.		
67	Conector tapite perfurante 25-95	60	Unid.		
68	Conector tapite derivação 1,5mm a 10mm	60	Unid.		
69	Bóia automática	20	Unid.		
70	Mao de obra	200	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 02 – CABOS E CONDUTORES					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Fio flexível com isolamento em PVC 750V 1,5 mm2.	5000	M		
2	Fio flexível com isolamento em PVC 750V 2,5 mm2.	8000	M		
3	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 4,00 mm2	10000	M		
4	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 6,00 mm2	10000	M		
5	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 10 mm2.	10000	M		
6	Fio flexível com isolamento em PVC 1 KV, 16 mm2.	5000	M		
7	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 1,5 mm2.	5000	M		
8	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 2,5 mm2.	5000	M		
9	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 4 mm2.	8000	M		
10	Cabo PP 2x2,5 mm	1000	M		
11	Cabo PP 2x1,5 mm	1000	M		
12	Cabo PP 2 x 4 mm	1000	M		
13	cabo PP 2x6,0 mm	1200	M		
14	Cabo PP 3 x 2,5 mm	1500	M		
15	Cabo PP 3 x 4 mm	1500	M		
16	Cabo PP 3 x 10 mm	1500	M		
17	Cabo duplex 10 mm	2000	M		
18	Cabo duplex 16 mm	2000	M		
19	Cabo triplex 16 mm	3000	M		
20	Cabo triplex 25 mm	5000	M		
21	Cabo triplex 35 mm	1000	M		
22	Cabo de cobre com isolamento em PVC 1 KV 25,00 mm2	600	M		
23	Cabo telefônico tipo CCI 50 – 02 pares	600	M		
24	Cabo telefonico drops FE 100	600	M		



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

25	Cabo telefonico CTP APL 50 10 pares	600	M		
26	Cabo telefonico CCE APL 50x 4 pares blindado	600	M		
27	Cabo de rede CAT5 E, caixa com 300 metros	30	CX		
TOTAL					R\$

LOTE 03 - DISJUNTORES, CONTADORES E MATERIAIS CORRELATOS					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Disjuntor DIN 1 x 10 A	50	Unid.		
2	Disjuntor DIN 1 x 16A	50	Unid.		
3	Disjuntor DIN 1 x 20 A	50	Unid.		
4	Disjuntor DIN 1 x 25 A	50	Unid.		
5	Disjuntor DIN 1 x 32 A	40	Unid.		
6	Disjuntor DIN 1 x 50 A	50	Unid.		
7	Disjuntor DIN 2 x 16 A	100	Unid.		
8	Disjuntor DIN 2 x 20 A	100	Unid.		
9	Disjuntor DIN 2 x 32 A	100	Unid.		
10	Disjuntor DIN 2 x 40 A	100	Unid.		
11	Disjuntor DIN 2 x 50 A	100	Unid.		
12	Disjuntor DIN 2 x 63 A	100	Unid.		
13	Disjuntor DIN 2 x 70 A	50	Unid.		
14	Disjuntor DIN 3 x 10 A	50	Unid.		
15	Disjuntor DIN 3 x 20 A	50	Unid.		
16	Disjuntor DIN 3 x 32 A	50	Unid.		
17	Disjuntor DIN 3 x 40 A	50	Unid.		
18	Disjuntor DIN 3 x 50 A	50	Unid.		
19	Disjuntor DIN 3 x 63 A	40	Unid.		
20	Disjuntor DIN 3 x 100 A	40	Unid.		
21	Disjuntor DIN 3 x 150 A	40	Unid.		
22	Disjuntor DIN 3 x 200 A	40	Unid.		
23	Contator 1 x 12 A	20	Unid.		
24	Contator 1 x 18 A	20	Unid.		
25	Contator 1 x 25 A	20	Unid.		
26	Contator 1 x 32 A	20	Unid.		
27	Contator 1 x 40 A	40	Unid.		
28	Tomada industrial sob 2P + T 16 A 6H azul 220V	30	Unid.		
29	Tomada industrial sob 2P + T 32 A 6H azul 220V	30	Unid.		
30	Tomada ind sob 3P + T 16A 6H 380/440v	30	Unid.		
31	Tomada ind sob 3P + T 16A 9H 220/240V	30	Unid.		
32	Temporizador digital autovolt trilho	30	Unid.		
33	Tomada ind sob 3P + T 32A 6H 380/440V	30	Unid.		
TOTAL					R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

LOTE 04 – SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO

Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Lampada led 30W 6500K bocal E27	500	Unid.		
2	Lampada led 40W 6500K bocal E27	500	Unid.		
3	Lampada led 50W 6500K bocal E27	500	Unid.		
4	Lampada led 70W 6500K bocal E27	500	Unid.		
5	Lampada vapor metalico 400W E - 40 tubular 5000k branca temperatura fria	100	Unid.		
6	Lampada LED T8 10W 6400K BIV	200	Unid.		
7	Lampada Tuboled 20W 6500k T8	400	Unid.		
8	Luminária 2x20W LED completa, proteção de acrílico, hermética	30	Unid.		
9	Luminária 2x10W LED completa, proteção de acrílico, hermética	30	Unid.		
10	Iluminacao emerg. autonoma 2x55W com bateria automotiva acoplada ao equipamento e com DPS (dispositivo de proteção de surto).	50	Unid.		
11	Luminaria emergência c/ alça com no mínimo 30 leds 127 v	300	Unid.		
12	Reator 400w interno sódio/metálico	80	Unid.		
13	Refletor retangular LED 50 W, IP66	100	Unid.		
14	Refletor retangular LED 100 W, IP66	100	Unid.		
15	Refletor retangular LED 200 W, IP66	100	Unid.		
16	Base para relê foto célula	100	Unid.		
17	Rele foto eletromagnético 220 V	200	Unid.		
18	Torneira Elétrica Bancada ou Parede, com bica alta e móvel, com no mínimo 3 temperaturas (quente, morna e fria), registro de 1/4 de volta, 5500W, nas voltagens 127V ou 220V. O modelo e voltagem serão informados na solicitação.	80	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 05 – MATERIAIS ELÉTRICOS COMPLEMENTARES

Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Roldana porcelana 72 x 72	50	Unid.		
2	Roldana plástica 36 x 36 c/ prego	200	Unid.		
3	Isolador pimentão porcelana	50	Unid.		
4	Armação rex 1 x 1	50	Unid.		
5	Fita dupla face 5 mts	60	Unid.		
6	Fita isolante Alta Fusão 19 mm x 10m	50	Unid.		
7	Fita Isolante Anti Chama 19 x 10 metros	180	Unid.		
8	Fita Isolante Anti Chama 19 x 20 metros	250	Unid.		
9	Haste aterramento 5/8" x 2,40 m com isolamento acobreado	50	Unid.		
10	Presilha haste aterr. duplo 5/16	50	Unid.		
11	Tomada fema para telefone 4 x 2 branca RJ11	50	Unid.		
12	Interrup simples 1 tcl + tom 20A 2P + T 250 V, novo padrão	200	Unid.		
13	Interruptor duplo 2 tcl + tomada embut. 2P + T 20 A, novo padrão	200	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

14	Interruptor duas teclas paralelo 10 A 250V	200	Unid.		
15	Interruptor de embutir, uma tecla simples, 10 A, 250 V, c/ parafusos e com placa de fechamentos 4" x 2"	200	Unid.		
16	Tomada 2P+T 20A 250V novo padrao BCA.	200	Unid.		
17	Plug fêmea 2p + T 20 A universal	300	Unid.		
18	Plug macho 2P + T 10 A universal	300	Unid.		
19	Caixa de passagem externa para tomadas e interruptores em pvc, com parafusos e buchas de fixação.	200	Unid.		
20	Canaleta em pvc com fita auto colante, 20 x 10 x200	300	Unid.		
21	Canaleta em pvc com fita auto colante, 20 x 50 x200	300	Unid.		
22	Peças para canaletas diversas em pvc 20 x 10 x 200	1000	Unid.		
23	Peças para canaletas diversas em pvc 40 x 15 x 200	100	Unid.		
24	Quadro de distribuição para 03 a 04 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento.	20	Unid.		
25	Quadro de distribuição para 06 a 08 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.		
26	Quadro de distribuição para 12 a 16 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.		
27	Quadro de distribuição para 18 a 24 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.		
28	Quadro de distribuição para 03 a 04 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento.	30	Unid.		
29	Quadro de distribuição para 06 a 08 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.		
30	Quadro de distribuição para 12 a 16 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.		
31	Quadro de distribuição para 18 a 24 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.		
32	Quadro distribuição tel sistema VDI 20 x 20 embutir	30	Unid.		
33	Quadro distribuição tel sistema VDI 30 x 30 embutir	20	Unid.		
34	Quadro distribuição tel sistema VDI 40 x 40 embutir	20	Unid.		
35	Bocal fixo de porcelana E 27	800	Unid.		
36	Bocal simples de acrílico/PVC E 27	1000	Unid.		
37	Plafon simples PVC E27 fixo	800	Unid.		
38	Spot duplo bocal E27, Sobrepor direcionável.	600	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 06 – ELETRODUTOS E CONEXÕES					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Eletroduto rígido anti chama 1"	1000	M		
2	Eletroduto rígido anti chama 1/2"	1000	M		
3	Eletroduto rígido anti chama 3/4"	1000	M		
4	Eletroduto corrugado flexível laranja 1/2" 20 mm	2000	M		
5	Eletroduto corrugado flexível laranja 3/4" 25 mm	2000	M		
6	Eletroduto corrugado flexível laranja 1" 32 mm	3000	M		
7	Eletroduto canaflex 1.1/2 mm	1500	M		
8	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	200	Unid.		
9	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" roscável cinza	200	Unid.		
10	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" roscável cinza	200	Unid.		
11	Curva eletroduto rígido 135 graus 1" cinza	200	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

12	Curva eletroduto rígido 135 graus 3/4" cinza	200	Unid.		
13	Curva eletroduto rígido 180 graus 1" cinza	200	Unid.		
14	Curva eletroduto rígido 90 graus 1/2" cinza	300	Unid.		
15	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" cinza	300	Unid.		
16	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	300	Unid.		
17	Luva eletroduto rígido 3/4" cinza	300	Unid.		
18	Luva eletroduto rígido 1/2" cinza	300	Unid.		
19	Luva eletroduto rígido 1" cinza	300	Unid.		
20	Luva eletroduto roscavel rígido 1" cinza	200	Unid.		
21	Luva eletroduto roscavel rígido 1/2" cinza	200	Unid.		
22	Luva eletroduto roscavel rígido 3/4" cinza	200	Unid.		
23	Tampa tomada redonda cinza 3/4	200	Unid.		
24	Tampa 1 modulo cinza 3/4	200	Unid.		
25	Tampa 2 modulo cinza 3/4	200	Unid.		
26	Tampa 3 modulos cinza 3/4"	200	Unid.		
27	Tampa cega cinza 3/4"	200	Unid.		
28	Tampa tomada novo padrao horizontal.3/4	200	Unid.		
29	Tampa tomada novo padrao vert.3/4	200	Unid.		
30	Caixa passagem eletroduto rígido 5 entradas 3/4	500	Unid.		
31	Caixa multiuso 28x18x14	500	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 07 - MATERIAIS PARA CONFEÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Poste TN 75 x 7,20 mts padrao COPEL	50	Unid.		
2	Poste TN 100 x 7,20 mts padrao COPEL	20	Unid.		
3	Poste TN 200 x 7,20 mts padrao COPEL	20	Unid.		
4	Caixa de medição CN1 padrão COPEL	20	Unid.		
5	Caixa de medição CN2 padrão COPEL	20	Unid.		
6	Caixa de medição AN1 padrão COPEL	20	Unid.		
7	Caixa de medição AN2 padrão COPEL	20	Unid.		
8	Caixa de medição CB 100 padrão COPEL	10	Unid.		
9	Caixa de medição CB 200 padrão COPEL	10	Unid.		
10	Abraçadeira Universal tipo "U"	100	Unid.		
11	Armação rex 1 x 1	100	Unid.		
12	Parafuso 6" x 5/8 com porca.	100	Unid.		
13	Roldana porcelana 72 x 72	50	Unid.		
14	Eletroduto rígido anti chama 1"	200	M		
15	Eletroduto rígido anti chama 3/4"	200	M		
16	Curva eletroduto rígido 180 graus 1" cinza	100	Unid.		
17	Curva eletroduto rígido 135 graus 1" cinza	100	Unid.		
18	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	100	Unid.		
19	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" roscavel cinza	100	Unid.		
20	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" roscavel cinza	100	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

21	Curva eletroduto rígido 90 graus 1/2" cinza	120	Unid.		
22	Bucha galvanizada 1 "	120	Unid.		
23	Arruela galvanizada 1 "	120	Unid.		
24	Bucha galvanizada 3/4 "	120	Unid.		
25	Arruela galvanizada 3/4"	200	Unid.		
26	Disjuntor DIN 2 x 50 A (6KA)	50	Unid.		
27	Fita veda rosca 10 mts	40	Unid.		
28	Fita veda rosca 25 mts	40	Unid.		
29	Cola silicone 50 grs	50	Unid.		
30	Fita Isolante Anti Chama 19 x 10 metros	30	Unid.		
31	Luva eletroduto rígido 3/4" cinza	50	Unid.		
32	Luva eletroduto rígido 1/2" cinza	50	Unid.		
33	Luva eletroduto rígido 1" cinza	50	Unid.		
34	Fita alumínio 3/4 19,04x0,5mm	300	M		
35	Fio sólido com isolamento em PVC 750V, 10 mm	1500	M		
36	Haste aterramento 1/2" x 2 m com isolamento acobreado	80	Unid.		
37	Presilha haste aterro. duplo 5/16	80	Unid.		
38	Flange para caixa padrão 1"	80	Unid.		
39	Presilha alumínio para fita 3/4	80	Unid.		
40	Caixa passagem PVC padrão de luz	80	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 08 – HORA TÉCNICA					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Hora Técnica, sendo 01 eletricitista e 01 auxiliar.	3000	Horas		
TOTAL					R\$

LOTE 09 – MATERIAL MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Braço para luminária pública tipo BR2, de 03 metros de comprimento curvo com sapata, tubo de aço SAE 1010 a 1020, galvanizado a fogo, parede mínima de 3,00mm, diâmetro de mínimo de Ø 48,2mm e todo o material para fixação.	20	Unid.		
2	Luminária LED 60 w - luminárias pública led, com potência máxima 60w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, , fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 8.400 lm, eficiência luminosa > = 140 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de angulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocelula deverão ter garantia mínima de 05 anos.	300	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

3	Luminária LED 100 w - luminárias pública led, com potência máxima 100w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 15000 lm, eficiência luminosa > = 150 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de ângulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 05 anos.	300	Unid.		
4	Luminária LED 200 w - luminárias pública led, com potência máxima 200w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 27000 lm, eficiência luminosa > = 135 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de ângulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 05 anos.	300	Unid.		
5	Luminária LED 240 w - luminárias pública led, com potência máxima 240w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 33000 lm, eficiência luminosa > = 135 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de ângulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 05 anos.	150	Unid.		
6	Cabo PP 2 x 2,5 mm	1000	M		
7	Conector tapite perfurante 1,5mm a 10mm	1000	Unid.		
8	Rele foto eletromagnético bivolt	1000	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 10 – MÃO DE OBRA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Manutenção de luminárias em superpostes de até 18 metros.	100	Unid.		
2	Serviço de substituição de luminária pública de LED por luminária pública de LED. (Compreende retirada de luminária LED e instalação de luminária LED em infraestrutura existente)	500	Unid.		
3	Substituição de relê fotoelétrico	500	Unid.		
4	Manutenção de quadro de comando de superposte	50	Unid.		

Observação: O valor da proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, EPIs/EPCs, garantia, assistência, despesas administrativas e demais custos incidentes.

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de ____ (____) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE, FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A licitante será responsável pela **regularidade, qualidade técnica, conformidade e segurança** dos materiais e serviços ofertados, observadas as exigências do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

4.2. Os materiais serão fornecidos e os serviços executados **sob demanda**, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço, requisição de fornecimento ou instrumento equivalente**, não havendo obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados registrados na Ata de Registro de Preços.

4.3. A licitante deverá fornecer materiais compatíveis com as especificações exigidas, responsabilizando-se por sua **qualidade, procedência, garantia, conformidade técnica e substituição**, quando constatado defeito, incompatibilidade ou desconformidade.

4.4. A licitante deverá disponibilizar **mão de obra qualificada**, ferramentas, equipamentos, veículos, EPIs/EPCs e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços de manutenção, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos elétricos.

4.5. Os serviços deverão observar as normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente **ABNT, INMETRO, NR-10** e demais normas pertinentes à execução de serviços em instalações elétricas.

4.6. Em caso de falha, defeito, desconformidade do material, execução inadequada ou serviço em desacordo com o objeto, a contratada deverá regularizar a situação, corrigir as falhas e adotar as providências necessárias, **sem ônus adicional à Administração**, nos prazos definidos no Edital, no Termo de Referência e no contrato.

4.7. A contratada responsabiliza-se por todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive **materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, deslocamentos, ferramentas, encargos, tributos, EPIs/EPCs, garantia e demais despesas incidentes**.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. A licitante declara que sua proposta atende integralmente às exigências do **Edital** e do **Termo de Referência – Anexo I**, inclusive quanto às especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento, execução dos serviços, prazos e demais obrigações.

5.2. A licitante declara, sob as penas da lei, que os preços ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, nos termos do **§ 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

5.3. A licitante declara que os materiais ofertados são compatíveis com as especificações exigidas, possuem qualidade adequada ao uso pretendido e atendem às normas técnicas aplicáveis.

5.4. A licitante declara que dispõe, ou disporá quando da execução, de **mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, EPIs/EPCs e estrutura operacional** necessários ao atendimento das demandas da Administração.

5.5. A licitante declara que apresentará, quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou em diligência, a documentação técnica necessária à comprovação da conformidade dos materiais e serviços ofertados, incluindo **catálogos, fichas técnicas, certificados, manuais, laudos, registros, ART/RRT/TRT**, quando aplicáveis.

5.6. A licitante declara ciência de que a contratação ocorrerá **sob demanda**, sem garantia de contratação mínima durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.7. A licitante declara que manterá, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação, regularidade e capacidade de execução exigidas no Edital e seus anexos.

5.8. A licitante declara que se responsabiliza pela adequada execução dos serviços, pela qualidade dos materiais fornecidos e pela observância das normas técnicas e de segurança aplicáveis, sem ônus adicional à Administração.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante. O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº 90.040/2026**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À

Prefeitura Municipal de São João

Av. XV de Novembro, 160 – Centro

CEP 85.570-000 – São João – PR

Senhor(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a),

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

☐ *(Marcar se aplicável)* Nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006** e alterações, enquadra-se como **Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP** ou **Cooperativa equiparada**, não havendo fatos supervenientes que alterem essa condição.

1. CONFORMIDADE LEGAL E HABILITAÇÃO

1.1. Está ciente e concorda com todas as condições do edital e seus anexos, bem como com a legislação aplicável, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.2. Atende às exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme exigido no instrumento convocatório.

1.3. Não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar eventual fato superveniente impeditivo.

2. REGULARIDADE TRABALHISTA E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

2.1. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

2.2. Cumpre a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, assumindo responsabilidade pelos encargos decorrentes da execução da **Ata de Registro de Preços**, do **contrato**, da **ordem de serviço**, da **nota de empenho** ou de instrumento equivalente.

3. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

3.1. Declara a autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no processo.

3.2. Compromete-se a manter, durante toda a vigência da **Ata de Registro de Preços** e durante a execução dos contratos, ordens de serviço, notas de empenho ou instrumentos equivalentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea e que não se encontra suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, ressalvadas as hipóteses legalmente informadas e comprovadas.

4. PROPOSTA, COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E CONFORMIDADE DO OBJETO

4.1. A proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive **materiais elétricos, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, EPIs/EPCs, garantia, assistência, despesas administrativas e demais custos incidentes**.

4.2. Declara que os materiais e serviços ofertados atendem integralmente às especificações técnicas e operacionais previstas no **Termo de Referência**, no **Edital** e em seus anexos.

4.3. Declara que fornecerá materiais elétricos compatíveis com as especificações exigidas, observando qualidade, procedência, garantia, normas técnicas aplicáveis e demais condições previstas no edital.

4.4. Declara que possui capacidade operacional suficiente para a execução dos serviços, incluindo disponibilização de mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos, EPIs/EPCs e estrutura necessária ao atendimento das demandas da Administração.

4.5. Compromete-se a corrigir, substituir, regularizar ou sanar, às suas expensas, quaisquer falhas, defeitos, desconformidades, vícios de qualidade ou irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais ou na execução dos serviços, nos prazos fixados pela Administração.

4.6. Declara ciência de que a execução ocorrerá **sob demanda**, mediante ordem de serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente, sem garantia de contratação mínima durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

5.1. Declara que apresentará, quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou solicitado pela Administração, **catálogo, ficha técnica, prospecto, manual, certificado, laudo, registro, ART/RRT/TRT, declaração do fabricante ou documento equivalente**, contendo informações suficientes para identificação e análise dos materiais, equipamentos, componentes ou serviços ofertados.

5.2. Declara que a documentação técnica apresentada corresponderá exatamente aos materiais, equipamentos, componentes ou serviços ofertados, indicando, quando aplicável, **marca, fabricante, modelo, composição, dimensões, tensão, potência, capacidade, desempenho, certificações, garantias e atendimento às normas técnicas aplicáveis**.

5.3. Declara ciência de que a apresentação de documento insuficiente, incompleto, genérico, ilegível, vencido ou incompatível com o objeto poderá ensejar a recusa da proposta ou a inabilitação, observadas as regras do edital e a possibilidade de diligência, quando cabível.

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL E SEGURANÇA

6.1. Declara que os serviços serão executados por profissionais qualificados, observadas as normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente **ABNT, INMETRO, NR-10** e demais normas pertinentes ao objeto.

6.2. Declara que se responsabiliza pela regularidade técnica, operacional e documental da execução dos serviços, inclusive quanto à qualidade dos materiais, segurança da instalação, adequação dos equipamentos utilizados e conformidade com as especificações do Termo de Referência.

6.3. Declara que adotará, sem ônus adicional à Administração, as providências necessárias à correção, regularização, substituição, reparo ou reexecução em caso de falhas técnicas, defeitos em materiais, riscos à segurança, execução inadequada ou qualquer evento que comprometa a qualidade do objeto.

6.4. Declara que possui, ou disponibilizará quando exigido, responsável técnico legalmente habilitado para acompanhamento dos serviços, com os respectivos registros, Anotações ou Termos de Responsabilidade Técnica, quando aplicáveis.

7. RESERVA DE CARGOS E ACESSIBILIDADE – QUANDO APLICÁVEL

7.1. Declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, especialmente quanto à contratação de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

7.2. Declara observar as normas relativas à acessibilidade e demais obrigações legais correlatas, quando exigíveis em razão do objeto.

8. RELAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8.1. Em atendimento às orientações dos órgãos de controle, declara que seus sócios, dirigentes, administradores e representantes legais:

- a) não possuem impedimento legal para contratar com o Município de São João/PR;
- b) não participam do presente certame em situação que caracterize conflito de interesses;
- c) não mantêm vínculo que configure vedação legal com agentes públicos diretamente envolvidos no processo, nos termos da legislação aplicável.

8.2. Declara ciência de que a constatação de declaração falsa sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

9. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.1. Declara que observa a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a **Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD**, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias ao tratamento adequado dos dados eventualmente envolvidos na execução contratual.

Local e data: _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

ANEXO VI - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ÓRGÃOS/SECRETARIAS DEMANDANTES: Diversas Secretarias Municipais do Município de São João/PR.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados em manutenção elétrica, destinados à execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos das instalações elétricas pertencentes ao Município de São João/PR.

Locais de Execução dos Serviços: Os serviços poderão ser executados em prédios públicos, unidades administrativas, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, sistemas de abastecimento, iluminação pública, espaços públicos, estruturas urbanas e demais instalações elétricas pertencentes ou utilizadas pela Administração Municipal.

Endereço de Referência da Administração: Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, São João/PR – CEP 85.570-000.

Gestor do Contrato/Ata: Paulo Sérgio Girardi.

Fiscal do Contrato/Ata: Marcos Francisco Zanella.

Fiscal Substituto: Gabriel Henrique Lemos.

Telefone: (46) 99133-9003.

E-mail de referência: licitacao@saojoao.pr.gov.br.

Horário de funcionamento / execução: A execução dos serviços e o fornecimento dos materiais deverão ocorrer em horário compatível com o funcionamento dos órgãos públicos municipais e conforme as necessidades da Administração, podendo haver atendimento em horários diferenciados em situações urgentes, emergenciais ou previamente autorizadas pela fiscalização.

Prazo de execução: Os serviços e fornecimentos serão executados de forma parcelada e sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, mediante emissão de Ordem de Serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- A execução ocorrerá **sob demanda**, conforme a necessidade das Secretarias Municipais, mediante emissão de Ordem de Serviço, requisição de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente.
- As Ordens de Serviço deverão conter a descrição da demanda, local de atendimento, prazo, grau de urgência e demais condições necessárias à execução.
- O objeto compreende o **fornecimento de materiais elétricos** e a execução de serviços técnicos especializados de **manutenção preventiva, corretiva, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos elétricos**.
- A solução contempla, entre outras atividades, o fornecimento de **cabos, fios, disjuntores, conectores, eletrodutos, luminárias, dispositivos de proteção e demais componentes elétricos**.
- Também poderão ser executados serviços de **manutenção e adequação de quadros elétricos e padrões de entrada de energia**, instalação, manutenção e substituição de componentes elétricos, manutenção de bombas e sistemas de abastecimento, manutenção e modernização da iluminação pública e demais serviços técnicos especializados em instalações elétricas.
- A contratada deverá disponibilizar **mão de obra qualificada**, ferramentas, equipamentos, veículos, EPIs/EPCs e demais recursos necessários à execução adequada dos serviços.

- Todos os materiais fornecidos deverão atender às especificações do Termo de Referência, observando qualidade, procedência, garantia, compatibilidade técnica e normas aplicáveis, especialmente **ABNT, INMETRO e demais exigências pertinentes**.
- Os serviços deverão observar integralmente as normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à **segurança em instalações elétricas**, incluindo a **NR-10**, quando cabível.
- A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço e os níveis mínimos de serviço previstos no Termo de Referência, especialmente para demandas urgentes ou emergenciais.
- A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela Administração, informações, relatórios, registros fotográficos, documentos técnicos ou quaisquer outros elementos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- As despesas com materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, EPIs/EPCs, encargos, tributos, garantias, correções, substituições, retrabalhos e demais custos necessários à execução correrão integralmente por conta da contratada.

OBSERVAÇÕES

1. A Administração emitirá as Ordens de Serviço, requisições de fornecimento e demais solicitações formais necessárias à execução do objeto, contendo descrição detalhada da demanda, local de atendimento, prazo e demais condições específicas aplicáveis.
2. A Administração definirá, no momento da emissão da Ordem de Serviço, o grau de urgência da demanda, observando a criticidade da situação e o interesse público envolvido.
3. O gestor acompanhará a execução global da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, incluindo controle de saldos, gerenciamento das requisições, acompanhamento de prazos, verificação da regularidade documental da contratada e adoção das providências administrativas necessárias.
4. O fiscal acompanhará diretamente a execução dos serviços e fornecimentos, verificando a conformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis, prazos estabelecidos e níveis mínimos de serviço.
5. O responsável designado poderá recusar, total ou parcialmente, materiais ou serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou exigências do Termo de Referência, determinando sua correção, substituição ou refazimento.
6. Se forem constatadas falhas técnicas, materiais inadequados, execução em desacordo, descumprimento de prazos ou desconformidade com o Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços ou contrato, a contratada deverá corrigir, substituir ou refazer o serviço, sem ônus adicional ao Município.
7. Decorrido o prazo para correção, substituição ou regularização sem atendimento pela contratada, o fato será comunicado ao gestor e ao fiscal da Ata/contrato para adoção das providências cabíveis e eventual aplicação de penalidades, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e do Edital.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VII – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº: 286/2026

Pregão Eletrônico nº: 90.040/2026

Data de Publicação: _____

Validade da Ata: _____

O **Município de São João**, Estado do Paraná, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº **76.995.422/0001-06**, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, dos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, além das demais normas aplicáveis, **REGISTRA** os preços obtidos no **Pregão Eletrônico nº 90.040/2026**, homologado por **Joni Zanella Ferreira**, Prefeito Municipal, para a futura e eventual contratação de **empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados em manutenção elétrica**, destinados à execução de serviços de **manutenção preventiva, corretiva, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos das instalações elétricas** pertencentes ao Município de São João/PR, em atendimento às necessidades das **diversas Secretarias Municipais**, conforme Termo de Referência e proposta(s) apresentada(s), os quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Esta Ata tem por objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de materiais elétricos e prestação de serviços técnicos especializados em manutenção elétrica**, destinados à execução de serviços de **manutenção preventiva, corretiva, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos das instalações elétricas** pertencentes ao Município de São João/PR, em atendimento às necessidades das **diversas Secretarias Municipais**, conforme especificações, quantitativos estimados e exigências constantes no **Edital** e no **Termo de Referência**.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, podendo o Município realizar contratações parciais, conforme sua necessidade, disponibilidade orçamentária e interesse público, observada a legislação aplicável.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, para todos os fins e efeitos, o **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.040/2026**, seus anexos, o Termo de Referência e as propostas dos fornecedores registrados, independentemente de transcrição.

1.3. Participam deste Registro de Preços, conforme demanda e necessidade da Administração Municipal, as seguintes Secretarias Municipais do Município de São João/PR:

- a) **Secretaria Municipal de Administração e Finanças;**
- b) **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;**
- c) **Secretaria Municipal de Assistência Social;**
- d) **Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;**
- e) **Secretaria Municipal de Educação;**
- f) **Secretaria Municipal de Saúde;**
- g) **Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos.**

1.3.1. A utilização da Ata poderá ocorrer por outras unidades administrativas vinculadas ao Município, desde que a demanda esteja compatível com o objeto registrado, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

1.4. Os materiais serão fornecidos e os serviços serão executados **sob demanda**, mediante emissão de **Ordem de Serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente**, observadas as condições, prazos, locais de execução e especificações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata.

1.5. A contratação compreenderá, conforme os lotes registrados:

- a) fornecimento de **materiais elétricos, componentes, equipamentos, peças, acessórios e insumos** necessários à manutenção das instalações elétricas municipais;
- b) execução de serviços técnicos especializados de **manutenção preventiva e corretiva** em instalações elétricas;
- c) serviços de **instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos elétricos**;
- d) manutenção de **bombas d'água, comandos, quadros elétricos, padrões de entrada de energia, redes e demais sistemas elétricos municipais**;
- e) fornecimento e aplicação de **cabos, condutores, disjuntores, contadores, eletrodutos, conexões, luminárias, dispositivos de proteção e demais materiais correlatos**;
- f) manutenção, substituição, instalação e modernização de **sistemas de iluminação pública**, quando previsto no lote correspondente;
- g) disponibilização de **mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, veículos, EPIs/EPCs** e demais recursos necessários à adequada execução do objeto;
- h) atendimento às solicitações da Administração, inclusive em demandas **urgentes ou emergenciais**, conforme prazos definidos no Termo de Referência.

1.6. A execução do objeto abrangerá os lotes previstos no Termo de Referência, especialmente:

- I – **manutenção de bombas d'água dos distritos**;
- II – **cabos e condutores**;
- III – **disjuntores, contadores e materiais correlatos**;
- IV – **sistemas de iluminação**;
- V – **materiais elétricos complementares**;
- VI – **eletrodutos e conexões**;
- VII – **materiais para confecção de entrada de energia**;
- VIII – **hora técnica**;
- IX – **materiais para manutenção de iluminação pública**;
- X – **mão de obra para iluminação pública**.

1.7. A contratada deverá manter, durante toda a execução, as condições de **habilitação, regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional** exigidas no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados.

1.8. Os materiais e serviços serão medidos com base nos quantitativos **efetivamente fornecidos, executados, registrados e validados pela fiscalização contratual**, observadas as unidades de medida, preços registrados e condições previstas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

1.9. A contratada será responsável por todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo **materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos, tributos, EPIS/EPCs, garantias, substituições, correções, seguros e demais despesas incidentes**, sem ônus adicional à Administração.

1.10. A execução ocorrerá nos locais indicados pela Administração, podendo abranger **prédios públicos, unidades administrativas, estabelecimentos de ensino, unidades de saúde, sistemas de abastecimento, iluminação pública, espaços públicos, estruturas urbanas e demais instalações elétricas pertencentes ou utilizadas pelo Município**.

1.11. Quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação técnica ou operacional complementar, inclusive **catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, manuais, ART/RRT/TRT, registros, relatórios, comprovantes de execução e demais documentos** necessários à comprovação da regular execução do objeto.

1.12. A contratada assumirá plena responsabilidade pela adequada execução dos serviços, pela **qualidade e conformidade dos materiais fornecidos**, pela segurança dos trabalhadores e usuários e pela observância das normas técnicas aplicáveis, especialmente **ABNT, INMETRO e NR-10**, obrigando-se a corrigir, substituir, reparar ou refazer, **sem ônus para o Município**, qualquer falha, defeito, irregularidade ou desconformidade constatada na execução.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Registram-se os preços dos materiais e serviços ofertados pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE ____: Adjudicado para **[NOME DO LICITANTE, CNPJ E ENDEREÇO]**, representado por **[NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE]**, conforme quadro a seguir:

LOTE 01 - MANUTENÇÃO DE BOMBAS D'ÁGUA DOS DISTRITOS					
Item	DESCRIÇÃO	Quant.	Unid.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Rebobinagem motor 2cv 220v 4 Polos	3	Unid.		
2	Rebobinagem motor 2cv 220v 2 Polos	3	Unid.		
3	Rebobinagem motor 3cv 220v 4 Polos	2	Unid.		
4	Rebobinagem motor 5cv 220v 4 Polos	2	Unid.		
5	Rebobinagem motor 3cv 220v 2 Polos	2	Unid.		
6	Rolamento 6204	20	Unid.		
7	Rolamento 6203	20	Unid.		
8	Rolamento 6201	20	Unid.		
9	Rolamento 6202	20	Unid.		
10	Platinado weg	20	Unid.		
11	Centrifugo weg	12	Unid.		
12	Capacitor 145- 175 uf	20	Unid.		
13	Selo mecânico	50	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

14	Capacitor 430-516 uf	50	Unid.		
15	Capacitor 88-108 uf	20	Unid.		
16	Capacitor 108-130 uf	20	Unid.		
17	Capacitor 340-408 uf	20	Unid.		
18	Capacitor 540-648 uf	20	Unid.		
19	Capacitor 64-77 uf	20	Unid.		
20	Adaptador/mangueira rosca 1agua	30	Unid.		
21	Adesivo PVC incolor frasco 175g	20	Unid.		
22	Bucha red. c/rosca 1 1/2x1	20	Unid.		
23	Bucha red. sold curta 50x40mm	20	Unid.		
24	Cabo flexível 750v 1.5mm	1000	Mt		
25	Cabo flexível 750v 2.5mm	500	Mt		
26	Cabo multiplex triplex 16mm	1000	Mt		
27	Cabo pp 2x4,om	1000	Mt		
28	Caixa multiuso 28x18x14	50	Unid.		
29	Capacitor eletr. 110v 88/108	50	Unid.		
30	Capacitor eletr. 110v 145/175	30	Unid.		
31	Capacitor eletr. 110v 340/408 uf	30	Unid.		
32	Capacitor eletr. 110v540/648uf can.peq.	30	Unid.		
33	Capacitor eletr. 110v 108/130	20	Unid.		
34	Capacitor eletr. 110v 430/516	20	Unid.		
35	Capacitor eletr. 110v 64/77	20	Unid.		
36	Centrif. Weg 0,5 4p-f.16,0mm	20	Unid.		
37	Chave (I) d (I) 3a unipolar	30	Unid.		
38	Contator cwm12.10 4,0cv 24v	50	Unid.		
39	Contador cwm 25,00 ona/onf 220v 7,5cv	50	Unid.		
40	Curva 90 c/rosca 1 1/4	30	Unid.		
41	Curva 90 sold. 40mm	30	Unid.		
42	Curva 90 sold. 50mm	30	Unid.		
43	Fita veda rosca 18mmx25m	60	Unid.		
44	Joelho 90 sold 50mm	30	Unid.		
45	Luva c/rosca 1"	30	Unid.		
46	Luva c/rosca 1 1/4	30	Unid.		
47	Luva sold. 40mm	60	Unid.		
48	Luva sold. mista 40 mm 1 1/4	60	Unid.		
49	Nipel paralelo c/rosca 1	40	Unid.		
50	Parafuso 5/8 16x300mm padrão	50	Unid.		
51	Platinado WEG 56b (3,0cv)f gde duplo	30	Unid.		
52	Rele sobrecarga 27d 8.0-12.5A	60	Unid.		
53	Rele sobrecarga 27d 14.0-28.0 A	30	Unid.		
54	Rex pesado 1x1	20	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

55	Roldana porcelana 72x72 mm	30	Unid.		
56	Tomada ext. retangular 20a-mf	20	Unid.		
57	Tomada dupla sist.-x 20a	20	Unid.		
58	Tubo soldável 40mm	300	M		
59	Tubo soldável 50mm	300	M		
60	União assento bronze 2	20	Unid.		
61	Válvula sucção fundo poço 2	20	Unid.		
62	Disjuntor 2x25a	20	Unid.		
63	Disjuntor 2x32a	50	Unid.		
64	Contador cwm 32,00 ona/onf 220v 12,5cv	50	Unid.		
65	Temporizador digital autovolt trilho	50	Unid.		
66	Conector tapite perfurante 10-25	60	Unid.		
67	Conector tapite perfurante 25-95	60	Unid.		
68	Conector tapite derivação 1,5mm a 10mm	60	Unid.		
69	Bóia automática	20	Unid.		
70	Mao de obra	200	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 02 – CABOS E CONDUTORES					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Fio flexível com isolamento em PVC 750V 1,5 mm2.	5000	M		
2	Fio flexível com isolamento em PVC 750V 2,5 mm2.	8000	M		
3	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 4,00 mm2	10000	M		
4	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 6,00 mm2	10000	M		
5	Fio flexível com isolamento em PVC 750V, 10 mm2.	10000	M		
6	Fio flexível com isolamento em PVC 1 KV, 16 mm2.	5000	M		
7	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 1,5 mm2.	5000	M		
8	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 2,5 mm2.	5000	M		
9	Fio paralelo com isolamento em PVC 750V 2 x 4 mm2.	8000	M		
10	Cabo PP 2x2,5 mm	1000	M		
11	Cabo PP 2x1,5 mm	1000	M		
12	Cabo PP 2 x 4 mm	1000	M		
13	cabo PP 2x6,0 mm	1200	M		
14	Cabo PP 3 x 2,5 mm	1500	M		
15	Cabo PP 3 x 4 mm	1500	M		
16	Cabo PP 3 x 10 mm	1500	M		
17	Cabo duplex 10 mm	2000	M		
18	Cabo duplex 16 mm	2000	M		
19	Cabo triplex 16 mm	3000	M		
20	Cabo triplex 25 mm	5000	M		
21	Cabo triplex 35 mm	1000	M		
22	Cabo de cobre com isolamento em PVC 1 KV 25,00 mm2	600	M		
23	Cabo telefônico tipo CCI 50 – 02 pares	600	M		



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

24	Cabo telefonico drops FE 100	600	M		
25	Cabo telefonico CTP APL 50 10 pares	600	M		
26	Cabo telefonico CCE APL 50x 4 pares blindado	600	M		
27	Cabo de rede CAT5 E, caixa com 300 metros	30	CX		
TOTAL					R\$

LOTE 03 - DISJUNTORES, CONTADORES E MATERIAIS CORRELATOS					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Disjuntor DIN 1 x 10 A	50	Unid.		
2	Disjuntor DIN 1 x 16A	50	Unid.		
3	Disjuntor DIN 1 x 20 A	50	Unid.		
4	Disjuntor DIN 1 x 25 A	50	Unid.		
5	Disjuntor DIN 1 x 32 A	40	Unid.		
6	Disjuntor DIN 1 x 50 A	50	Unid.		
7	Disjuntor DIN 2 x 16 A	100	Unid.		
8	Disjuntor DIN 2 x 20 A	100	Unid.		
9	Disjuntor DIN 2 x 32 A	100	Unid.		
10	Disjuntor DIN 2 x 40 A	100	Unid.		
11	Disjuntor DIN 2 x 50 A	100	Unid.		
12	Disjuntor DIN 2 x 63 A	100	Unid.		
13	Disjuntor DIN 2 x 70 A	50	Unid.		
14	Disjuntor DIN 3 x 10 A	50	Unid.		
15	Disjuntor DIN 3 x 20 A	50	Unid.		
16	Disjuntor DIN 3 x 32 A	50	Unid.		
17	Disjuntor DIN 3 x 40 A	50	Unid.		
18	Disjuntor DIN 3 x 50 A	50	Unid.		
19	Disjuntor DIN 3 x 63 A	40	Unid.		
20	Disjuntor DIN 3 x 100 A	40	Unid.		
21	Disjuntor DIN 3 x 150 A	40	Unid.		
22	Disjuntor DIN 3 x 200 A	40	Unid.		
23	Contator 1 x 12 A	20	Unid.		
24	Contator 1 x 18 A	20	Unid.		
25	Contator 1 x 25 A	20	Unid.		
26	Contator 1 x 32 A	20	Unid.		
27	Contator 1 x 40 A	40	Unid.		
28	Tomada industrial sob 2P + T 16 A 6H azul 220V	30	Unid.		
29	Tomada industrial sob 2P + T 32 A 6H azul 220V	30	Unid.		
30	Tomada ind sob 3P + T 16A 6H 380/440v	30	Unid.		
31	Tomada ind sob 3P + T 16A 9H 220/240V	30	Unid.		
32	Temporizador digital autovolt trilho	30	Unid.		
33	Tomada ind sob 3P + T 32A 6H 380/440V	30	Unid.		
TOTAL					R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

LOTE 04 – SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Lampada led 30W 6500K bocal E27	500	Unid.		
2	Lampada led 40W 6500K bocal E27	500	Unid.		
3	Lampada led 50W 6500K bocal E27	500	Unid.		
4	Lampada led 70W 6500K bocal E27	500	Unid.		
5	Lampada vapor metalico 400W E - 40 tubular 5000k branca temperatura fria	100	Unid.		
6	Lampada LED T8 10W 6400K BIV	200	Unid.		
7	Lampada Tuboled 20W 6500k T8	400	Unid.		
8	Luminária 2x20W LED completa, proteção de acrílico, hermética	30	Unid.		
9	Luminária 2x10W LED completa, proteção de acrílico, hermética	30	Unid.		
10	Iluminacao emerg. autonoma 2x55W com bateria automotiva acoplada ao equipamento e com DPS (dispositivo de proteção de surto).	50	Unid.		
11	Luminaria emergência c/ alça com no mínimo 30 leds 127 v	300	Unid.		
12	Reator 400w interno sódio/metálico	80	Unid.		
13	Refletor retangular LED 50 W, IP66	100	Unid.		
14	Refletor retangular LED 100 W, IP66	100	Unid.		
15	Refletor retangular LED 200 W, IP66	100	Unid.		
16	Base para relê foto célula	100	Unid.		
17	Rele foto eletromagnético 220 V	200	Unid.		
18	Torneira Elétrica Bancada ou Parede, com bica alta e móvel, com no mínimo 3 temperaturas (quente, morna e fria), registro de 1/4 de volta, 5500W, nas voltagens 127V ou 220V. O modelo e voltagem serão informados na solicitação.	80	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 05 – MATERIAIS ELÉTRICOS COMPLEMENTARES					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Roldana porcelana 72 x 72	50	Unid.		
2	Roldana plástica 36 x 36 c/ prego	200	Unid.		
3	Isolador pimentão porcelana	50	Unid.		
4	Armação rex 1 x 1	50	Unid.		
5	Fita dupla face 5 mts	60	Unid.		
6	Fita isolante Alta Fusão 19 mm x 10m	50	Unid.		
7	Fita Isolante Anti Chama 19 x 10 metros	180	Unid.		
8	Fita Isolante Anti Chama 19 x 20 metros	250	Unid.		
9	Haste aterramento 5/8" x 2,40 m com isolamento acobreado	50	Unid.		
10	Presilha haste aterr. duplo 5/16	50	Unid.		
11	Tomada femea para telefone 4 x 2 branca RJ11	50	Unid.		
12	Interrup simples 1 tcl + tom 20A 2P + T 250 V, novo padrão	200	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

13	Interruptor duplo 2 tcl + tomada embut. 2P + T 20 A, novo padrão	200	Unid.		
14	Interruptor duas teclas paralelo 10 A 250V	200	Unid.		
15	Interruptor de embutir, uma tecla simples, 10 A, 250 V, c/ parafusos e com placa de fechamentos 4" x 2"	200	Unid.		
16	Tomada 2P+T 20A 250V novo padrao BCA.	200	Unid.		
17	Plug fêmea 2p + T 20 A universal	300	Unid.		
18	Plug macho 2P + T 10 A universal	300	Unid.		
19	Caixa de passagem externa para tomadas e interruptores em pvc, com parafusos e buchas de fixação.	200	Unid.		
20	Canaleta em pvc com fita auto colante, 20 x 10 x200	300	Unid.		
21	Canaleta em pvc com fita auto colante, 20 x 50 x200	300	Unid.		
22	Peças para canaletas diversas em pvc 20 x 10 x 200	1000	Unid.		
23	Peças para canaletas diversas em pvc 40 x 15 x 200	100	Unid.		
24	Quadro de distribuição para 03 a 04 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento.	20	Unid.		
25	Quadro de distribuição para 06 a 08 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.		
26	Quadro de distribuição para 12 a 16 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.		
27	Quadro de distribuição para 18 a 24 disjuntores, embutir , material em chapa, s/ barramento	20	Unid.		
28	Quadro de distribuição para 03 a 04 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento.	30	Unid.		
29	Quadro de distribuição para 06 a 08 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.		
30	Quadro de distribuição para 12 a 16 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.		
31	Quadro de distribuição para 18 a 24 disjuntores, sobrepor , material em chapa, s/ barramento	30	Unid.		
32	Quadro distribuição tel sistema VDI 20 x 20 embutir	30	Unid.		
33	Quadro distribuição tel sistema VDI 30 x 30 embutir	20	Unid.		
34	Quadro distribuição tel sistema VDI 40 x 40 embutir	20	Unid.		
35	Bocal fixo de porcelana E 27	800	Unid.		
36	Bocal simples de acrílico/PVC E 27	1000	Unid.		
37	Plafon simples PVC E27 fixo	800	Unid.		
38	Spot duplo bocal E27, Sobrepor direcionável.	600	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 06 – ELETRODUTOS E CONEXÕES					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Eletroduto rígido anti chama 1"	1000	M		
2	Eletroduto rígido anti chama 1/2"	1000	M		
3	Eletroduto rígido anti chama 3/4"	1000	M		
4	Eletroduto corrugado flexível laranja 1/2" 20 mm	2000	M		
5	Eletroduto corrugado flexível laranja 3/4" 25 mm	2000	M		
6	Eletroduto corrugado flexível laranja 1" 32 mm	3000	M		
7	Eletroduto canaflex 1.1/2 mm	1500	M		
8	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	200	Unid.		
9	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" roscavel cinza	200	Unid.		
10	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" roscavel cinza	200	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

11	Curva eletroduto rígido 135 graus 1" cinza	200	Unid.		
12	Curva eletroduto rígido 135 graus 3/4" cinza	200	Unid.		
13	Curva eletroduto rígido 180 graus 1" cinza	200	Unid.		
14	Curva eletroduto rígido 90 graus 1/2" cinza	300	Unid.		
15	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" cinza	300	Unid.		
16	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	300	Unid.		
17	Luva eletroduto rígido 3/4" cinza	300	Unid.		
18	Luva eletroduto rígido 1/2" cinza	300	Unid.		
19	Luva eletroduto rígido 1" cinza	300	Unid.		
20	Luva eletroduto roscavel rígido 1" cinza	200	Unid.		
21	Luva eletroduto roscavel rígido 1/2" cinza	200	Unid.		
22	Luva eletroduto roscavel rígido 3/4" cinza	200	Unid.		
23	Tampa tomada redonda cinza 3/4	200	Unid.		
24	Tampa 1 modulo cinza 3/4	200	Unid.		
25	Tampa 2 modulo cinza 3/4	200	Unid.		
26	Tampa 3 modulos cinza 3/4"	200	Unid.		
27	Tampa cega cinza 3/4"	200	Unid.		
28	Tampa tomada novo padrao horizontal.3/4	200	Unid.		
29	Tampa tomada novo padrao vert.3/4	200	Unid.		
30	Caixa passagem eletroduto rígido 5 entradas 3/4	500	Unid.		
31	Caixa multiuso 28x18x14	500	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 07 - MATERIAIS PARA CONFEÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Poste TN 75 x 7,20 mts padrao COPEL	50	Unid.		
2	Poste TN 100 x 7,20 mts padrao COPEL	20	Unid.		
3	Poste TN 200 x 7,20 mts padrao COPEL	20	Unid.		
4	Caixa de medição CN1 padrão COPEL	20	Unid.		
5	Caixa de medição CN2 padrão COPEL	20	Unid.		
6	Caixa de medição AN1 padrão COPEL	20	Unid.		
7	Caixa de medição AN2 padrão COPEL	20	Unid.		
8	Caixa de medição CB 100 padrão COPEL	10	Unid.		
9	Caixa de medição CB 200 padrão COPEL	10	Unid.		
10	Abraçadeira Universal tipo "U"	100	Unid.		
11	Armação rex 1 x 1	100	Unid.		
12	Parafuso 6" x 5/8 com porca.	100	Unid.		
13	Roldana porcelana 72 x 72	50	Unid.		
14	Eletroduto rígido anti chama 1"	200	M		
15	Eletroduto rígido anti chama 3/4"	200	M		
16	Curva eletroduto rígido 180 graus 1" cinza	100	Unid.		
17	Curva eletroduto rígido 135 graus 1" cinza	100	Unid.		
18	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" cinza	100	Unid.		
19	Curva eletroduto rígido 90 graus 1" roscavel cinza	100	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

20	Curva eletroduto rígido 90 graus 3/4" roscavel cinza	100	Unid.		
21	Curva eletroduto rígido 90 graus 1/2" cinza	120	Unid.		
22	Bucha galvanizada 1 "	120	Unid.		
23	Arruela galvanizada 1 "	120	Unid.		
24	Bucha galvanizada 3/4 "	120	Unid.		
25	Arruela galvanizada 3/4"	200	Unid.		
26	Disjuntor DIN 2 x 50 A (6KA)	50	Unid.		
27	Fita veda rosca 10 mts	40	Unid.		
28	Fita veda rosca 25 mts	40	Unid.		
29	Cola silicone 50 grs	50	Unid.		
30	Fita Isolante Anti Chama 19 x 10 metros	30	Unid.		
31	Luva eletroduto rígido 3/4" cinza	50	Unid.		
32	Luva eletroduto rígido 1/2" cinza	50	Unid.		
33	Luva eletroduto rígido 1" cinza	50	Unid.		
34	Fita alumínio 3/4 19,04x0,5mm	300	M		
35	Fio sólido com isolamento em PVC 750V, 10 mm	1500	M		
36	Haste aterramento 1/2" x 2 m com isolamento acobreado	80	Unid.		
37	Presilha haste aterro. duplo 5/16	80	Unid.		
38	Flange para caixa padrão 1"	80	Unid.		
39	Presilha alumínio para fita 3/4	80	Unid.		
40	Caixa passagem PVC padrão de luz	80	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 08 – HORA TÉCNICA					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Hora Técnica, sendo 01 eletricista e 01 auxiliar.	3000	Horas		
TOTAL					R\$

LOTE 09 – MATERIAL MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Braço para luminária pública tipo BR2, de 03 metros de comprimento curvo com sapata, tubo de aço SAE 1010 a 1020, galvanizado a fogo, parede mínima de 3,00mm, diâmetro de mínimo de Ø 48,2mm e todo o material para fixação.	20	Unid.		
2	Luminária LED 60 w - luminárias pública led, com potência máxima 60w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 8.400 lm, eficiência luminosa > = 140 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de angulo mínimo de	300	Unid.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/>

• Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br

• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR

• (46) 99133-9003

	-15° e + 15° graus, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 05 anos.				
3	Luminária LED 100 w - luminárias pública led, com potência máxima 100w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 15000 lm, eficiência luminosa > = 150 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de ângulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 05 anos.	300	Unid.		
4	Luminária LED 200 w - luminárias pública led, com potência máxima 200w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 27000 lm, eficiência luminosa > = 135 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de ângulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 05 anos.	300	Unid.		
5	Luminária LED 240 w - luminárias pública led, com potência máxima 240w, com registro no inmetro, vida útil mínima de 65.000hs comprovada com lm80 - l70, luz na cor 5000k, bivolt 100-250v ~, frequência 50-60hz, fator de potência mínimo > = 0,98, fluxo luminoso mínimo > = 33000 lm, eficiência luminosa > = 135 lm/w, irc > = 70, tcc mínima de 5000 k, distorção harmônica total de corrente < 10%, grau de proteção mínimo ip66, proteção contra impacto mínimo ik08, estrutura em alumínio injetado, encaixe braços entre 48 e 60,3 mm, tomada para relé fotoelétrico 7 pinos (telegestão), proteção sobrecorrente e sobretensão (10kv / 10ka), ajuste de ângulo mínimo de -15° e + 15° graus, luminária e fotocélula deverão ter garantia mínima de 05 anos.	150	Unid.		
6	Cabo PP 2 x 2,5 mm	1000	M		
7	Conector tapite perfurante 1,5mm a 10mm	1000	Unid.		
8	Rele foto eletromagnético bivolt	1000	Unid.		
TOTAL					R\$

LOTE 10 – MÃO DE OBRA ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	MEDIANA	VALOR TOTAL
1	Manutenção de luminárias em superpostes de até 18 metros.	100	Unid.		
2	Serviço de substituição de luminária pública de LED por luminária pública de LED. (Compreende retirada de luminária LED e instalação de luminária LED em infraestrutura existente)	500	Unid.		

<div>  <div> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE</p> <h1>SÃO JOÃO</h1> <p>ESTADO DO PARANÁ CNPJ 76995422/0001-06</p> <p>• https://saojoao.pr.gov.br/ • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br</p> <p>• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003</p> </div> </div>					
3	Substituição de relê fotoelétrico	500	Unid.		
4	Manutenção de quadro de comando de superposte	50	Unid.		
TOTAL					R\$
TOTAL GERAL					R\$

Parágrafo Primeiro. Os valores registrados correspondem aos preços unitários e totais dos materiais e serviços constantes da proposta vencedora, observadas as condições do Edital, do Termo de Referência e desta Ata, incluindo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como **materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, EPIs/EPCs, garantias, substituições, correções e demais despesas incidentes.**

Parágrafo Segundo. Os quantitativos indicados são estimativos, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração, sendo o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços condicionados à emissão de **Ordem de Serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente**, conforme a necessidade das Secretarias Municipais.

Parágrafo Terceiro. O pagamento será restrito aos materiais efetivamente fornecidos e aos serviços efetivamente executados, aceitos, registrados e atestados pela fiscalização contratual, observadas as unidades de medida, preços registrados e condições previstas no Termo de Referência, na proposta vencedora e nesta Ata.

Parágrafo Quarto. A execução compreenderá, conforme o lote registrado, o fornecimento de materiais elétricos, componentes, equipamentos, peças, acessórios e insumos, bem como a prestação de serviços técnicos especializados de manutenção preventiva, corretiva, instalação, adequação, ampliação, modernização e reparos das instalações elétricas municipais.

Parágrafo Quinto. A contratada será responsável pela qualidade, procedência, garantia e conformidade dos materiais fornecidos, bem como pela correta execução dos serviços, observando as normas técnicas e de segurança aplicáveis, especialmente **ABNT, INMETRO, NR-10** e demais normas pertinentes ao objeto.

Parágrafo Sexto. Quando exigido no Edital, no Termo de Referência ou pela fiscalização, a contratada deverá apresentar documentação técnica ou operacional complementar, inclusive **catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos, manuais, ART/RRT/TRT, registros, relatórios, comprovantes de execução e demais documentos** necessários à comprovação da regularidade e conformidade do objeto.

Parágrafo Sétimo. Os locais de execução, prazos, condições operacionais e demais exigências serão definidos nas Ordens de Serviço, requisições, notas de empenho ou instrumentos equivalentes, conforme demanda das Secretarias Municipais, observadas as disposições do Termo de Referência, do Edital e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Oitavo. A contratada obriga-se a corrigir, substituir, reparar ou refazer, sem ônus adicional ao Município, quaisquer materiais ou serviços que apresentem defeitos, falhas, vícios de qualidade, desconformidades técnicas, execução inadequada ou incompatibilidade com as especificações exigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **01 (um) ano**, contado da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogada uma única vez, por igual período**, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados, a continuidade do interesse público, a manutenção das condições originalmente pactuadas e o atendimento dos requisitos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e no edital.

3.2. No ato de prorrogação, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo originalmente estimado, observadas as condições previstas no edital, a disponibilidade orçamentária, a justificativa da área demandante e o interesse da Administração.

3.3. O ato de prorrogação deverá indicar expressamente:

- a) o novo período de vigência da Ata;
- b) o quantitativo renovado, quando houver;
- c) a manutenção da vantajosidade dos preços registrados;
- d) a manutenção das condições de habilitação e contratação da empresa registrada;
- e) a manutenção das condições técnicas e operacionais exigidas para o fornecimento dos bens ou execução dos serviços;
- f) a manutenção da validade e regularidade dos documentos, registros, autorizações, certificações, licenças ou demais documentos exigidos para a execução do objeto, quando aplicável;
- g) a manutenção dos preços registrados, ressalvadas as hipóteses de revisão, reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro legalmente previstas.

3.4. A vigência da Ata não se confunde com a vigência dos contratos, notas de empenho, ordens de fornecimento, ordens de serviço ou instrumentos equivalentes dela decorrentes, os quais poderão estender-se pelo prazo necessário à conclusão das obrigações regularmente assumidas durante a vigência da Ata, nos termos do **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e da legislação aplicável.

3.5. As contratações decorrentes desta Ata deverão observar a necessidade efetiva da Administração, sendo realizadas sob demanda, mediante emissão de **ordem de fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente**, dentro do período de vigência da Ata.

3.6. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes desta Ata poderão possuir vigência própria, conforme a natureza do objeto, desde que formalizados durante a vigência da Ata e observadas as condições previstas no edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

3.7. A prorrogação da Ata somente será efetivada mediante manifestação formal da Administração e anuência da empresa registrada, não constituindo direito subjetivo do fornecedor.

3.8. Encerrada a vigência da Ata, fica vedada a emissão de novas ordens de fornecimento, ordens de serviço, notas de empenho, contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento nesta Ata, ressalvadas as obrigações já regularmente assumidas durante sua vigência.

3.9. Quando a contratação decorrente da Ata envolver prestação de serviço contínuo, o contrato poderá ter vigência própria e ser prorrogado sucessivamente, nos termos do **art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, a continuidade do interesse público e a manutenção das condições de regularidade da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1. A partir da assinatura desta Ata de Registro de Preços, a(s) empresa(s) registrada(s) assume(m) o compromisso de atender às solicitações realizadas pela Administração, observadas as condições, prazos, quantitativos estimados, especificações técnicas, operacionais e demais exigências estabelecidas no **Edital**, no **Termo de Referência**, nesta Ata e na proposta apresentada, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer obrigações durante o prazo de vigência.

4.2. A empresa registrada deverá fornecer os bens e/ou executar os serviços sempre que solicitada pela Administração, mediante **ordem de fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente**, respeitados os quantitativos registrados, a demanda efetiva da Administração e as condições previstas no edital e no Termo de Referência.

4.3. Os bens fornecidos e/ou serviços executados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas, condições de qualidade, prazos, locais de entrega ou execução, normas aplicáveis e demais exigências previstas no **Edital**, no **Termo de Referência**, nesta Ata e na proposta apresentada.

4.4. A empresa registrada será responsável por todos os custos necessários ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos, seguros, licenças, autorizações, garantias, despesas administrativas e demais custos incidentes, sem ônus adicional à Administração.

4.5. A empresa registrada deverá cumprir os prazos, condições, locais, horários e demais parâmetros definidos pela Administração, conforme ordem de fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente.

4.6. A empresa registrada assumirá plena responsabilidade pela qualidade, conformidade, regularidade, segurança e adequada execução do objeto, respondendo por eventuais falhas, vícios, defeitos, atrasos, desconformidades ou danos decorrentes do fornecimento ou da prestação dos serviços.

4.7. A empresa registrada deverá manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, inclusive regularidade fiscal, social, trabalhista, técnica, econômico-financeira e demais condições aplicáveis ao objeto.

4.8. A empresa registrada deverá manter canal de comunicação ativo por telefone e e-mail para recebimento das solicitações da Administração, confirmação das demandas, tratativas operacionais, atendimento à fiscalização, envio de documentação e solução de eventuais ocorrências relacionadas à execução do objeto.

4.9. A empresa registrada deverá corrigir, substituir, reparar, refazer, regularizar ou sanar, às suas expensas, qualquer falha, vício, defeito, desconformidade, atraso injustificado, irregularidade documental ou outra ocorrência verificada no fornecimento dos bens ou na execução dos serviços, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das sanções cabíveis.

4.10. A assinatura desta Ata não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados, sendo as contratações realizadas conforme necessidade, conveniência, interesse público e disponibilidade orçamentária do Município.

4.11. A empresa registrada deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária, sanitária, ambiental, técnica e de segurança do trabalho aplicável ao objeto, quando pertinente, bem como as normas expedidas pelos órgãos competentes.

4.12. A empresa registrada deverá disponibilizar à Administração, sempre que solicitado, documentos, comprovantes, relatórios, certidões, registros, certificados, laudos, manuais, catálogos, fichas técnicas, garantias ou demais elementos necessários à verificação da conformidade do objeto, à fiscalização e ao pagamento.

4.13. A empresa registrada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer o fornecimento dos bens, a execução dos serviços, o cumprimento dos prazos, a regularidade documental, a qualidade do objeto ou a manutenção das condições pactuadas.

4.14. A empresa registrada não poderá transferir a terceiros as obrigações assumidas sem prévia autorização formal da Administração, observadas as condições do edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

4.15. A empresa registrada responderá integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão relacionada ao fornecimento dos bens ou à execução dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.

4.16. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, conferências, inspeções, fiscalizações e auditorias para verificar a conformidade do fornecimento ou da execução, a regularidade documental, a qualidade do objeto e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela empresa registrada.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO, REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo, mediante solicitação da empresa registrada ou por iniciativa da Administração, quando ocorrer fato superveniente devidamente comprovado que altere de forma relevante a relação entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração, tais como caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou outros

eventos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do edital e desta Ata.

5.1.1. A revisão deverá ser instruída com documentação idônea, incluindo, no mínimo:

- a) exposição circunstanciada do fato gerador;
- b) memória de cálculo e demonstração analítica do impacto econômico-financeiro;
- c) documentos fiscais, notas, contratos, planilhas, relatórios, tabelas oficiais, séries históricas, índices, comprovantes de custos ou outros elementos que comprovem a variação de custos e sua correlação direta com o objeto;
- d) indicação do percentual ou valor pretendido e da data a partir da qual se requer a recomposição.

5.1.2. A revisão somente será admitida quando demonstrado, de forma objetiva e suficiente, o nexo causal entre o evento alegado e o desequilíbrio econômico-financeiro, não sendo admitida com base em alegações genéricas, variações ordinárias de mercado, falhas de planejamento ou custos inerentes ao risco normal da atividade empresarial.

5.2. A revisão e eventual alteração dos preços registrados dependerão de análise técnica, manifestação jurídica quando necessária e autorização da autoridade competente, devendo o ato correspondente ser formalizado no processo e publicizado na forma prevista na legislação e nos regulamentos aplicáveis.

5.3. Independentemente da revisão prevista nos itens anteriores, os preços registrados poderão ser reajustados após decorrido o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, mediante aplicação do índice previsto no edital e no Termo de Referência, tendo como termo inicial a data-base do orçamento estimado da contratação e, para os reajustes subsequentes, a data do reajuste anteriormente concedido.

5.4. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de **12 (doze) meses**, contado da data-base do orçamento estimado. Após esse período, o reajuste poderá ser concedido, mediante apostilamento, desde que observado o interregno mínimo legal e mantidas as demais condições pactuadas.

5.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, sofra alteração metodológica relevante ou, por qualquer motivo, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser legalmente indicado ou outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado, mediante justificativa técnica e autorização da autoridade competente, preservada a periodicidade anual.

5.6. O reajuste será formalizado por **apostilamento**, com a devida juntada ao processo administrativo e atualização dos registros pertinentes, dispensada a celebração de termo aditivo quando não houver alteração das demais condições contratuais.

5.7. Verificada, a qualquer tempo, a existência de preços de mercado mais vantajosos do que os registrados, a Administração poderá instaurar procedimento para negociação e redução dos preços registrados, a fim de assegurar a vantajosidade do Registro de Preços, nos termos do edital, desta Ata e da legislação aplicável.

5.8. Na hipótese de redução dos preços praticados no mercado, a empresa registrada poderá ser convocada para adequação dos preços registrados, preservada a vantajosidade para a Administração e observadas as regras do contraditório administrativo, quando cabíveis.

5.9. A ausência de comprovação do fato gerador, no caso de revisão, ou a não observância dos requisitos formais e legais poderá ensejar o indeferimento do pedido, sem prejuízo de nova solicitação devidamente instruída.

5.10. Persistindo a inviabilidade de manutenção do preço registrado, poderão ser adotadas as medidas previstas no edital e nesta Ata, inclusive negociação, liberação da empresa registrada ou cancelamento do registro de preços, quando cabível, na forma da legislação aplicável.

5.11. A eventual revisão, reajuste ou redução dos preços registrados não autoriza, por si só, alteração das especificações, condições, prazos, forma de fornecimento ou execução do objeto, nem dispensa a empresa registrada do integral cumprimento das condições previstas no edital, no Termo de Referência, nesta Ata e nos instrumentos dela decorrentes.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

6.1. O preço registrado poderá ser cancelado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

- a) liberação da obrigação, quando legalmente cabível e aceita pela Administração;
- b) descumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada ou nos instrumentos dela decorrentes;
- c) recusa injustificada em fornecer os bens, executar os serviços ou cumprir as obrigações assumidas, nos prazos e condições estabelecidos;
- d) recusa em reduzir o preço registrado, quando este se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- e) recusa em aceitar revisão, negociação ou adequação dos preços promovida pela Administração, quando cabível;
- f) perda das condições de habilitação ou qualificação exigidas no certame, quando não regularizada no prazo concedido pela Administração;
- g) aplicação de sanção que impeça a empresa registrada de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**;
- h) extinção ou rescisão de contrato, ordem de fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da Ata, por culpa da empresa registrada;
- i) ocorrência de fato superveniente que comprometa a regular execução do objeto, a segurança, a qualidade, a continuidade do fornecimento ou da prestação dos serviços;
- j) razões de interesse público, devidamente justificadas;
- k) pedido da própria empresa registrada, desde que comprovada a superveniência de fato impeditivo da execução e aceito pela Administração.

6.2. O cancelamento do preço registrado será formalizado em processo administrativo próprio ou nos autos do processo da contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa à empresa registrada, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, salvo prazo diverso previsto na legislação aplicável ou quando a urgência da medida exigir providência cautelar imediata, sem prejuízo da defesa posterior.

6.3. O cancelamento do preço registrado não afasta a aplicação das penalidades cabíveis, nem exonera a empresa registrada das obrigações assumidas em contratações já formalizadas ou das responsabilidades decorrentes de sua execução.

6.4. Após o cancelamento do preço registrado, a Administração poderá convocar os demais fornecedores classificados, observada a ordem de classificação, as condições do Edital, da Ata de Registro de Preços e da legislação aplicável.

6.5. O cancelamento poderá alcançar apenas determinado item, lote ou registro, quando a irregularidade ou a impossibilidade de execução estiver limitada a parte do objeto, preservando-se os demais registros válidos, quando compatíveis com o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nas seguintes hipóteses:

- a) decurso do prazo de vigência;
- b) cancelamento de todos os preços registrados;
- c) superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem sua execução;
- d) perda do interesse público na manutenção da Ata, devidamente justificada;
- e) ocorrência de ilegalidade, nulidade ou vício insanável identificado no procedimento;
- f) razões de interesse público devidamente motivadas.

7.2. O cancelamento da Ata por iniciativa da Administração observará o devido processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa aos fornecedores registrados, quando cabível.

7.3. O cancelamento da Ata não prejudicará as obrigações regularmente assumidas em contratos, ordens de serviço, notas de empenho ou instrumentos equivalentes formalizados durante sua vigência, os quais permanecerão regidos por suas próprias cláusulas e pela legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUSPENSÃO CAUTELAR DA UTILIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Sem prejuízo das hipóteses de cancelamento previstas na **Cláusula Sexta**, a Administração poderá suspender, de forma cautelar e temporária, a utilização do preço registrado, quando houver necessidade de apuração de fatos que possam comprometer a regularidade, a vantajosidade, a segurança ou a adequada execução do objeto.

8.2. A suspensão cautelar poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando houver indícios de:

- a) descumprimento das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta ou nos instrumentos dela decorrentes;
- b) recusa injustificada em atender solicitação da Administração, assinar instrumento contratual, receber nota de empenho, ordem de fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente;
- c) atraso injustificado, falha, vício, defeito, desconformidade ou inexecução total ou parcial do objeto;

- d) prática de preço aparentemente superior ao de mercado, exigindo verificação da vantajosidade do registro;
- e) perda ou possível perda das condições de habilitação, qualificação ou regularidade exigidas no certame;
- f) ocorrência de fato superveniente que possa comprometer a qualidade, a continuidade, a segurança, a regularidade ou a adequada execução do objeto;
- g) necessidade de diligência, fiscalização, auditoria, conferência documental ou análise técnica pela Administração;
- h) razões de interesse público devidamente justificadas.

8.3. Durante o período de suspensão, a Administração poderá deixar de realizar novas contratações com fundamento no respectivo preço registrado, até a conclusão da apuração ou regularização da situação, sem prejuízo da continuidade das obrigações já formalmente assumidas, quando compatíveis com o interesse público e com a segurança da execução.

8.4. A suspensão cautelar será formalizada nos autos do processo administrativo, com indicação dos fundamentos que justificam a medida, assegurada a notificação da empresa registrada para manifestação, quando cabível.

8.5. Concluída a análise, a Administração poderá:

- a) restabelecer a utilização do preço registrado, caso sanadas ou afastadas as irregularidades;
- b) determinar medidas corretivas ou complementares para continuidade da execução;
- c) instaurar procedimento para negociação, revisão ou adequação dos preços, quando cabível;
- d) adotar as providências para cancelamento do preço registrado, nos termos da Cláusula Sexta;
- e) aplicar as sanções administrativas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

8.6. A suspensão cautelar da utilização do preço registrado não configura, por si só, penalidade, nem afasta a possibilidade de apuração de responsabilidade da empresa registrada, caso confirmada irregularidade na execução ou descumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

A empresa registrada obriga-se a:

- a) assinar esta Ata de Registro de Preços e aceitar/retirar a nota de empenho, ordem de fornecimento, ordem de serviço, contrato ou instrumento equivalente no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação oficial;
- b) fornecer os bens e/ou executar os serviços conforme as especificações, quantitativos estimados, prazos, locais, horários e condições estabelecidas no **Edital**, no **Termo de Referência**, nesta Ata e na proposta apresentada;
- c) arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo, quando aplicável, materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, seguros, licenças, autorizações, garantias, despesas administrativas e demais custos incidentes, sem qualquer ônus adicional à Administração;
- d) executar o objeto em conformidade com as exigências técnicas, operacionais, legais e de qualidade previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na proposta apresentada;
- e) observar os prazos, locais, horários e demais condições definidos pela Administração nas ordens de fornecimento, ordens de serviço, notas de empenho, contratos ou instrumentos equivalentes;

- f) responsabilizar-se pela qualidade, procedência, regularidade, segurança e conformidade dos bens fornecidos e/ou dos serviços executados;
- g) corrigir, substituir, reparar, refazer, regularizar ou sanar, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios, defeitos, desconformidades, atrasos injustificados, irregularidades documentais ou outras ocorrências verificadas no fornecimento dos bens ou na execução dos serviços;
- h) manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, inclusive regularidade fiscal, social, trabalhista, técnica, econômico-financeira e demais condições aplicáveis ao objeto;
- i) manter atualizado seu cadastro junto aos sistemas utilizados pela Administração, informando qualquer alteração de endereço, telefone, e-mail, dados bancários, quadro societário, representante legal, responsável técnico ou demais informações relevantes;
- j) atender às solicitações, diligências, notificações e comunicações da Administração dentro dos prazos fixados;
- k) comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer o fornecimento dos bens, a execução dos serviços, o cumprimento dos prazos, a regularidade documental, a qualidade do objeto ou a manutenção das condições pactuadas;
- l) manter válidos e vigentes, durante toda a execução, os registros, licenças, autorizações, alvarás, certificações, ART/RRT/TRT ou demais documentos necessários à regular execução do objeto, quando aplicáveis;
- m) apresentar à Administração, sempre que solicitado, documentos, comprovantes, relatórios, certidões, registros, certificados, laudos, manuais, catálogos, fichas técnicas, garantias ou demais elementos necessários à verificação da conformidade do objeto, à fiscalização e ao pagamento;
- n) responsabilizar-se por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão relacionada ao fornecimento dos bens ou à execução dos serviços;
- o) cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente as normas fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais, tributárias, sanitárias, ambientais, técnicas, de segurança do trabalho e demais obrigações legais pertinentes;
- p) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo quando expressamente autorizado pela Administração e nos limites permitidos pelo Edital e pela legislação aplicável;
- q) permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual e dos órgãos de controle, inclusive quanto à realização de diligências, conferências, inspeções, auditorias e verificações documentais ou operacionais;
- r) manter canal de comunicação ativo por telefone e e-mail para recebimento das solicitações da Administração, confirmação das demandas, tratativas operacionais, atendimento à fiscalização, envio de documentação e solução de eventuais ocorrências;
- s) observar integralmente as disposições do Edital, do Termo de Referência, desta Ata, da proposta apresentada e dos instrumentos contratuais ou equivalentes dela decorrentes;
- t) responsabilizar-se pela veracidade das informações e documentos apresentados, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis em caso de falsidade, omissão ou irregularidade;
- u) manter, quando aplicável, plano, estrutura ou procedimento de contingência compatível com a natureza do objeto, de modo a evitar prejuízo à continuidade do fornecimento ou da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado pelo Município de São João no prazo de até **30 (trinta) dias**, após a entrega dos bens e/ou execução dos serviços, a regular liquidação da despesa e o respectivo

atestado pelo fiscal do contrato, fiscal da Ata ou setor competente, condicionado à apresentação da **Nota Fiscal/Fatura** e demais documentos exigidos.

10.1.1. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para os e-mails institucionais:

- ctbsaojoao@gmail.com
- contabilidade@saojoao.pr.gov.br

10.1.2. As Notas Fiscais deverão ser remetidas ao setor competente imediatamente após sua emissão, preferencialmente no mesmo dia, a fim de evitar atrasos nos procedimentos de conferência, liquidação e pagamento, observados os fluxos internos e prazos administrativos estabelecidos pela Administração.

10.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada, quando aplicável, da documentação necessária à conferência da execução contratual, especialmente:

- a) relatório, medição ou comprovante dos bens fornecidos e/ou serviços executados;
- b) ordem de fornecimento, ordem de serviço, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente;
- c) comprovantes de entrega, execução, recebimento, medição ou aceite do objeto;
- d) documentos técnicos, relatórios, registros, certificados, garantias, laudos ou demais comprovantes exigidos no Termo de Referência;
- e) certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para pagamento, especialmente as relativas ao **FGTS, Fazenda Federal e CNDT**, dentro do prazo de validade;
- f) demais documentos exigidos pelo edital, pelo Termo de Referência, pela Ata, pelo contrato ou pela fiscalização.

10.2.1. O Município poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares que comprovem a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, regularidade técnica e conformidade da execução contratual.

10.3. O pagamento será realizado com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou executados, recebidos, medidos, registrados, comprovados documentalmente e atestados pela fiscalização contratual, observadas as unidades de medida e os preços registrados na Ata, no contrato ou instrumento equivalente.

10.3.1. Somente serão considerados, para fins de pagamento, os bens e/ou serviços que:

- a) tenham sido efetivamente fornecidos ou executados;
- b) estejam compatíveis com o objeto contratado;
- c) estejam acompanhados da documentação comprobatória exigida;
- d) tenham sido recebidos, conferidos e atestados pela fiscalização ou setor competente;
- e) atendam às condições do edital, do Termo de Referência, da Ata, do contrato e da proposta vencedora.

10.3.2. Poderão ser aplicadas glosas, retenções ou suspensões de pagamento nas hipóteses de:

- a) divergência entre os quantitativos faturados e os efetivamente fornecidos ou executados;
- b) ausência ou insuficiência de documentação comprobatória;
- c) fornecimento ou execução em desacordo com as especificações exigidas;
- d) inexecução total ou parcial do objeto;

- e) irregularidade fiscal, trabalhista, técnica ou documental da contratada, quando legalmente exigível para pagamento;
- f) existência de pendências, falhas, vícios, defeitos ou desconformidades não sanadas.

10.4. O Município de São João efetuará os descontos legais obrigatórios relativos aos tributos incidentes sobre a operação, conforme legislação federal, estadual e municipal aplicável.

10.4.1. Em conformidade com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, será realizada a retenção do **Imposto de Renda – IRRF** na fonte, quando devida, sobre os pagamentos efetuados à contratada.

10.5. A Nota Fiscal deverá conter, obrigatoriamente:

- a) número da licitação correspondente;
- b) número da Ata de Registro de Preços, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, quando houver;
- c) indicação clara sobre a opção pelo **Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário;
- d) descrição completa dos bens fornecidos e/ou serviços executados;
- e) indicação dos quantitativos, unidades de medida, valores unitários e valores totais;
- f) identificação do período de referência, quando se tratar de serviço ou fornecimento parcelado.

10.6. Para fins de organização e processamento financeiro, as Notas Fiscais deverão ser encaminhadas até o dia **25 de cada mês**.

10.6.1. Notas apresentadas após essa data poderão ser processadas no ciclo financeiro subsequente, ficando o pagamento condicionado à regular conferência, liquidação e disponibilidade do fluxo administrativo interno.

10.7. A apresentação da Nota Fiscal não implica reconhecimento automático do direito ao pagamento, devendo o documento ser formalmente conferido, liquidado e atestado pelo fiscal da Ata/Contrato ou setor competente como condição indispensável à liquidação da despesa.

10.8. O pagamento será realizado exclusivamente em favor da contratada, sendo vedada a cessão de créditos a terceiros sem autorização prévia e expressa da Administração, conforme legislação aplicável.

10.9. Nenhum pagamento será efetuado sem a devida comprovação do fornecimento dos bens e/ou da execução dos serviços, da regularidade da medição ou conferência, da compatibilidade dos quantitativos faturados com os efetivamente aceitos e do cumprimento das condições contratuais, podendo a Administração suspender o pagamento até a regularização de eventual pendência.

10.10. Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para a mora, será devida a correspondente compensação financeira, na forma prevista na legislação aplicável e nas disposições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

11.1. Nos termos do **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o acompanhamento, a gestão e a fiscalização da execução decorrente desta Ata de Registro de Preços serão realizados pelos servidores designados a seguir:

- **Gestor da Ata/Contrato:** Paulo Sérgio Girardi;
- **Fiscal da Ata/Contrato:** Marcos Francisco Zanella;
- **Fiscal Substituto:** Gabriel Henrique Lemos.

11.2. Compete ao gestor da Ata/Contrato promover o acompanhamento administrativo da execução, controlar os saldos registrados, acompanhar a emissão das ordens de fornecimento, ordens de serviço, notas de empenho, contratos ou instrumentos equivalentes, bem como adotar as providências necessárias em caso de descumprimento das condições pactuadas.

11.3. Compete ainda ao gestor acompanhar a vigência da Ata e dos instrumentos dela decorrentes, verificar a necessidade de prorrogação, alteração, revisão, reajuste, cancelamento ou aplicação de penalidades, mantendo registro atualizado das ocorrências relevantes.

11.4. Compete ao fiscal da Ata/Contrato acompanhar diretamente o fornecimento dos bens e/ou a execução dos serviços, verificando sua conformidade com as especificações previstas no **Edital**, no **Termo de Referência**, na proposta vencedora, nesta Ata e nos instrumentos dela decorrentes.

11.5. O fiscal deverá verificar, conforme aplicável, a qualidade, quantidade, prazos, locais, condições de entrega ou execução, documentação apresentada, regularidade técnica, operacional e demais exigências previstas para o objeto contratado.

11.6. Caberá ao fiscal conferir os bens fornecidos e/ou serviços executados, registrar eventuais ocorrências, solicitar correções, substituições, reparos, complementações ou esclarecimentos, bem como emitir o respectivo ateste para fins de liquidação e pagamento, quando atendidas as condições contratuais.

11.7. Constatada falha, atraso, defeito, vício, irregularidade documental, desconformidade técnica, inexecução parcial ou total, ou qualquer outra ocorrência relacionada à execução do objeto, o fiscal deverá registrar o fato e comunicar o gestor da Ata/Contrato para adoção das providências cabíveis.

11.8. As falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas deverão ser corrigidas, substituídas, reparadas, refeitas ou sanadas pela contratada, sem ônus ao Município, no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades previstas no Edital, nesta Ata e na legislação vigente.

11.9. O recebimento, a conferência, a medição ou o ateste do objeto não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada por falhas, vícios, defeitos, desconformidades, irregularidades ou danos constatados posteriormente.

11.10. Quando necessário, o fiscal poderá solicitar apoio de servidores técnicos da Secretaria demandante ou de outros setores competentes da Administração, para auxiliar na avaliação da conformidade do objeto, da documentação apresentada e da regularidade da execução.

11.11. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, inspeções, conferências, auditorias e fiscalizações para verificar a conformidade do fornecimento ou da execução, a regularidade documental, a qualidade do objeto e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela empresa registrada.

11.12. As decisões que ultrapassarem a competência do gestor ou do fiscal deverão ser encaminhadas à autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das providências necessárias.

11.13. A fiscalização da Ata e dos instrumentos dela decorrentes não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados e pela reparação de danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios legalmente admitidos para a aquisição de bens ou contratação de serviços, desde que respeitada a legislação vigente e comprovada a vantagem para o interesse público.

12.2. O fornecedor registrado obriga-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, bem como a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado.

12.3. As contratações decorrentes desta Ata serão realizadas conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de nota de empenho, ordem de fornecimento, ordem de serviço, contrato ou instrumento equivalente, observadas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na legislação aplicável.

12.4. A Administração poderá utilizar outros meios legalmente admitidos para contratação do objeto, inclusive realizar nova licitação ou contratação direta, quando houver justificativa de interesse público, vantagem ou necessidade administrativa devidamente demonstrada.

12.5. A utilização desta Ata por órgãos ou entidades não participantes somente poderá ocorrer quando admitida no Edital e na legislação aplicável, mediante autorização da autoridade competente do Município de São João/PR, observados os limites, condições e procedimentos legais.

12.6. Eventuais alterações, revisões, cancelamentos, sanções, prorrogações ou demais atos relacionados à presente Ata deverão ser formalizados no respectivo processo administrativo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, dos regulamentos municipais, do Edital e desta Ata.

12.7. Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente da Administração Pública Municipal, com fundamento na legislação vigente, nos princípios que regem as contratações públicas e nas condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São João – PR, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FORNECEDORES

LOTE/ITEM	CLASSIF.	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		

Observação:

- O fornecedor classificado em **1º lugar** para cada lote/item será **o responsável pelo fornecimento**, conforme as condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- As informações sobre **razão social e representante legal** deverão ser preenchidas conforme os documentos apresentados na habilitação e na proposta comercial.

CADASTRO DE RESERVA

FORNECEDOR			
NOME EMPRESA - CNPJ			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

FORNECEDOR			
NOME EMPRESA - CNPJ			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

ANEXO VIII- MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Licitatório nº. _____

Data da Assinatura: _____

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.037/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o **fornecimento de bens e/ou prestação de serviços**, conforme especificações, condições, quantidades, prazos e exigências estabelecidas no **Termo de Referência**, no **Edital**, na **Ata de Registro de Preços**, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos que instruem o processo administrativo.

1.2. A execução do objeto contratado deverá observar integralmente as condições previstas nos instrumentos que compõem a contratação, abrangendo, conforme o caso:

- a) o fornecimento dos bens, materiais, equipamentos, componentes, peças, insumos ou produtos previstos;
- b) a prestação dos serviços contratados, conforme as especificações técnicas e operacionais exigidas;
- c) o cumprimento dos prazos, locais, horários, condições de entrega ou execução e demais parâmetros definidos pela CONTRATANTE;
- d) a disponibilização de mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, materiais, estrutura operacional e demais recursos necessários à adequada execução do objeto, quando aplicável;
- e) a observância das normas técnicas, legais, administrativas, ambientais, sanitárias, trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis ao objeto;
- f) a apresentação de documentos, relatórios, comprovantes, certificados, garantias, registros, laudos, ART/RRT/TRT ou documentos equivalentes, quando exigidos no Termo de Referência, no Edital ou pela fiscalização;
- g) a correção, substituição, reparo, refazimento ou regularização de bens ou serviços que apresentem falhas, vícios, defeitos, desconformidades ou execução inadequada.

1.3. O objeto será executado conforme os itens, lotes, quantitativos, unidades de medida, valores registrados e condições constantes no **Termo de Referência**, na **Ata de Registro de Preços**, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos vinculados ao processo.

1.4. A execução ocorrerá conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **ordem de fornecimento, ordem de serviço, ordem de início, nota de empenho, contrato ou instrumento**

equivalente, observadas as condições previstas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta vencedora.

1.5. A CONTRATADA deverá executar o objeto com observância às especificações pactuadas, responsabilizando-se integralmente pela **qualidade, conformidade, segurança, regularidade e adequada execução** dos bens fornecidos e/ou serviços prestados.

1.6. Quando a execução depender de local, estrutura, equipamento, licença, autorização, registro, profissional habilitado ou condição técnica específica, a CONTRATADA deverá mantê-los regulares e compatíveis durante toda a vigência contratual, salvo disposição diversa prevista no Termo de Referência ou no Edital.

1.7. Integram este contrato, para todos os fins e efeitos, independentemente de transcrição, o **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.040/2026**, o **Termo de Referência**, a **Ata de Registro de Preços**, a proposta da CONTRATADA e os demais documentos que compõem o processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste contrato pelo valor total estimado de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]), conforme os valores unitários e quantitativos estimados estabelecidos no edital, na Ata de Registro de Preços e em seus anexos.

LOTE 01

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)

VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO DO LOTE 01: R\$ _____

2.2. O valor acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a:

- a) tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes;
- b) encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e fundiários;
- c) despesas administrativas, operacionais, logísticas e comerciais;
- d) custos com materiais, insumos, mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, transporte, deslocamentos e demais recursos necessários à execução do objeto;
- e) custos com entrega, instalação, montagem, execução, manutenção, substituição, correção, reparo ou refazimento, quando aplicável;
- f) custos com emissão de documentos, relatórios, certificados, garantias, laudos, registros, ART/RRT/TRT ou documentos equivalentes, quando exigidos;
- g) custos relacionados à manutenção da regularidade documental, técnica, operacional, fiscal, trabalhista, ambiental, sanitária ou de segurança, quando aplicável;
- h) seguros, licenças, autorizações, alvarás, registros, despesas acessórias e demais encargos necessários à perfeita execução contratual;

i) demais custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto contratado, conforme Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços, proposta vencedora e legislação aplicável.

2.3. O preço contratado remunera integralmente o fornecimento dos bens e/ou a execução dos serviços objeto deste contrato, observadas as exigências do Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora, não cabendo acréscimos por alegação de desconhecimento das condições, custos, obrigações ou exigências necessárias ao perfeito cumprimento do objeto.

2.4. O valor total do contrato possui caráter estimativo, quando se tratar de contratação por demanda, sendo a remuneração da contratada realizada com base nos quantitativos efetivamente fornecidos, executados, recebidos, medidos, comprovados e atestados pela fiscalização contratual, observadas as unidades de medida e os preços registrados ou contratados.

2.5. O pagamento será devido exclusivamente em relação aos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou executados no período de referência, não gerando a estimativa contratual direito à remuneração mínima, nem obrigação de execução integral dos quantitativos inicialmente previstos.

2.6. Eventuais glosas, retenções ou ajustes de medição poderão ser promovidos pela Administração quando constatadas divergências de quantitativos, inconsistências documentais, falhas, defeitos, vícios, atrasos, execução inadequada ou qualquer desconformidade com as condições contratadas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

2.7. Permanecem vinculados a este contrato os preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços ou constantes da proposta vencedora, os quais servirão de base para medição, faturamento e pagamento dos bens efetivamente fornecidos e/ou dos serviços efetivamente executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A execução dos serviços ocorrerá conforme necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço/Ordem de Início**, com indicação das datas, horários e local para montagem, disponibilização, manutenção e retirada das estruturas, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.2.1. A Ordem de Serviço/Ordem de Início deverá conter, no mínimo, as orientações operacionais necessárias à execução, incluindo a data de início, identificação da unidade de destinação final, horários de funcionamento, diretrizes de recebimento, pesagem, controle e registro dos resíduos.

3.2.2. Em caso de prorrogação dos prazos de execução e vigência, os valores poderão sofrer **reajuste anual**, calculado com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE**, contada da data de início/assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO DOS BENS E/OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as necessidades do **MUNICÍPIO**, observadas as condições estabelecidas no **Edital**, no **Termo de**

Referência, na **Ata de Registro de Preços**, neste contrato e na proposta da **CONTRATADA**, mediante emissão de ordem de fornecimento, ordem de serviço, ordem de início, nota de empenho ou instrumento equivalente pela Administração.

4.2. A **CONTRATADA** compromete-se a executar o objeto contratado dentro das condições pactuadas, garantindo que:

- a) os bens sejam fornecidos e/ou os serviços sejam prestados em estrita conformidade com o Termo de Referência, o Edital, a Ata de Registro de Preços, a proposta apresentada e as orientações da Administração e da fiscalização;
- b) sejam observadas as especificações técnicas, quantitativos, unidades de medida, prazos, locais, horários, condições de entrega ou execução e demais exigências estabelecidas nos instrumentos da contratação;
- c) sejam disponibilizados, quando aplicável, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, mão de obra qualificada, EPIs/EPCs, estrutura operacional e demais recursos necessários à adequada execução do objeto;
- d) os bens fornecidos atendam aos padrões de qualidade, procedência, garantia, segurança, validade, desempenho e conformidade exigidos no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável;
- e) os serviços sejam executados com qualidade, segurança, regularidade, eficiência e observância das normas técnicas, legais, administrativas, sanitárias, ambientais, trabalhistas e de segurança do trabalho aplicáveis ao objeto;
- f) sejam apresentados, quando exigidos, documentos técnicos, relatórios, registros, comprovantes, certificados, garantias, laudos, ART/RRT/TRT, manuais, fichas técnicas ou documentos equivalentes necessários à fiscalização, medição, recebimento, liquidação da despesa e pagamento;
- g) sejam mantidas, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação, regularidade, qualificação técnica, capacidade operacional e demais requisitos exigidos no procedimento licitatório;
- h) sejam corrigidas, substituídas, reparadas, refeitas, regularizadas ou sanadas, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, vícios, defeitos, desconformidades, atrasos injustificados, irregularidades ou inadequações verificadas na execução do objeto;
- i) sejam atendidas todas as determinações da Administração e da fiscalização contratual relacionadas ao fiel cumprimento do objeto.

4.3. A execução do objeto compreenderá os bens e/ou serviços constantes no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta vencedora e nos demais documentos que integram o processo administrativo, observadas as respectivas unidades de medida, quantitativos, valores e condições pactuadas.

4.4. O início da execução ocorrerá após a formalização contratual e a emissão de ordem de fornecimento, ordem de serviço, ordem de início, nota de empenho ou instrumento equivalente pela Administração, conforme o caso.

4.5. A execução deverá ocorrer de forma compatível com a necessidade da Administração, podendo ser realizada de forma única, parcelada, contínua ou sob demanda, conforme previsto no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste contrato.

4.6. O fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços somente será considerado regularmente realizado após verificação, conferência, recebimento e ateste pela fiscalização contratual ou setor competente, que poderá determinar correções, substituições, adequações, complementações, apresentação de documentos ou outras providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

a) da **CONTRATANTE**: receber o objeto contratado em conformidade com o Edital, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, este contrato e a proposta da CONTRATADA, podendo acompanhar, fiscalizar, atestar, glosar, rejeitar bens ou serviços em desconformidade e exigir correções, substituições, complementações ou adequações necessárias;

b) da **CONTRATADA**: receber o pagamento pelos bens efetivamente fornecidos e/ou serviços efetivamente executados, desde que cumpridas as obrigações contratuais, observadas as condições de medição, recebimento, liquidação e ateste pela Administração.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento nos prazos e condições estabelecidos, após a regular liquidação da despesa e o ateste da execução;
- b) disponibilizar à CONTRATADA as informações, orientações e condições necessárias à regular execução do contrato;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de gestor e fiscais formalmente designados;
- d) emitir ordem de fornecimento, ordem de serviço, ordem de início, nota de empenho ou instrumento equivalente, quando necessário;
- e) comunicar à CONTRATADA as ocorrências verificadas na execução, para fins de correção, substituição, regularização ou adequação;
- f) atestar os bens fornecidos e/ou serviços executados, após verificação de conformidade com as condições contratuais;
- g) rejeitar, no todo ou em parte, bens ou serviços executados em desacordo com o contrato, o Edital, o Termo de Referência ou a proposta apresentada;
- h) exigir da CONTRATADA documentos, relatórios, registros, comprovantes, certidões, garantias, laudos, certificados ou demais elementos necessários à fiscalização, medição, recebimento e pagamento;
- i) aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- j) adotar as providências administrativas necessárias à boa execução contratual e à proteção do interesse público.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

- a) fornecer os bens e/ou executar os serviços em estrita conformidade com este contrato, o Termo de Referência, o Edital, a Ata de Registro de Preços, a proposta apresentada e as orientações da Administração;

- b) cumprir os prazos, locais, horários, quantitativos, especificações, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas nos instrumentos da contratação;
- c) disponibilizar, quando aplicável, materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, veículos, EPIs/EPCs, estrutura operacional e demais recursos necessários à adequada execução do objeto;
- d) responsabilizar-se integralmente pela qualidade, procedência, regularidade, segurança e conformidade dos bens fornecidos e/ou serviços executados;
- e) corrigir, substituir, reparar, refazer ou regularizar, às suas expensas, qualquer falha, vício, defeito, desconformidade, atraso injustificado ou execução inadequada;
- f) manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) apresentar, quando solicitado, documentos, relatórios, registros, comprovantes, certidões, garantias, laudos, certificados, licenças, autorizações, ART/RRT/TRT ou documentos equivalentes necessários à fiscalização e ao pagamento;
- h) comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que impeça, dificulte ou comprometa a execução das obrigações assumidas;
- i) responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, tributários, securitários, ambientais e civis decorrentes da execução contratual;
- j) responder por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão relacionada à execução do contrato;
- k) cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente as normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, sanitárias, ambientais, técnicas e de segurança do trabalho;
- l) não utilizar mão de obra em desconformidade com a legislação vigente, especialmente quanto à vedação constitucional ao trabalho infantil irregular;
- m) não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto, salvo quando expressamente autorizado pela CONTRATANTE e permitido pelo Edital;
- n) permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual e dos órgãos de controle, inclusive quanto à realização de diligências, inspeções, auditorias e verificações documentais ou operacionais;
- o) manter canal de comunicação atualizado para recebimento de solicitações, notificações, ordens de fornecimento, ordens de serviço e demais comunicações da Administração;
- p) atuar com ética, responsabilidade, zelo e boa-fé na execução contratual, observando as orientações da gestão e fiscalização do contrato;
- q) assumir integralmente todos os custos necessários ao cumprimento do contrato, sem ônus adicional à Administração, salvo hipóteses legalmente admitidas de alteração contratual, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após o fornecimento dos bens e/ou a execução dos serviços, a regular liquidação da despesa e o respectivo ateste pela fiscalização e/ou gestor do contrato, mediante apresentação da **Nota Fiscal/Fatura** acompanhada dos documentos exigidos.

6.1.1. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para os seguintes e-mails:

- ctbsaojoao@gmail.com
- contabilidade@saojoao.pr.gov.br

6.1.2. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas ao setor competente imediatamente após sua emissão, preferencialmente no mesmo dia, a fim de não comprometer o fluxo de conferência, liquidação e pagamento, observados os prazos e procedimentos internos da Administração.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada, quando aplicável, dos seguintes documentos:

- a) relatório, medição, comprovante de entrega ou documento equivalente referente ao objeto executado;
- b) ordem de fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho, requisição ou instrumento equivalente;
- c) documentos que permitam a conferência dos quantitativos fornecidos ou executados;
- d) certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para pagamento, especialmente **FGTS, Fazenda Federal e CNDT**, dentro do prazo de validade;
- e) documentos técnicos, relatórios, registros, certificados, garantias, laudos, ART/RRT/TRT ou demais comprovantes exigidos no Edital, no Termo de Referência, no contrato ou pela fiscalização.

6.3. O pagamento será realizado com base nos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou executados, recebidos, medidos, comprovados documentalmente e atestados pela fiscalização contratual, observados os valores unitários contratados.

6.3.1. Somente serão considerados, para fins de pagamento, os bens e/ou serviços:

- a) efetivamente fornecidos ou executados;
- b) compatíveis com o objeto contratado;
- c) comprovados documentalmente;
- d) recebidos e conferidos pela Administração;
- e) atestados pela fiscalização e/ou gestor do contrato.

6.3.2. Poderão ser aplicadas **glosas, retenções ou suspensões de pagamento** nas hipóteses de:

- a) divergência entre os quantitativos faturados e os efetivamente fornecidos ou executados;
- b) ausência ou insuficiência de documentação comprobatória;
- c) fornecimento ou execução em desacordo com as especificações contratadas;
- d) inexecução total ou parcial do objeto;
- e) existência de falhas, vícios, defeitos ou desconformidades não sanadas;
- f) irregularidade fiscal, trabalhista, técnica ou documental da contratada, quando legalmente exigível para pagamento.

6.4. O **Município de São João** efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.4.1. De acordo com o **Decreto Municipal nº 3.096/2023** e a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012**, será realizada a retenção na fonte do **Imposto de Renda – IRRF**, quando devida, sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.5. A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

- a) o número da licitação correspondente;
- b) o número do contrato, da Ata de Registro de Preços, da nota de empenho ou do instrumento equivalente, quando houver;
- c) a discriminação clara dos bens fornecidos e/ou serviços executados;
- d) a indicação dos quantitativos, unidades de medida, valores unitários e valores totais;
- e) o período de referência, quando se tratar de fornecimento ou serviço parcelado, contínuo ou sob demanda;
- f) a informação sobre a opção pelo **Simples Nacional**, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.6. As Notas Fiscais deverão ser entregues até o dia **25 de cada mês**. Caso sejam apresentadas após essa data, poderão ser processadas no ciclo financeiro subsequente, conforme fluxo administrativo interno.

6.7. Os pagamentos decorrentes da execução do objeto ocorrerão com recursos provenientes das dotações orçamentárias indicadas no processo administrativo e no instrumento contratual, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

- **Órgão e Unidade:** _____
- **Funcional Programática:** _____
- **Elemento da Despesa:** _____
- **Fonte:** _____

6.8. Nenhum pagamento será efetuado sem a devida comprovação do fornecimento dos bens e/ou da execução dos serviços, da regularidade da medição ou conferência, da compatibilidade dos quantitativos faturados com os efetivamente aceitos e do cumprimento das condições contratuais, podendo a Administração suspender o pagamento até a regularização de eventual pendência.

6.9. A apresentação da Nota Fiscal não implica reconhecimento automático do direito ao pagamento, ficando condicionada à conferência, liquidação e ateste pela Administração.

6.10. Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para a mora, poderá ser devida a compensação financeira correspondente, na forma prevista na legislação aplicável e nas disposições contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A **CONTRATANTE** poderá promover a revisão do contrato para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando caracterizado fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que altere de forma relevante a relação entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração.

7.1.1. A revisão poderá ser solicitada pela **CONTRATADA** mediante requerimento formal, devidamente motivado e instruído com documentação comprobatória suficiente para demonstrar o fato gerador, o impacto financeiro e o nexo causal com a execução contratual.

7.1.2. O pedido deverá conter, quando cabível:

- a) exposição detalhada do fato que motivou o pedido;
- b) memória de cálculo demonstrando o impacto econômico-financeiro;
- c) planilhas comparativas de custos;
- d) notas fiscais, contratos, propostas, comprovantes de fornecimento ou documentos equivalentes;
- e) índices, convenções coletivas, atos normativos ou documentos oficiais aplicáveis;
- f) indicação do percentual ou valor pretendido;
- g) demonstração de que o evento afetou diretamente os custos da execução contratual.

7.1.3. Não serão admitidos pedidos baseados em alegações genéricas, variações ordinárias de mercado, ausência de planejamento, erro na formulação da proposta ou custos inerentes ao risco normal da atividade empresarial.

7.1.4. A revisão dependerá de análise técnica, manifestação jurídica quando necessária e autorização da autoridade competente, observadas as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021**, do Edital, da Ata de Registro de Preços e deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da **CONTRATANTE**, formalmente designados, nos termos do **art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, cabendo à Administração promover o acompanhamento, o controle e a verificação do fiel cumprimento das obrigações contratuais.

8.2. A gestão e a fiscalização contratual serão exercidas pelos seguintes servidores:

- **Gestor do Contrato:** Paulo Sérgio Girardi;
- **Fiscal do Contrato:** Marcos Francisco Zanella;
- **Fiscal Substituto:** Gabriel Henrique Lemos.

8.3. Compete ao gestor do contrato:

- acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e gerenciais;
- controlar prazos, vigência, saldos, medições e eventuais prorrogações;
- acompanhar a emissão de ordens de fornecimento, ordens de serviço, notas de empenho ou instrumentos equivalentes;
- consolidar as informações prestadas pela fiscalização;
- adotar providências administrativas em caso de descumprimento contratual;
- encaminhar à autoridade competente situações que demandem aplicação de sanções, alterações, rescisão ou demais medidas administrativas;
- atuar como interlocutor institucional entre a Administração e a **CONTRATADA**.

8.4. Compete ao fiscal do contrato:

- acompanhar diretamente o fornecimento dos bens e/ou a execução dos serviços;
- verificar a conformidade do objeto com o **Edital**, o **Termo de Referência**, a proposta da **CONTRATADA** e este contrato;
- conferir quantitativos, qualidade, prazos, locais, condições de entrega ou execução e demais exigências contratuais;
- registrar formalmente falhas, atrasos, vícios, defeitos, inconsistências ou irregularidades verificadas;
- solicitar correções, substituições, reparos, complementações ou adequações necessárias;
- atestar a execução do objeto para fins de recebimento, medição, liquidação e pagamento;
- comunicar ao gestor do contrato situações que demandem providências administrativas adicionais.

8.5. A fiscalização poderá solicitar à **CONTRATADA**, sempre que necessário, a apresentação de documentos, relatórios, registros, comprovantes, certidões, garantias, laudos, certificados, licenças, autorizações, ART/RRT/TRT ou demais elementos necessários à verificação da regularidade da execução contratual.

8.6. Constatada desconformidade, falha, atraso, vício, defeito, irregularidade documental, execução inadequada ou descumprimento de obrigação contratual, a **CONTRATADA** deverá

corrigir, substituir, reparar, refazer ou regularizar a situação, às suas expensas, no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades cabíveis.

8.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências, inspeções, auditorias, conferências e fiscalizações para verificar a conformidade do fornecimento ou da execução, a regularidade documental, a qualidade do objeto e o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

8.8. Caso seja necessária a substituição do gestor ou dos fiscais inicialmente designados, a **CONTRATANTE** promoverá a formalização por meio de portaria, ato equivalente ou apostilamento administrativo, com juntada aos autos do processo e ciência da **CONTRATADA**.

8.9. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se comunicações eletrônicas por e-mail institucional, sistema eletrônico ou outro meio oficial adotado pela Administração.

8.10. Antes de cada pagamento, a **CONTRATANTE** poderá verificar a regularidade da **CONTRATADA** nos sistemas e bases oficiais aplicáveis, bem como exigir os documentos necessários à regular liquidação da despesa.

8.11. A atuação da gestão e da fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pela execução integral do objeto, pelo cumprimento das obrigações legais e contratuais e pela reparação de danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA, LEGAL E DOS SEGUROS

9.1. A **CONTRATADA** é integralmente responsável pela adequada execução do objeto contratado, devendo observar, durante toda a vigência contratual, a legislação aplicável, as normas técnicas pertinentes, as exigências do Edital, do Termo de Referência, deste contrato e as determinações da fiscalização.

9.2. A **CONTRATADA** responderá, nas esferas administrativa, civil e penal, pelos danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das obrigações legais e contratuais.

9.3. A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pela correta execução do objeto, pela qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados e pelo cumprimento das obrigações assumidas.

9.4. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução contratual, válidos e atualizados os registros, licenças, autorizações, alvarás, certificações, garantias, ART/RRT/TRT, seguros e demais documentos necessários à regular execução do objeto, quando aplicáveis.

9.5. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios de regularidade técnica, operacional, fiscal, trabalhista, ambiental, sanitária, securitária ou qualquer outra exigida em razão da natureza do objeto.

9.6. A **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer ocorrência que possa comprometer a regular execução contratual, a qualidade do objeto, a segurança de pessoas, a continuidade do fornecimento ou prestação dos serviços, ou o cumprimento das obrigações pactuadas.

9.7. Constatada ocorrência relevante, falha, irregularidade, vício, defeito, desconformidade ou risco relacionado à execução contratual, a **CONTRATADA** deverá adotar, às suas expensas, todas as medidas necessárias à contenção, correção, regularização, reparação ou substituição, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.

9.8. Sempre que exigido pela legislação aplicável, pelo Edital, pelo Termo de Referência ou por determinação motivada da Administração, a **CONTRATADA** deverá manter seguros, garantias ou instrumentos equivalentes destinados à cobertura dos riscos inerentes à execução contratual.

9.9. A **CONTRATADA** responderá integralmente pelos custos de prevenção, correção, substituição, reparação, indenização ou regularização decorrentes de falhas na execução contratual ou de eventos a ela imputáveis, ressalvadas as hipóteses legais de responsabilidade da Administração.

9.10. A eventual aplicação de sanções administrativas, retenção de pagamentos, glosa de valores, exigência de correção ou extinção contratual não afasta a obrigação da **CONTRATADA** de reparar integralmente os danos causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;
- d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

10.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

10.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às sanções administrativas previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual responsabilização civil, ambiental e penal.

11.2. Constituem sanções administrativas aplicáveis, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.4. A sanção de multa será aplicada nas hipóteses previstas neste contrato, no edital e na legislação aplicável, não podendo ser inferior a **0,5%** nem superior a **30%**, calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.5. A multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º dia, limitada ao percentual máximo previsto em lei, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual e aplicação de outras sanções cabíveis.

11.5.1. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, poderão ser aplicadas **sanções progressivas**, de acordo com a natureza da infração, a extensão do dano, o risco à continuidade do serviço, o impacto ambiental e a reincidência, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.5.2. Para fins de gradação, consideram-se, exemplificativamente:

I – infrações leves:

- a) atraso pontual na apresentação de relatórios, registros ou documentos exigidos pela fiscalização;
- b) inconsistências formais ou sanáveis em registros de pesagem ou controles operacionais;
- c) descumprimento isolado de rotina operacional sem prejuízo relevante à execução contratual ou ao meio ambiente.

Penalidade sugerida: advertência formal e determinação de correção imediata, sem prejuízo de multa, quando cabível.

II – infrações médias:

- a) descumprimento de horários, turnos ou rotinas de recebimento definidos pela Administração;
- b) recusa injustificada de cargas encaminhadas pelo Município;
- c) falhas reiteradas de controle, pesagem, rastreabilidade ou registro das cargas recebidas;
- d) atraso injustificado na correção de irregularidades apontadas pela fiscalização;
- e) descumprimento de obrigação contratual com impacto operacional relevante, ainda que sem dano ambiental comprovado.

Penalidade sugerida: multa administrativa, sem prejuízo de advertência anterior, glosa, retenção de pagamento e determinação de regularização imediata.

III – infrações graves:

- a) paralisação injustificada dos serviços;
- b) falhas graves ou reiteradas no controle, manejo, armazenamento, drenagem ou tratamento de chorume;
- c) descumprimento de condicionantes ambientais ou de determinações dos órgãos ambientais e de fiscalização;
- d) omissão na comunicação de incidente ambiental, embargo, auto de infração, interdição ou risco de paralisação;
- e) ocorrência de dano ambiental, contaminação, poluição, vazamento, risco à saúde pública ou comprometimento relevante da segurança operacional;
- f) reincidência em infrações médias ou descumprimento reiterado de determinações da fiscalização.

Penalidade sugerida: multa em grau mais gravoso, cumulada ou não com impedimento de licitar e contratar, instauração de procedimento de extinção contratual e demais medidas cabíveis.

11.5.3. A reincidência específica poderá ensejar o agravamento progressivo da penalidade, inclusive com:

- a) conversão de advertência em multa;
- b) majoração da multa inicialmente aplicada;
- c) cumulação com outras sanções administrativas;
- d) instauração de procedimento para extinção contratual, nos casos de maior gravidade.

11.5.4. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não prejudica a adoção, pela Administração, de medidas imediatas destinadas à contenção de riscos operacionais, ambientais ou sanitários, inclusive determinação de correção emergencial, suspensão de recebimento em situação crítica, glosa, retenção cautelar e comunicação aos órgãos competentes.

11.6. A partir do 31º dia de atraso, a mora poderá caracterizar inexecução parcial ou total da obrigação, hipótese em que poderá ser aplicada multa compensatória, observados os limites legais, além das demais sanções cabíveis, mediante regular processo administrativo.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

11.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

11.9. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, ao meio ambiente e a terceiros, a reincidência, a conduta da contratada na correção da falha, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.

11.10. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar dependerá de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.11. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.12. Caso seja aplicada multa, a Administração poderá descontar o respectivo valor dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**, observado o regular processo administrativo e os limites legais.

11.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

11.14. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, ao meio ambiente ou a terceiros.

11.15. O procedimento para aplicação das sanções observará, no que couber, as seguintes etapas:

- a) manifestação do fiscal do contrato, com indicação das irregularidades e documentos comprobatórios;
- b) análise e manifestação do gestor do contrato;
- c) instauração de processo administrativo, quando cabível;
- d) notificação da **CONTRATADA** para apresentação de defesa, no prazo legal;
- e) análise jurídica, quando necessária;
- f) decisão da autoridade competente;
- g) comunicação da decisão à **CONTRATADA**;

h) registro da penalidade nos sistemas cadastrais pertinentes, quando aplicável.

11.16. Nos processos de responsabilização, será assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa, observados os prazos e procedimentos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021** e no **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicável.

11.17. Sem prejuízo das sanções previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, eventual responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

11.18. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

11.19. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, no edital, neste contrato e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- b) extinção por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;
- c) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

12.2. Caso a extinção ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos até o limite dos prejuízos apurados, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

12.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

12.4. A **CONTRATANTE** poderá promover a extinção unilateral do contrato em caso de cisão, fusão, incorporação, alteração societária relevante ou modificação da estrutura da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado ou reduza as garantias inicialmente apresentadas.

12.5. A extinção poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

- a) não prestação dos serviços contratados ou interrupção injustificada da execução;
- b) inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- c) descumprimento de determinações do fiscal ou do gestor do contrato;
- d) perda, suspensão, cassação, vencimento não regularizado ou qualquer restrição relevante da licença ambiental indispensável à execução do objeto;
- e) descumprimento de condicionantes ambientais, exigências técnicas, determinações de órgãos ambientais ou medidas corretivas exigidas pela fiscalização contratual;

- f) falhas graves ou reiteradas no recebimento, controle, tratamento, drenagem, manejo, armazenamento ou disposição de chorume, gases, efluentes ou demais sistemas ambientais do empreendimento;
- g) ocorrência de dano ambiental, contaminação, vazamento, poluição, risco à saúde pública, embargo, interdição ou qualquer evento que comprometa de forma relevante a regular execução contratual;
- h) recusa injustificada no recebimento das cargas encaminhadas pelo Município ou descumprimento reiterado dos horários e rotinas operacionais definidos pela Administração;
- i) não manutenção, não renovação ou não comprovação, quando exigível, de seguros, garantias, autorizações, licenças, planos de contingência ou demais instrumentos necessários à cobertura dos riscos operacionais e ambientais da atividade;
- j) prestação dos serviços em desacordo com as normas legais, contratuais, técnicas ou ambientais aplicáveis, de forma a comprometer a finalidade pública da contratação;
- k) prática de ato que configure fraude, dolo, má-fé, omissão relevante de informações ou embaraço à atuação da fiscalização e dos órgãos de controle.

11.6. Sempre que possível, antes da decisão pela extinção, a **CONTRATANTE** poderá conceder prazo razoável para saneamento da irregularidade, quando a natureza da ocorrência permitir correção sem prejuízo à continuidade do serviço, à segurança operacional, à saúde pública ou ao meio ambiente.

12.6.1. O saneamento não será admitido, ou poderá ser dispensado, quando:

- a) houver risco relevante e imediato ao meio ambiente, à saúde pública, à segurança operacional ou à continuidade do serviço;
- b) a irregularidade for insanável;
- c) houver reincidência em infração já anteriormente apontada e não regularizada de forma satisfatória;
- d) a urgência da situação exigir providência imediata da Administração.

11.7. O procedimento para extinção seguirá, no que couber, a seguinte ordem:

- a) manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;
- b) manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;
- c) notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa, ressalvadas as hipóteses legais de urgência;
- d) parecer da Procuradoria-Geral do Município, quando necessário;
- e) decisão final da autoridade competente;
- f) notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

12.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, bem como nas hipóteses de risco ambiental, sanitário ou operacional relevante, a **CONTRATANTE** poderá adotar imediatamente medidas cautelares e providências necessárias à proteção do interesse público, inclusive suspensão da execução, substituição emergencial da solução, retenção de pagamentos, glosa, comunicação aos órgãos competentes e demais atos necessários, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa posterior.

12.9. A extinção do contrato não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, nem afasta a obrigação de reparação integral dos prejuízos apurados.

12.10. Em caso de extinção contratual, a **CONTRATADA** deverá assegurar, até o limite determinado pela **CONTRATANTE** e observado o interesse público, a adoção das medidas mínimas necessárias à transição operacional, à preservação da continuidade do serviço, à entrega de documentos, registros, relatórios, comprovantes de pesagem e demais informações indispensáveis à continuidade administrativa e à mitigação de riscos ambientais ou operacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

13.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

13.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PARTES INTEGRANTES

14.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos, as condições estabelecidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.037/2026**, seus anexos (especialmente o **Termo de Referência**) e a **proposta vencedora** apresentada pela **CONTRATADA**, bem como os demais documentos que compõem o processo administrativo e que sejam necessários à perfeita execução do objeto.

14.2. Quaisquer alterações necessárias durante a vigência contratual serão formalizadas por instrumento adequado, conforme o caso, mediante **termo aditivo** quando houver modificação que altere o conteúdo obrigacional do contrato, ou por **apostilamento** quando cabível, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, com base na legislação aplicável às contratações públicas e demais normas pertinentes, observados os princípios que regem a Administração Pública.

15.2. Subsidiariamente, poderão ser aplicadas normas de direito privado compatíveis com o regime jurídico-administrativo e os princípios gerais dos contratos, quando pertinentes ao caso concreto, sem prejuízo das regras próprias do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A **CONTRATANTE** promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

16.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUCESSÃO E FORO



17.1. As partes firmam o presente contrato, **obrigando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

17.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

17.3. A **CONTRATADA** deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

Ou

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº.** _____, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº.** _____, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

3.1.9. **Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento** dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em ____ de _____ de 20__



CONTRATANTE | CONTRATADA